

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULO CESAR SERON

NOS DIFICEIS CAMINHOS DA LIBERDADE:

estudo sobre o papel do trabalho na
vida de egressos do sistema prisional

SÃO PAULO

2009

PAULO CESAR SERON

NOS DIFICEIS CAMINHOS DA LIBERDADE:

estudo sobre o papel do trabalho na
vida de egressos do sistema prisional

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia
Social do Instituto de Psicologia da Universidade
de São Paulo para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social do
Trabalho

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leny Sato

SÃO PAULO

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Seron, Paulo Cesar.

Nos difíceis caminhos da liberdade: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional / Paulo Cesar Seron; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2009.

203 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia social 2. Inclusão social 3. Preconceito 4. Liberdade condicional 5. Trabalho I. Título.

HM251

FOLHA DE APROVAÇÃO

SERON, Paulo Cesar. *Nos difíceis caminhos da liberdade*: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Aprovado: __/ __/ ____

Banca Examinadora

Dr^a. Leny Sato
Orientadora – Professora Titular
Instituição: IPUSP/USP/SP
Assinatura: _____

Dr^a. Sylvia Leser de Mello
Professora – Pesquisadora
Instituição: IPUSP/USP/SP
Assinatura: _____

Dr. Francisco Hashimoto
Professor – Pesquisador
Instituição: UNESP/SP
Assinatura: _____

Dr^a. Rosemeire Aparecida Scopinho
Professora – Pesquisadora
Instituição: Ufscar
Assinatura: _____

Dr^a. Maria Cristina Moreno Mathias
Professora – Pesquisadora
Instituição: UEL/PR
Assinatura: _____

Dedico este trabalho a
Segfredo (*in memoriam*) e Wilma
Irene, Camila e Patrícia
Programa Pró-egresso de Maringá
e a todos os seus beneficiários.

Agradeço:

À Prof^a. Leny Sato, pela amizade, paciência e seriedade com que conduziu a orientação deste estudo.

À coordenadora do Programa Pró-Egresso de Maringá, Prof^a. Maria Tereza C. Gonzaga, que possibilitou que este Programa se constituísse no campo de estudo para a realização da pesquisa empírica.

Ao Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP.

Ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, pelo programa de incentivo à Pós-Graduação, tornando possível o alcance do objetivo de minha qualificação profissional.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Francisco Hashimoto e Prof^a. Sylvia Leser de Mello, pelas preciosas contribuições na qualificação, e pela participação neste meu caminhar.

Aos colegas pós-graduandos que fizeram parte do grupo de discussão, coordenado pela prof^a. Leny Sato, com quem pude compartilhar momentos importantes na busca de conhecimentos.

Aos beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, que tornaram realidade a minha proposta de estudo.

A todos os colegas professores do Departamento de Psicologia da Universidade de Maringá, em especial, aos da área de Psicologia do Trabalho, que não mediram esforços para que fosse possível minha dedicação a este curso de Pós-Graduação.

À professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, Leonor Paini pela amizade, pela dedicação e pelas sugestões nesta tese.

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

A todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram comigo neste trabalho e que aqui não foram citados.

E, em especial à Irene, que muito me incentivou nos momentos mais difíceis desta caminhada, meu muito obrigado.

RESUMO

SERON, Paulo Cesar. (2009) *Nos difíceis caminhos da liberdade*: Estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo.

Este trabalho de pesquisa foi realizado com o objetivo de compreender o papel do trabalho na trajetória de vida dos egressos do sistema prisional, a partir do ponto de vista dos participantes. O estudo se encontra fundamentado em pressupostos teóricos baseados na Psicologia Social e da legislação penal. Participaram da pesquisa empírica, quatro egressos do sexo masculino, com idade que varia de 24 a 55 anos, oriundos do sistema prisional do Estado do Paraná e beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá. Todos os sujeitos se encontravam cumprindo pena sob regime aberto, isto é, em liberdade condicional (*sursis*). A investigação foi realizada com base na metodologia de pesquisa qualitativa, e a coleta de dados, por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas, conduzidas de maneira assistemática. O registro das informações de cada entrevista foi gravado em áudio e, posteriormente, convertido para a forma escrita. A trajetória da vida de cada participante foi, cronologicamente, organizada com base em sete aspectos diferentes, da infância até a fase adulta, período em que eles já estavam em liberdade. A partir dessa organização das informações foi possível identificar a maneira como o trabalho fez e faz parte da vida de cada sujeito, nas diferentes fases de suas vidas. O estudo permitiu perceber e compreender que: quase todos os egressos são oriundos de famílias de classe socioeconômica baixa, cujos pais possuíam uma renda muito pequena; a decisão de trabalhar ainda na infância quase sempre está relacionada com a dinâmica familiar; quase todos os sujeitos deixaram de estudar ainda no ensino fundamental, e passaram somente a trabalhar, o que de certa forma lhes trouxe limitações profissionais futuras; nenhum dos entrevistados recebeu algum tipo de qualificação profissional durante o tempo em que se encontrava preso, a não ser um incipiente aprendizado na confecção de artesanato; após a obtenção da liberdade, a maioria passou a trabalhar na informalidade, sem nenhuma garantia trabalhista nem previdenciária; o trabalho, em suas vidas, representou quase que somente uma estratégia de sobrevivência; o acesso ao universo produtivo sempre foi limitado, tornando-se ainda mais difícil após o episódio da prisão. Entretanto, foi possível identificar que o trabalho representa um papel importantíssimo, mas não suficiente, para que essas pessoas se lancem na busca de novas conquistas, seja materiais ou socioafetivas. O trabalho, formal e/ou informal, possibilita ao egresso se manter junto da família, na medida em que viabiliza as condições materiais mínimas para a convivência do grupo familiar, condição importantíssima, segundo os depoentes, para a sua (re)integração social. Na opinião deles, a família aparece como sendo o principal ponto de referência no momento em que deixaram a prisão e representa o primeiro grupo social do qual passam a fazer parte ao conquistar a liberdade. Ela se constitui também no primeiro apoio material e afetivo, e ainda é a família que o estimula a traçar planos para o futuro, e a assumir o compromisso e a responsabilidade de se manter firme na intenção de não reincidir. Concluo este trabalho com a compreensão de que o papel do trabalho é de grande importância na vida do egresso, posto que ele se constitui na única alternativa ao crime; serve como base para a existência da família, que por sua vez representa um papel significativo no processo de (re)integração social do egresso. Trabalho e família desempenham papéis complementares nos difíceis caminhos da liberdade do egresso do sistema prisional.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho; Trabalho; Exclusão Social; Inclusão Social; Pena Privativa de Liberdade; Egresso Prisional; Preconceito Social.

ABSTRACT

Seron, Paulo Cesar. (2009). *Difficult ways to freedom*. Study about the work role in the egresses' life from the penitentiary system. Thesis (Doctorate) – Psychology Institute, Post-graduation Program in Social Psychology. São Paulo University.

The aim of this research is to comprehend the work role in the egresses' life trajectory from the penitentiary system according to the participants' point of view. The study is established in the theoretical presuppositions based on the Social Psychology and the penal legislation. The empirical research participants were four male egresses who were between 24 and 55 years old from the penitentiary system in Paraná State and beneficiaries of the Pro Egress Program (Pró- Egresso Programa) from Maringá. All the subjects were serving the sentence in open regime that is, on parole (*sursis*). The investigation was based on the qualitative research methodology and the data collection was done through the individual semi-structured interviews in an unsystematic way. The register of the information of each interview was recorded and after it was converted to writing form. The life trajectory of each participant was organized in a chronological way based on seven different aspects since the childhood until the adult stage when they were at liberty. From this organization of information, it was possible to identify how the work was and is part of their life in each different stage of life. The study permitted us to perceive and comprehend that almost all the egresses belonged to families with a lower socioeconomic level, whose parents had a low income; the decision to start working since the adolescence is almost related to the familiar dynamic; almost all the subjects stop studying in the elementary school and started working only, it consequently brought some future limitations; none of the interviewees received any kind of professional qualification during the time they were in prison unless an incipient learning in handicraft confection; after being at liberty almost all of them started working in an informal way without a labor and social security guarantee; the job represented a survival strategy; the access to productive universe was always limited and it become more difficult after the prison. However, it was possible to identify that the work represents an important function in the egresses' life, but not enough to make them to run after new material or socio-emotional achievements. The informal and/or informal job enable the egresses to stay with their family as they see the minimum material conditions for the family group coexistence, according to the deponents these conditions are very important for their reintegration. In their opinion, the family is the main point of reference when they leave the prison and represents the first social group they start to be part of after receiving the liberty. It also constitutes the first material and affective support and the family still stimulates the egresses to draw plans for the future and assume the compromise and responsibility to keep them strong to not to fall back. I conclude this study with the comprehension that the work role has a great importance in the egresses' life, although it constitutes the only alternative for the crime; it servers as base for the family existence that in turn represents a significant function in the egress's social reintegration process. Family and work execute complementary roles in the hard ways to egresses' freedom from the penitentiary system.

KEY-WORDS: Work Social Psychology; Work; Social Exclusion; Social Inclusion; Private Penalty of Freedom; Prison Egresses; Social Prejudice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações realizadas pelo Programa Pró-Egresso de Maringá	31
Quadro 2 – Características dos egressos entrevistados na pesquisa empírica	70

LISTA DE FIGURAS (gráficos)

Figura 1 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por gênero	33
Figura 2 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por procedência	33
Figura 3 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por escolaridade	34
Figura 4 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por faixa etária	35
Figura 5 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por Estado Civil	36
Figura 6 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por faixa de renda	37
Figura 7 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, entre os reincidentes e os não reincidentes ...	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação de trabalho da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, no ano de 2007	39
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACIM	Associação Comercial e Industrial de Maringá
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Compact disc
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CP	Código Penal
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
DP	Delegacia de Polícia
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
FUNAP	Fundação de Amparo ao Preso/Fund. Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
FUNDACIM	Fundação da Associação Comercial e Industrial de Maringá
G7	Grupo dos sete países mais ricos do mundo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
LEP	Lei de Execução Penal
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Pró-Reitoria de Extensão
PRO-EGRESSO	Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso – Pró- Egresso

SESC	Secretaria de Estado da Segurança e da Cidadania
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
Ufscar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 O PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA AO APENADO E AO EGRESSO – PRÓ-EGRESSO	27
1.1 UMA BREVE HISTÓRIA	27
1.2 O AMPARO LEGAL	28
1.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	29
1.3.1 Objetivos do Programa Pró-Egresso	30
1.3.2 População atendida pelo Programa Pró-Egresso	31
1.3.3 Espaço físico e mobiliário do Programa Pró-Egresso de Maringá	40
1.3.4 Equipe de trabalho do Programa Pró-Egresso de Maringá	40
1.3.5 Ações realizadas pelo Programa Pró-Egresso de Maringá	41
1.3.5.1 Atividades desenvolvidas pela área de Direito	42
1.3.5.2 Atividades desenvolvidas pela área de Psicologia	42
1.3.5.3 Atividades desenvolvidas pela área de Serviço Social	43
1.3.5.4 Atividades desenvolvidas pela área de Enfermagem	43
2 SISTEMA PENITENCIÁRIO, DIALÉTICA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E TRABALHO	45
2.1 A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PROGRESSIVO	46
2.2 A DIALÉTICA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL	56
2.2.1 Trabalho e exclusão social	60
2.2.2 Trabalho e inclusão social	64
3. UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DO TRABALHO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	70

3.1 A TRAJETÓRIA DE JOAQUIM	71
3.1.1 Quem é Joaquim	71
3.1.2 A sua infância e adolescência	72
3.1.3 A presença do trabalho na sua vida	74
3.1.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho	78
3.1.5 Quando e como ele cometeu o delito	83
3.1.6 O delito e a prisão	88
3.1.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional	92
3.2 A TRAJETÓRIA DE LUCIANO	102
3.2.1 Quem é Luciano	102
3.2.2 A sua infância e adolescência	103
3.2.3 A presença do trabalho na sua vida	103
3.2.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho	107
3.2.5 Quando e como ele cometeu o delito	110
3.2.6 O delito e a prisão	112
3.2.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional	116
3.3 A TRAJETÓRIA DE PEDRO	131
3.3.1 Quem é Pedro	131
3.3.2 A sua Infância e adolescência	132
3.3.3 A presença do trabalho na sua vida	134
3.3.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho	135
3.3.5 Quando e como ele cometeu o delito	144
3.3.6 O delito e a prisão	145
3.3.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional	153
3.4 A TRAJETÓRIA DE VALDEMAR	159

3.4.1 Quem é Valdemar	159
3.4.2 A sua infância e adolescência	159
3.4.3 A presença do trabalho na sua vida	163
3.4.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho	164
3.4.5 Quando e como ele cometeu o delito	169
3.4.6 O delito e a prisão	171
3.4.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	198
ANEXO A: Encaminhamento feito pelo Juiz ao beneficiário no ato da concessão do benefício do Regime Aberto de Prisão	199

INTRODUÇÃO

Parto das premissas de que o homem é um ser social, que se constrói por meio dos conhecimentos gerados nas relações sociais, e de que o trabalho é responsável por grande parte dessas relações. Com base nesses princípios, este estudo procura conhecer o papel desempenhado pelo trabalho na trajetória de vida de egressos do sistema prisional, a partir do referencial dos entrevistados. As razões que me levaram a escolher o trabalho na vida do egresso como objeto de estudo foram: em primeiro lugar, o desejo de conhecer de que maneira o trabalho se fez e se faz presente na vida dessas pessoas. Em segundo lugar, identificar se ele contribuiu e de que forma isso se deu no processo de construção da trajetória desses indivíduos. E, em terceiro lugar, tentar contribuir na produção de conhecimentos que possam auxiliar como facilitadores no processo de (re)integração social dos egressos do sistema prisional.

O trabalho ocupa uma posição central, neste estudo, por ser uma atividade humana por excelência. Por tudo que já se conhece a seu respeito, sabe-se que possui uma elevada capacidade de promover transformações, tanto individuais quanto sociais. Constitui-se no eixo em torno do qual a sociedade se encontra organizada, por intermédio da produção e do consumo, especialmente nas economias capitalistas. Esse papel de centralidade assumido pelo trabalho na vida do homem, passando “da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas” se deu, segundo Hannah Arendt (2004, p. 113), de forma “súbita e espetacular”, a partir do momento em que

[...] Locke descobriu que o <<labor>> é fonte de toda propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo <<labor>> era a fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no <<system of labor>> de Marx, em que o labor passou a ser a origem de toda produtividade e a expressão da própria humanidade do homem. (ARENDRT, 2004, p. 113)

Mais recentemente, ao discorrer sobre o atual estágio de organização da sociedade humana, autores como Forrester (1997) e Bauman (2005b), além de outros, afirmam que vivemos em uma sociedade de consumo, e não mais numa sociedade de produção, como era concebida até quase no final do século passado. Tal caracterização não é um achado propriamente novo, pois em 1958, Hannah Arendt (2004, p.138) já havia se utilizado da denominação de “sociedade de consumidores” em sua obra “A condição humana”. Entretanto, ao fazer tal afirmação, Bauman (2005b) identifica que a “condição de pertencimento” na sociedade contemporânea está muito mais atrelada à capacidade de o indivíduo responder às exigências de consumo feitas pelo meio do que no estágio anterior, quando se caracterizava como sociedade de produção. Essa é uma condição que se torna muito mais importante sob o ponto de vista social, na medida em que, estar fora do contexto produtivo e sem renda, ou então, possuir uma renda muito pequena, pode levar o indivíduo à condição de não consumidor, o que, por sua vez, pode torná-lo desnecessário ao meio e, assim, ser marginalizado. Essa é uma característica da sociedade atual, que se revela muito importante quando nos propomos a pensar o papel do trabalho na vida das pessoas, pois ela estabelece que a magnitude do trabalho seja medida também pela sua capacidade de proporcionar ao trabalhador uma condição de consumidor ativo. Dessa forma, não basta ao indivíduo ter um trabalho, mas é preciso também ter uma renda que lhe proporcione uma capacidade de consumir, para poder fazer parte do contexto.

Diante de tais constatações, o interesse em conhecer o papel do trabalho na vida do egresso do sistema prisional se tornou ainda maior, uma vez que, conforme pude observar pelas condições socioeconômicas da população atendida pelo Programa Pró-Egresso de Maringá, conforme apresentado no capítulo primeiro deste trabalho, nas Figuras 03 e 06 e na tabela 01, oriundos de dados secundários, trata-se de pessoas que, na sua maioria, são oriundas de uma população de classe social com baixo poder econômico, possuem pouca

escolaridade, quase nenhuma qualificação profissional, e realizam atividades profissionais pouco especializadas e de baixa remuneração. Além disso, são pessoas que carregam um estigma que dificulta muito a sua inserção social. Além disso, o beneficiário do Regime Aberto de prisão recebe, junto com o benefício, a exigência de comprovar que possui uma ocupação de trabalho lícita¹, o que pode tornar o papel do trabalho ainda mais importante na sua vida. Outra exigência feita ao beneficiário do Regime Aberto no Paraná é a sua vinculação obrigatória ao Programa Pró-Egresso de sua região. O não atendimento de tais condições pode levá-lo a perder o benefício, e retornar para a prisão.

Compromissada com a atividade docente e de extensão, a pesquisa se tornou um ponto essencial. Motivado pelo interesse em ampliar os conhecimentos relacionados ao processo de integração social do egresso, este estudo, que tem como objetivo conhecer o papel do trabalho na vida dos egressos do sistema prisional, poderá contribuir para melhorar o processo de acompanhamento dessas pessoas, auxiliando-as na difícil tarefa de construir uma trajetória longe da criminalidade e, além disso, gerar novos conhecimentos, que se somam aos conteúdos na Psicologia Social. Este estudo vem ao encontro de algumas reflexões que se transformaram em indagações de pesquisa, conforme seguem:

- a) Sendo o trabalho uma atividade importante na existência do ser humano, de que maneira ele se fez e se faz presente na trajetória do egresso do sistema prisional?
- b) O trabalho é visto como uma atividade importante, pelo egresso, durante a sua trajetória de vida?
- c) A construção da trajetória de vida dos egressos sofreu e/ou sofre alguma influência causada pelo trabalho?
- d) O trabalho desenvolvido pelo egresso prisional proporcionou ou proporciona alguma contribuição no processo de sua (re)inserção social?

¹ Documento apresentado pelo egresso do sistema prisional, conforme anexo A.

Para tratar das questões que norteiam este estudo, realizei um trabalho empírico com uma população constituída por egressos do sistema prisional do Estado do Paraná, sendo que, os entrevistados são beneficiários do Regime Aberto de prisão, vinculados ao Programa Pró-Egresso de Maringá, cidade situada no noroeste do Estado do Paraná, distante aproximadamente 450 quilômetros da capital, Curitiba.

O trabalho de campo iniciou-se com um contato com a coordenação do Programa Pró-Egresso de Maringá, à qual apresentei os objetivos e as justificativas sobre a importância da realização da pesquisa, após o que solicitei permissão para acessar as informações sobre os beneficiários contidos nos arquivos do Programa Pró-Egresso, bem como para realizar entrevistas com alguns egressos. Para tanto, comprometi-me a usar essas informações exclusivamente para fins científicos, adotando estratégias que possibilitassem a manutenção do anonimato dos participantes. Concedida a permissão, iniciei os trabalhos realizando uma pesquisa com a finalidade de identificar a população geral dos beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, uma vez que esta era a população alvo deste estudo. Para tanto, utilizei como fonte de informação os dados secundários contidos nas fichas de cada um, onde constam os registros de sua trajetória, desde a primeira entrevista, quando do seu ingresso no Programa, até o momento atual. Esta pesquisa tornou possível identificar, dentre todos os beneficiários do Programa Pró-Egresso², aqueles oriundos do sistema prisional. Em seguida, selecionei todos os que haviam cometido crimes relacionados à obtenção de vantagens econômicas, tais como: roubo, furto, estelionato, contravenções, tráfico, entre outros. Esse procedimento foi adotado tendo em vista que o interesse da pesquisa está voltado, em especial, para os indivíduos que cometeram tais modalidades de crime, tendo como justificativa que são estas modalidades de delito que mais possuem relação com as precárias condições de renda, pois, conforme afirma Zaluar (1994), são apenas os crimes econômicos

² A população de beneficiários do Programa Pró-Egresso é composta por pessoas que cumpriram parte da pena sob o Regime Fechado de prisão, e por pessoas que não passaram por essa modalidade de pena. Para maiores detalhes, ver capítulo I.

os que apresentam correlação com as condições precárias de trabalho: ausência de emprego, baixos salários e dificuldades de manter empreendimentos econômicos lucrativos. Além disso, esses tipos de delitos são os que representam a grande maioria dos crimes da população pesquisada, conforme pode ser constatado na página 37 do capítulo 1, que mostra que eles representam 73,29% dos egressos.

Após o levantamento inicial, realizei uma categorização da população, de acordo com o gênero, procedência geográfica, escolaridade, faixa etária, estado civil, renda mensal, reincidência, tipo de delito e situação de trabalho, conforme aparece nas Figuras de 01 a 07, e na tabela 01, do capítulo 1. A etapa seguinte consistiu no contato direto com os egressos via telefone, convidando-os a participar do estudo. Ao fazer o convite apresentei o propósito da pesquisa, garantindo-lhes que a sua identidade, bem como as informações fornecidas por eles, seriam mantidas sob sigilo. Após aceitação por parte dos beneficiários, iniciei a coleta dos dados por meio de contato pessoal, utilizando como instrumento entrevista semi-estruturada, que tornou possível aos sujeitos uma narrativa sobre sua trajetória de vida. Os relatos orais abrangeram as diferentes etapas de cada um, começando pela infância, passando pela adolescência e indo até a fase adulta. Esta, por sua vez, foi dividida em dois momentos: antes e depois do delito. Os depoimentos foram colhidos por mim em local, data e horários previamente marcados. Em princípio, procurei fazer uma abordagem em que me apresentei, e novamente discorri sobre os objetivos da pesquisa. Assegurei a sua não identificação no resultado do estudo, por meio da utilização de um nome fictício. Salientei a importância da sua participação como forma de contribuir para a melhoria do conhecimento sobre a realidade do egresso, o qual seria colocado à disposição do Programa Pró-Egresso. Após essa fase introdutória, solicitei a cada participante que falasse da sua vida, iniciando pela infância. As perguntas foram conduzidas de maneira assistemática, tendo como orientação apenas a manutenção de uma ordem cronológica no relato dos acontecimentos. Os depoimentos

transcorreram de maneira tranqüila. Apenas dois egressos manifestaram preocupação em relação à divulgação de sua imagem na imprensa, e justificaram essa preocupação com base no preconceito do qual já haviam sido vítimas, perdendo empregos ao revelarem sua condição.

Durante o depoimento dos participantes, procurei interferir o mínimo possível, a fim de que os conteúdos relatados fossem a expressão mais fiel possível do ponto de vista do narrador. As narrativas, tal como apresentadas, consistiu no material da análise. Participaram como depoentes quatro sujeitos, que atuaram como interlocutores da realidade vivida por eles. O número de entrevistados se limitou a essa quantia em decorrência de três aspectos, especialmente, em primeiro lugar por dificuldades encontradas para localizar os egressos com base nas informações contidas nos arquivos do Programa Pró-Egresso de Maringá, como por exemplo: mudança de endereço; o número do telefone informado na ficha era de recado, e o egresso não retornou a ligação, etc. Em segundo lugar porque, entre os egressos contatados, poucos se dispuseram a participar do estudo, alegando os seguintes motivos: falta de tempo por estar trabalhando, estar fora da cidade, não querer falar do assunto, além de outros. E, em terceiro lugar, porque os depoimentos tornaram-se repetitivos nos seus conteúdos, tornando-se redundantes as informações. Todos os entrevistados são do sexo masculino, maiores de 18 anos, egressos do sistema prisional, beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá. Os delitos cometidos por eles foram: tráfico de drogas – art. 12 do CP³ (cometido por dois egressos), roubo a mão armada – art. 157 do CP, e furto – art. 155 do CP.

Os relatos orais feitos pelos depoentes foram registrados por meio de um gravador de áudio, com a devida permissão. A decisão de gravar ocorreu em decorrência da dificuldade sentida pelo pesquisador para anotar manualmente o grande volume de informações fornecidas pelos depoentes, e também por acreditar que a gravação é a maneira mais adequada

³ CP – Código Penal

para se registrar as informações de maneira a garantir uma maior fidedignidade dos relatos, evitando ao máximo a interferência do pesquisador. Embora o gravador de áudio se constitua numa ferramenta importante de coleta de informação, ele não é uma ferramenta totalmente isenta de interferência, pois, conforme salienta Queiroz (1988, p. 17), há uma “nítida distinção entre narrador e pesquisador” a respeito dos fatos relatados, e isso pode trazer alguma influência no momento em que se realiza a transcrição dos relatos.

Depois de obtidos e gravados os relatos orais, converti-os para a forma escrita. Essa etapa se revelou bastante trabalhosa, pois as entrevistas duraram em média uma hora e 20 minutos cada uma, o que resultou em aproximadamente 30 páginas digitadas, tendo em vista o grande número de informações. Além disso, esse é um processo que exige muita atenção e concentração, para que não ocorram perdas na passagem da forma oral para a escrita, e, conseqüentemente, mudança no sentido daquilo que o depoente pretendeu expressar.

Uma vez transcritos os conteúdos, passei a analisá-los com base no método de “análise do conteúdo”. Realizei uma primeira leitura completa de cada depoimento, a fim de ampliar a compreensão dos fatos e dos acontecimentos relatados. Em seguida fiz uma segunda leitura, selecionando e marcando os conteúdos que expressaram as questões de interesse da pesquisa, isto é, aqueles relativos ao papel do trabalho nas trajetórias de vida dos sujeitos, além de outros, considerados por eles de grande relevância no seu cotidiano. Por meio dessas leituras, pude compreender a realidade social vivida pelos egressos sujeitos desta pesquisa, ao identificar os elementos que compõem o seu contexto social e a correlação com a trajetória de vida de cada um.

Para facilitar a compreensão dos conteúdos presentes nos relatos dos sujeitos organizei-os em sete aspectos diferentes, assim denominados:

1. Quem é o sujeito

2. A sua infância e adolescência
3. A presença do trabalho na sua vida
4. A sua convivência com a escola e com o trabalho
5. Quando e como ele cometeu o delito
6. O delito e a prisão
7. O difícil recomeço, sob o Regime Aberto de Prisão.

Essa maneira de organizar as informações facilitou o processo de análise, tornando possível uma melhor identificação dos conteúdos de interesse. Além disso, possibilitou a identificação de outros aspectos, além do trabalho, que também influenciaram na construção da trajetória do egresso.

Este estudo se apresenta distribuído em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata de uma descrição do Programa Pró-Egresso, de tal forma que permite uma boa compreensão a respeito do campo de estudo e da peculiaridade com que o egresso do sistema prisional do Estado do Paraná é acompanhado enquanto cumpre pena sob o Regime Aberto de Prisão.

No segundo capítulo, pesquiso a literatura que trata das questões legais da aplicação da pena aos condenados pelo Código Penal Brasileiro. Discorro sobre a aplicação da pena privativa de liberdade e também sobre a dialética da exclusão/inclusão social, especialmente no que tange ao papel do trabalho nesse processo.

O terceiro capítulo traz uma descrição da trajetória dos egressos entrevistados, composta de maneira sistematizada e obedecendo a uma ordem cronológica dos acontecimentos. Longe de pretender buscar explicações, procuro tecer uma descrição que me possibilitasse a identificação de alguma resposta aos questionamentos previamente formulados. O conteúdo desse capítulo refere-se ao resultado da análise que realizei das

informações fornecidas pelos sujeitos, bem como a compreensão que tive sobre os aspectos estudados. Essa compreensão só se tornou possível na medida em que estabeleci uma correlação entre a realidade apresentada pelos sujeitos e os conteúdos teóricos da Psicologia Social e de áreas afins, já apresentados por outros pesquisadores reconhecidos. A importância dessas referências se revelou por dar sustentação ao meu pensamento sobre a realidade pesquisada.

Por fim, apresento algumas considerações a respeito do papel do trabalho na dinâmica psicossocial do egresso durante a sua trajetória de vida, bem como sobre outros aspectos identificados como de grande importância na vida dessas pessoas, os quais exercem influências profundas na sua maneira de ser e de agir, num meio que se revela altamente complexo do ponto de vista das relações humanas.

1 O PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA AO APENADO E AO EGRESSO – PRÓ-EGRESSO⁴

1.1 UMA BREVE HISTÓRIA

O Programa Pró-Egresso teve sua origem a partir de um trabalho desenvolvido junto aos presos da cadeia pública de Londrina – PR, com o nome de Projeto Albergue. Tal projeto havia sido concebido pela iniciativa do promotor de Justiça Dr. Nilton Bussi, e realizado pelos alunos da disciplina de Direito Penal do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina. Em princípio, o projeto consistia em reuniões semanais, em que os estudantes levavam aos participantes informações sobre seus direitos e obrigações.

Ao tomar conhecimento do projeto original, o Dr. Túlio Vargas, que na época era Secretário de Justiça do Estado do Paraná, identificou estar contida nele uma proposta viável no sentido de promover a tão desejada ressocialização do preso. Assim, adotou-o e ampliou-o por meio da resolução nº 99, de 23 de maio de 1977, denominando-o de Projeto Themis⁵.

A partir dessa nova concepção, o Projeto deixou de ser exclusivo da cidade de Londrina, e passou a ser estendido a todas as cidades-pólos do Estado. Para isso, contou com o auxílio das instituições de ensino superior e prefeituras, por meio de convênios.

Sob este novo formato, o Projeto Themis passou a atender, não mais aos presos, mas aos egressos do sistema prisional, no gozo do Livramento Condicional, Regime Aberto, Trabalho Externo, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Viglada e *Sursis*, concedidos pelas Varas de Execuções Penais e/ou Juízes das Varas Criminais do Estado.

⁴ Gonzaga, Maria Tereza Claro *et al.* (Orgs.). *A cidadania por um fio: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade*. Maringá: Dental Press, 2002.

⁵ A denominação de Programa Themis é uma alusão à deusa grega da Justiça.

O Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso - Pró-Egresso foi instituído pelo Decreto nº 4.788, de 23 de janeiro de 1985, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, pelo então Governador José Richa. E é sob esta denominação que ele existe até hoje, atendendo aos apenados, egressos ou não, de todos os municípios do Estado do Paraná.

A unidade de Maringá foi implantada em 9 de janeiro de 1979, ainda sob a denominação de Programa Themis. No início das atividades contava com uma equipe formada apenas por um Coordenador, o Promotor Público Sr. Dr. Lauro Melnik, um supervisor geral, Cônego Dr. Benedito Vieira Telles, e uma equipe de sete estagiários.

1.2 O AMPARO LEGAL

Legalmente, a existência e o funcionamento do Programa Pró-Egresso estão amparados na Lei de Execuções Penais - LEP, que prevê, no seu artigo 61, a existência do Patronato como um dos órgãos de execução penal.

Art. 61 – São órgãos da execução penal: VI – o Patronato

A Lei estabelece que o Patronato funcione como uma Unidade do Departamento Penitenciário (DEPEN). No Estado do Paraná, a sua função está voltada para a coordenação dos programas Pró-Egresso, proporcionando-lhes orientação e infra-estrutura.

A existência do Programa Pró-Egresso está prevista no Estatuto penitenciário do Estado do Paraná, conforme Decreto nº 1.276, de 31 de outubro de 1995 (DEPEN-PR, 1995). Em seu primeiro artigo, o Estatuto estabelece a vinculação entre o Patronato e do Programa Pró-Egresso:

Art. 1º - O Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, coordenado pelo Departamento penitenciário – DEPEN – é constituído pelos órgãos: VII – Patronato e Pró-Egresso.

A instituição do Programa Pró-Egresso foi determinada por uma Lei estadual, sob o nº 7.210, de 11 de julho de 1984, em cujo primeiro artigo consta:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, o Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso – Pró-Egresso, a ser desenvolvido em todas as Comarcas do Estado.

1.3 A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRÓ-EGRESSO

O Programa Pró-Egresso se encontra estruturado em âmbito estadual, e está representado nas 19 comarcas paranaenses. A coordenação estadual dos Programas Pró-Egressos é realizada pelos patronatos⁶. Secretaria de Estado da Segurança e da Cidadania possui duas unidades de patronato, uma em Curitiba, Capital do Estado, e a outra na cidade de Londrina, no norte do Estado, distante aproximadamente 400 quilômetros da Capital.

Em Maringá, o Programa Pró-Egresso está ligado a duas instituições: Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Secretaria de Estado da Segurança e da Cidadania (SESC). À Universidade Estadual de Maringá ele está atrelado por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PEC. Suas atividades são desenvolvidas por estudantes de graduação dos cursos de Psicologia, Direito, Enfermagem da UEM. Os trabalhos realizados pelos acadêmicos são orientados e supervisionados por professores das áreas afins.

⁶ “[...] uma Unidade do Departamento Penitenciário (DEPEN) que, no Estado do Paraná, coordena a execução dos Programas ‘Pró-Egresso’, em seu desenvolvimento, bem como fornece supervisão e infra-estrutura para os Programas, visando o cumprimento da Lei número 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais) com o objetivo de atender egressos, beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), populações estas, oriundas das unidades penais, por determinação da Vara de Execuções Penais e/ou juízes das Varas Criminais” (GONZAGA, 2002, p. 36). Maiores informações sobre este programa podem ser encontradas em: www.depen.pr.gov.br

Essa instituição é responsável pela coordenação do Programa, pela supervisão dos estagiários, e pelos serviços de uma assistente social. Além disso, ela também concede os apoios técnico, administrativo e operacional.

Os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Programa Pró-Egresso provêm das duas instituições às quais ele se encontra vinculado. A Universidade proporciona o espaço físico, financia a manutenção dos serviços básicos, como transporte de estagiários, luz, telefone, água, material de expediente, e a remuneração dos professores que atuam na coordenação e na supervisão dos estagiários, mais os serviços da assistente social. A Secretaria responde pela remuneração dos estagiários, por meio de bolsas.

Cada Programa Pró-Egresso possui uma coordenação, um supervisor para cada área do conhecimento que atua no Programa, e os estagiários, que são os responsáveis pelas atividades junto aos egressos.

O coordenador e os supervisores são professores da Instituição de Ensino conveniada, e dedicam uma carga horária específica ao Programa Pró-Egresso. Os estagiários são alunos dos cursos superiores dessas Instituições de Ensino, e o seu trabalho no Programa é caracterizado como estágio extracurricular. Os acadêmicos cumprem uma carga horária de aproximadamente 20 horas semanais na sede dos Programas. Algumas unidades possuem em seu quadro a atuação de profissionais como assistente social e enfermeira, além de outros.

1.3.1 Os objetivos do Programa Pró-Egresso

O Programa Pró-Egresso tem os seguintes objetivos:

- . fomentar a criação e colaborar no funcionamento dos patronatos, previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 7210/84;
- . proporcionar ao apenado – beneficiário – condições necessárias para “reintegrar-se na sociedade”, diminuindo a reincidência criminal;
- . possibilitar ao beneficiário condições para exercer o seu direito inalienável ao trabalho, aos benefícios assegurados pela lei e à saúde física e mental;

- . atender aos internos das Cadeias Públicas, conforme o termo de Cooperação Técnica firmado entre estas e a Secretaria de Estado da Segurança Pública em data de 28 de junho de 1988, proporcionando a minimização dos problemas das populações carcerárias das mesmas;
- . propiciar campo de estágio aos alunos de várias áreas de ensino superior;
- . fiscalizar e fazer cumprir as condições impostas nas sentenças de benefícios, no Livramento Condicional, no cumprimento da pena em regime aberto de Prestação de Serviços à Comunidade, de Limitação de Fim de Semana, Restritiva de Direitos;
- . promover a assistência do apenado no que se refere ao inciso anterior, objetivando a prevenção da criminalidade e não reincidência, por meio de formação profissional (cursos técnicos oferecidos pelo SENAC), saúde, atendimento jurídico, triagens de psicologia e encaminhamentos, na forma do Capítulo II da Lei Federal nº 7210/84);
- . integração do projeto com a comunidade universitária e comunidade local (GONZAGA, 2002, p. 37-38).

Esses objetivos deixam claro que a atuação do Programa Pró-Egresso encontra-se estruturada sobre dois eixos distintos: um voltado para a *fiscalização do cumprimento da pena* e o outro para a *promoção da integração social* do egresso prisional.

Enfatize-se que são as ações voltadas para os objetivos relacionados ao segundo eixo que justificam a sua existência, pois, em se tratando do aspecto fiscalizador, a própria justiça e a polícia já possuem métodos e estruturas necessários para executá-lo.

Pela história de sua criação e pelos seus objetivos, pode-se observar que o Programa Pró-Egresso foi criado para que fosse dado um tratamento diferenciado a todos os apenados, que não se encontram cumprindo pena sob o Regime Fechado, proporcionando-lhes um tratamento mais humanitário e auxiliando-os no processo de (re)integração social.

1.3.2 A população atendida pelo Programa Pró-Egresso

De acordo com Medeiros (2002, p. 29), a população atendida pelo Programa Pró-Egresso constitui-se dos egressos dos estabelecimentos penais, em gozo de cumprimento de pena em Regime Aberto, ou decorrente da concessão de benefícios processuais, ou, ainda, de sentenciados a penas alternativas à prisão, a exemplo da Pena de Prestação de Serviço à

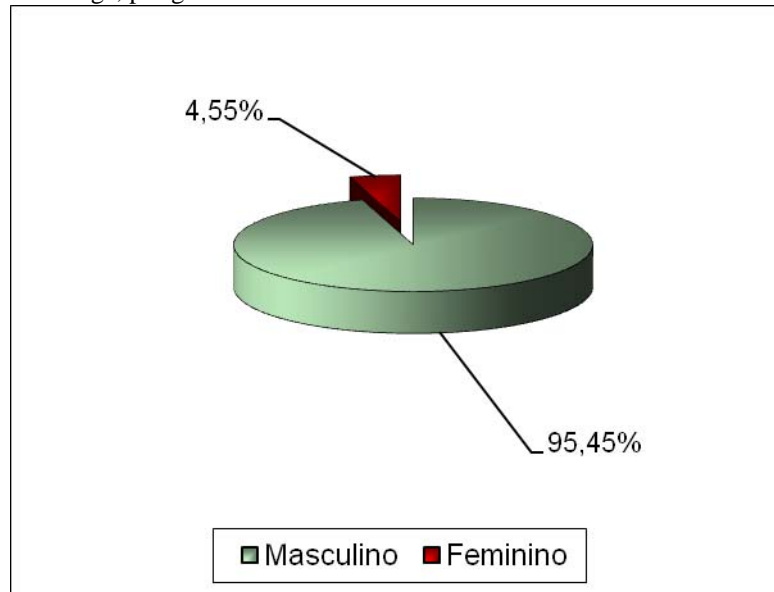
Comunidade ou a Entidades Públicas. Os apenados sob este último regime não passam pela prisão.

No caso específico do sentenciado que foi condenado ao Regime Fechado de Prisão, ao obter o direito de cumprir a pena sob o Regime Aberto, que se caracteriza como um benefício previsto pelo sistema penal progressivo, ele passa a ser identificado como *beneficiário*.

No ano de 2007, antes de coletar os depoimentos dos egressos sobre o papel do trabalho nas suas trajetórias de vida, realizei um levantamento de dados sobre os egressos prisionais beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, a fim de conhecer a população sobre a qual a pesquisa seria realizada, pois, como já citado anteriormente, a população total do Programa é composta por beneficiários de diferentes procedências. Tal procedimento foi realizado utilizando-se como fonte, dados secundários obtidos junto aos arquivos do Programa, onde se encontram guardadas todas as informações dos beneficiários, desde a sua chegada.

Naquele ano, a população de egressos do sistema prisional atendida pelo Programa Pró-Egresso de Maringá era formada, na sua totalidade, por 176 indivíduos. Desse total, 168 eram do sexo masculino e 08 do sexo feminino.

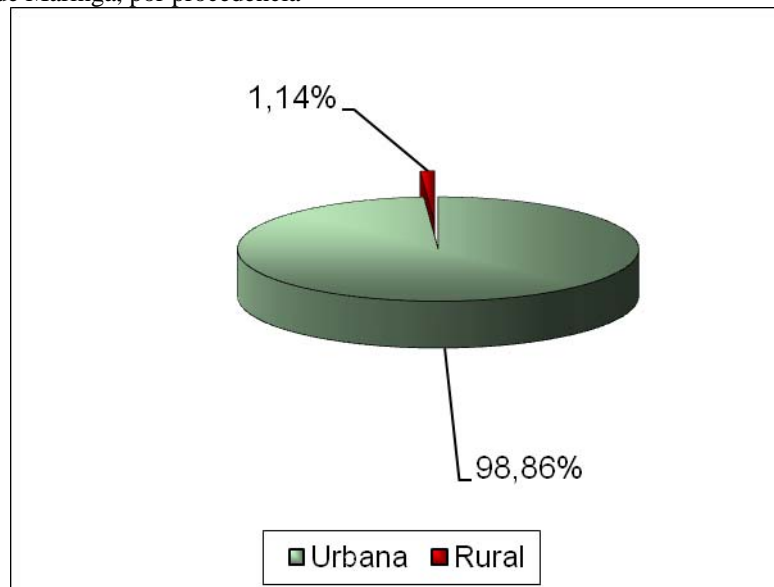
Figura 1 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por gênero



A Figura 1 torna ainda mais evidente o forte predomínio do gênero masculino na população de egressos beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá.

Em se tratando da distribuição geográfica da população, de 176 egressos, 174 são provenientes da zona urbana, e apenas 02 residiam na zona rural quando cometeram o crime e foram presos.

Figura 2 - Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por procedência

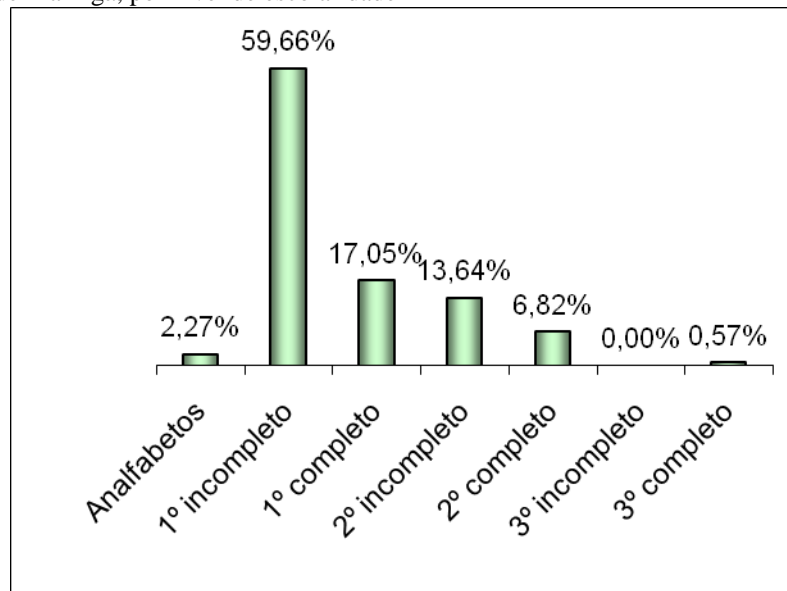


As percentagens que compõem a Figura 2 não deixam dúvida quanto à preponderância da procedência urbana dos egressos beneficiários do Programa Pró-Egresso

de Maringá, no ano de 2007. Deixam claro também que a criminalidade é um fenômeno mais urbano do que rural.

Em relação ao grau de escolaridade, a população de egressos do Programa Pró-Egresso de Maringá apresenta a seguinte proporcionalidade: dos 176 beneficiários, 04 não eram alfabetizados, 105 possuíam apenas o primeiro grau incompleto, 30 haviam cursado o primeiro grau por completo, 24 iniciaram o segundo grau mas não foram até o final, e apenas 01 egresso apresentou o terceiro grau completo.

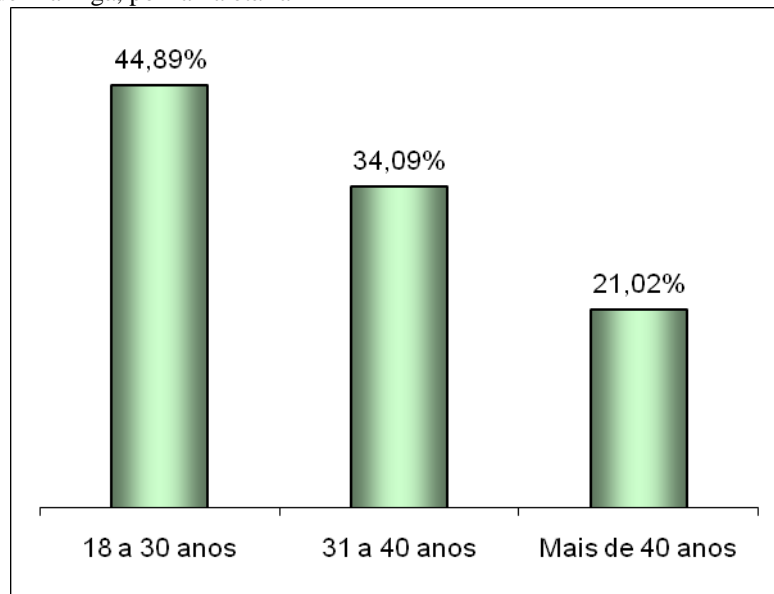
Figura 3 - Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por nível de escolaridade



Informações obtidas junto ao DEPEN/PR atestam que 55,2% da população carcerária deste Estado não possuem o Ensino Fundamental completo, o que confirma a estatística apresentada acima.

Dos 176 indivíduos que compõem a população de beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, 79 se situam numa faixa etária que varia de 18 a 30 anos completos, 60 se situam numa faixa que varia de 31 a 40 anos completo, e 37 apresentam idade acima dos 40 anos.

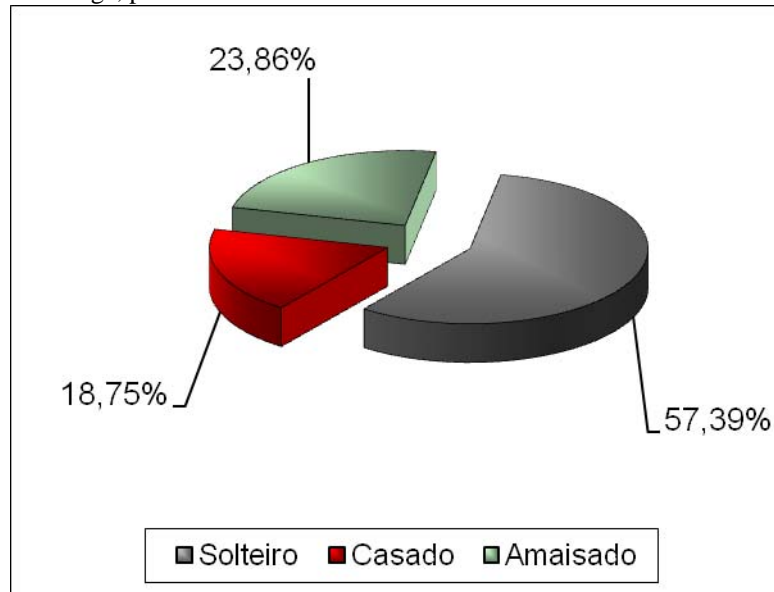
Figura 4 - Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por faixa etária



Essa nítida preponderância de pessoas jovens na população de egressos do Programa Pró-Egresso de Maringá é confirmada pelos dados apresentados pelo DEPEN/PR sobre a população carcerária do Estado, segundo as quais 57,55% se encontram na faixa etária que vai de 18 a 30 anos de idade: uma população formada por pessoas jovens, em idade produtiva.

Em relação ao estado civil os beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, estão distribuídos da seguinte forma: de um total de 176 indivíduos, 101 são solteiros, 33 são casados e 42 se encontram na condição de amasiados.

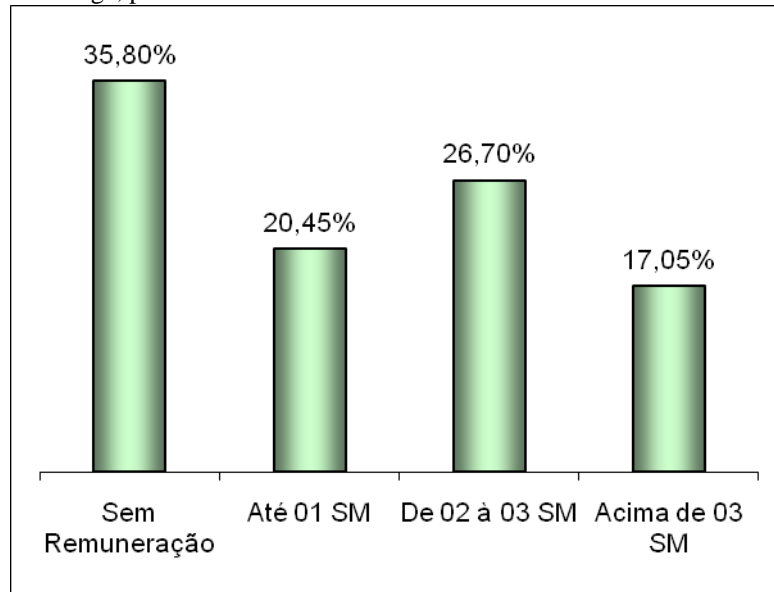
Figura 5 - Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por estado civil



Juntando-se o percentual dos casados com o dos amaisados numa mesma categoria, isto é, indivíduos que possuem um companheiro ou uma companheira, pode-se ver que há quase um equilíbrio entre as duas modalidades de estado civil, diferentemente do perfil apresentado pelos entrevistados na pesquisa empírica, todos casados. Não aparece nenhuma indicação de pessoas separadas, divorciadas, desquitadas, etc. Esta informação sobre a população também nos faz pensar que quase a metade da população carcerária possui família, e que durante o tempo em que cumpre pena em Regime Fechado de Prisão, ela necessita sobreviver sem a sua presença e a sua contribuição.

Dos 176 indivíduos que fazem parte da população de egressos do sistema prisional, beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, 63 alegam não possuir nenhuma forma de remuneração, 36 informam que ganham até um salário mínimo por mês, 47 afirmam que recebem de 02 a 03 salários mínimos por mês, e 30 dizem ter uma remuneração acima de 03 salários mínimos mensais.

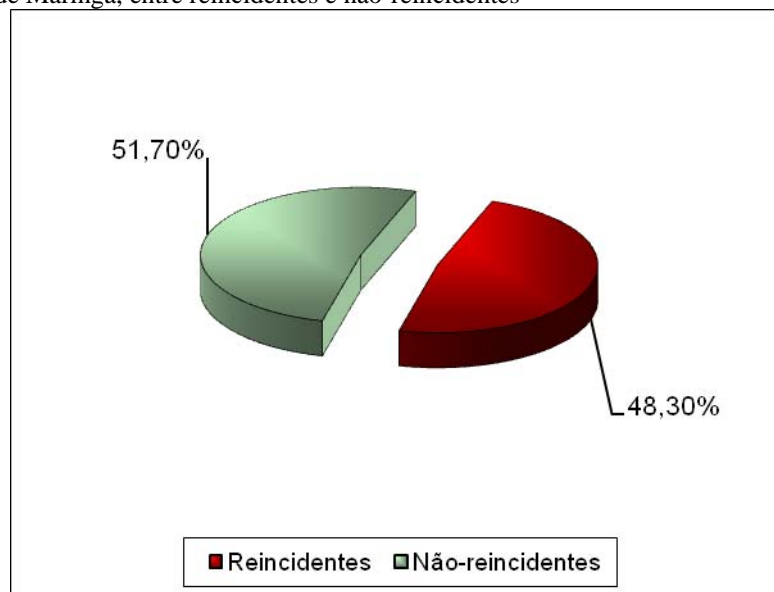
Figura 6 - Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, por faixa de renda



Mais da metade da população (56,25%) possui uma renda máxima de 01 salário mínimo por mês, e apenas 17,05% apresentam uma renda maior que 03 salários mínimos mensais.

Dos 176 indivíduos que compõem a população dos egressos do Programa Pró-Egresso de Maringá, 85 são reincidentes e 91 são pessoas que haviam sido presas pela primeira vez.

Figura 7 – Distribuição da população de egressos do sistema prisional, beneficiária do Programa Pró-Egresso de Maringá, entre reincidentes e não-reincidentes



Os percentuais presentes na Figura 7 demonstram um quase equilíbrio entre os reincidentes e os não reincidentes. Embora possa parecer alta a taxa de reincidência detectada nessa população, ela se encontra abaixo do índice apresentado pelo DEPEN, que na sua página eletrônica⁷ informa que a reincidência no Brasil gira em torno de 82%, e também da taxa identificada por Ottoboni (2001), que afirma que ela se encontra no patamar de 86%.

Os dados presentes nas Figuras de 01 a 07, anteriormente apresentadas, indicam que a população dos egressos beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá são, na maioria, homens procedentes da zona urbana, solteiros, com idade entre 18 e 30 anos, escolaridade de 1º grau incompleto, com baixa remuneração e não reincidentes.

É notório, nesses dados, que a população de egressos, neste caso, é composta por pessoas com baixo nível de escolaridade. Somando-se os analfabetos e os que possuem primeiro grau incompleto tem-se um total de 61,93% dos indivíduos. Acrescentando-se o percentual daqueles que possuem apenas o primeiro grau completo tem-se 79,98% da população, ou seja, mais de $\frac{3}{4}$ dos egressos possuem no máximo oito anos de escolaridade. Se incluirmos o percentual de indivíduos que possuem o segundo grau incompleto, não tendo sido possível identificar até qual série cursou, podendo ter apenas iniciado esse nível de escolaridade e interrompido logo em seguida, temos então 92,62%. Além disso, não houve nenhuma manifestação que indicasse a existência de algum indivíduo que possuísse outros tipos de escolarização equivalente, como cursos técnicos, por exemplo, voltados para uma qualificação profissional específica.

Os dados obtidos na pesquisa possibilitaram a identificação dos tipos de crimes e sua incidência nesta população. Dos 176 indivíduos presentes, 129 (73,29%) cometeram delitos relacionados à obtenção de vantagem econômica⁸, 47 (26,7%) cometeram outros tipos

⁷ Página eletrônica do DEPEN: WWW.depen.gov.br

⁸ Crimes relacionados à obtenção de vantagem econômica: Assalto, estelionato, extorsão, falsificação de moeda, furto, porte e tráfico de entorpecentes, recepção de produtos roubados, roubo e tentativa de assalto.

de delitos. Esses dados indicam que os delitos com maior incidência são os relacionados à obtenção de vantagens econômicas, os de interesse desta pesquisa.

Ao verificar a situação profissional declarada pelos egressos prisionais beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, identificamos que apenas 02 indivíduos se enquadravam no nível gerencial de ocupação; 04 em ocupações que exigem formação escolar; 61 em ocupações que não exigem formação escolar; 100 em ocupações em nível operacional, sem exigência de qualificação profissional; 08 eram trabalhadores rurais e apenas 01 egresso declarou ser estudante.

Tabela 1 - Situação de trabalho dos egressos do Programa Pró-Egresso em 2007

Nível da função	C/ registro	S/ registro	Informais	Desempregados	Total
Gerencial	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Técnico com Formação Escolar	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%	100,00%
Técnico sem Formação Escolar	6,56%	19,67%	39,34%	34,43%	100,00%
Operacional sem qualificação	16,00%	16,00%	31,00%	37,00%	100,00%
Trabalhadores rurais	12,50%	12,50%	25,00%	50,00%	100,00%
Estudante	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Fichas dos beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá

As informações contidas na Tabela 1 mostram que entre os egressos que se enquadram em funções gerenciais, 100% se encontravam trabalhando formalmente. Já os que se enquadram em ocupações técnicas que exigem formação escolar, todos se encontravam na informalidade, mas todos estavam trabalhando. Entre aqueles que se enquadram em ocupações técnicas que não exigem formação escolar, apenas 6,56% se encontravam na formalidade e 59,01% estavam trabalhando na informalidade, sendo que 34,43% eram desempregados. A maior população, que é representada pelos indivíduos que se enquadram em ocupações operacionais, sem nenhuma exigência de escolaridade nem de qualificação profissional, 47% estavam trabalhando na informalidade e 37% estavam desempregados. Dos que se ocupam de atividades rurais, 50% estavam desempregados, e o estudante, que era apenas um, 100% da população estava desempregada.

Parece que as informações sobre a ocupação profissional declarada pelos egressos confirmam a dificuldade encontrada por pessoas com pouca escolaridade e pouca qualificação profissional para assumir ocupações mais complexas mais bem remuneradas.

1.3.3 Instalações dos Patronatos e dos Programas Pró-Egresso

O Patronato, ao qual o Programa Pró-Egresso se encontra ligado, está alojado em prédio locado ou pertencente ao sistema penal paranaense. Os Programas Pró-Egressos estão instalados em instituições conveniadas, como Instituições de Ensino Superior e/ou Prefeitura.

No caso da unidade de Maringá, o Programa se encontra funcionando num prédio da Universidade Estadual de Maringá – UEM, no Campus Universitário, e tem à sua disposição duas salas, com aproximadamente 60 metros quadrados de área total. Uma das salas está voltada para a acomodação dos estagiários e para a execução das atividades técnicas, burocráticas e administrativas. A outra sala é utilizada para o atendimento individual aos beneficiários.

1.3.4 Equipe de trabalho do Programa Pró-Egresso de Maringá

A unidade de Maringá possui uma equipe composta por: uma coordenadora, Prof^ª. MS Maria Tereza Claro Gonzaga, um supervisor da área de Direito, uma Assistente Social, e 23 estagiários: 12 acadêmicas do curso de Psicologia e 11 acadêmicos do curso de Direito.

1.3.5 Ações realizadas pelo Programa Pró-Egresso de Maringá

A fim de atender aos egressos nas suas necessidades, as ações desenvolvidas pelo Programa Pró-Egresso de Maringá, conforme a Coordenação (GONZAGA, 2002, p. 39-41), estão assim compostas:

Quadro 01 - Ações realizadas pelo Programa Pró-Egresso de Maringá

Ações realizadas	Descrição das atividades desenvolvidas
Atendimento na sede do Programa Pró-Egresso	Conforme estipulado pelo Juiz da vara criminal, o beneficiário se apresenta na sede do Programa Pró-Egresso semanal, quinzenal, mensal, bimestral ou trimestralmente. Assim, de acordo com a sua apresentação, o atendimento é realizado. Primeiramente, pelo recolhimento de sua assinatura, a fim de confirmar sua presença. Posteriormente, faz-se uma averiguação, por meio das triagens específicas das áreas de Direito, Psicologia, Enfermagem e Serviço Social sobre a existência ou não da necessidade de encaminhamentos referentes a cada uma delas.
Visitas domiciliares	Estas são realizadas pela assistente social e pelos estagiários de Direito, Psicologia e Enfermagem, visando esclarecer aos familiares dos beneficiários o que é o Programa Pró-Egresso – dentro de seus parâmetros legais e complementar a coleta dados. Salientando também o que o programa pode lhes oferecer quanto ao atendimento jurídico, social, psicológico e de saúde. Encaminhamentos e atendimentos específicos de cada área são feitos quando necessário.
Atendimento familiar	O atendimento à família do egresso é realizado na sede do Programa ou quando das visitas domiciliares. De acordo com as necessidades apresentadas pelos familiares, as áreas específicas de Direito, Psicologia, Enfermagem e Serviço Social realizam as ações cabíveis.
Projeto profissionalização	Pelos convênios estabelecidos entre a Secretaria de Estado de Emprego e Relações de Trabalho, por meio do Sistema Público de Emprego, e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por intermédio do Patronato Penitenciário, é realizado um esforço no sentido de promover a inserção do egresso no mercado de trabalho.
Projeto integração Pró-Egresso e comunidade	A integração com a comunidade é desenvolvida por meio da divulgação do Programa Pró-Egresso nos meios de comunicação, no sentido de sensibilizar a sociedade para a necessidade de participar no processo de reintegração do egresso.
Grupos de estudos	Estes se dão por meio de reuniões da equipe multidisciplinar, periodicamente, onde se realizam discussões sobre temas relacionados com a prática de cada área. Esta atividade tem como principal finalidade evoluir nas práticas do Programa Pró-Egresso, bem como dar subsídios teóricos aos estagiários.
Participação em eventos	A participação e a apresentação do Programa Pró-Egresso em Cursos, Congressos e Simpósios Científicos, bem como de artigos escritos, possuem como finalidade uma reciclagem da equipe multidisciplinar e troca de experiências com outras atividades do gênero, além da divulgação do programa em âmbito científico.
Projeto de prestação de serviços à comunidade	Os beneficiários contemplados com penas de prestação de serviços são encaminhados a Instituições Públicas cadastradas, para prestarem serviços compulsórios, os quais são acompanhados periodicamente pela equipe do Programa Pró-Egresso.
Reuniões com os beneficiários	Mensalmente, são realizadas reuniões com os beneficiários do Programa Pró-Egresso, quando são esclarecidos pontos importantes sobre o andamento da sua pena e as maneiras como ele pode receber ajuda no processo de reintegração social. Estas reuniões são utilizadas para discussões a respeito de temas importantes, como alcoolismo, drogadição, prevenção de câncer, DST, além de outros.

1.3.5.1 Atividades desenvolvidas pela área de Direito

Os estagiários do curso de Direito desenvolvem atividades voltadas para uma assistência ampla do egresso, no sentido de garantir a eles a preservação e a obtenção dos seus direitos enquanto cidadão (GONZAGA, 2002, p. 61-64).

Por meio de contatos pessoais e via requerimentos, são realizadas ações junto ao Poder Judiciário: Varas Criminais, Vara de Execuções Penais e Juizado Especial. Essas ações se referem à remissão de pena, indulto e comutação de pena, progressão de regime prisional, livramento condicional, além de outras.

1.3.5.2 Atividades desenvolvidas pela área de Psicologia

A equipe de estagiários da Psicologia desenvolve atividades que objetivam uma melhoria da condição psicossocial dos egressos. A fim de atingir esses objetivos, segundo Gonzaga (2002, p. 65-74), os estagiários realizam ações individuais e grupais com os beneficiários, que consistem em:

- orientar os apenados acerca de seus direitos e deveres;
- realizar triagens com recém-matriculados, para conhecer as necessidades da população, e realizar os encaminhamentos necessários;
- realizar triagem psicoprofissional para fazer encaminhamentos à comunidade;
- elaborar parecer psicológico para dar subsídios para requerer benefícios;
- realizar visitas domiciliares, a fim de realizar um acompanhamento efetivo do beneficiário;
- apresentar o Programa Pró-Egresso em eventos científicos, a fim de socializar os conhecimentos gerados pela sua atuação;
- realizar reuniões mensais com os egressos a fim de transmitir informações importantes para o processo de reintegração social dos mesmos;
- realizar seleção de estagiários de outras áreas no início de cada ano letivo;
- participar de estudos de casos, sob uma dinâmica interdisciplinar;
- intervir junto ao Judiciário sobre casos específicos do Programa Pró-Egresso.

Além disso, realizam outras atividades com as famílias dos egressos, por meio de visitas domiciliares, no sentido de orientar os familiares no acompanhamento do egresso, e na conscientização da importância da participação no seu processo de reintegração.

1.3.5.3 Atividades desenvolvidas pela área de Serviço Social

As atividades da área de Serviço Social também são desenvolvidas levando-se em conta o caráter interdisciplinar de atuação de todas as outras áreas presentes no Programa Pró-Egresso. Para dar conta do atendimento aos egressos, do ponto de vista da assistência social, a equipe realiza as seguintes atividades: triagem de recém-matriculados, atendimento familiar, visitas domiciliar de acompanhamento do egresso, visitas às instituições conveniadas, elaboração de pareceres técnicos, encaminhamento a recursos da comunidade, participação em grupos de estudos multidisciplinares, participação em reuniões com os beneficiários, periodicamente, além de responder pela documentação inerente a sua participação no Programa Pró-Egresso (GONZAGA, 2002, p. 75-80).

1.3.5.4 Atividades desenvolvidas pela área de Enfermagem

O trabalho desenvolvido pela Enfermagem no Programa Pró-Egresso possui um caráter educativo e multidisciplinar. As estagiárias realizam triagens específicas da área, nas quais colhem informações da vida pregressa do beneficiário, a fim de fazer os encaminhamentos quando necessários, para instituições públicas de saúde (GONZAGA, 2002, p. 81-86).

A área de Enfermagem realiza visitas domiciliares, por meio das quais buscam orientar os familiares e o egresso para uma vida mais saudável. Além disso, profere palestras

de cunho educativo nas reuniões periódicas realizadas com os egressos. Os estagiários participam também dos grupos de estudos, nos quais são discutidos casos e conteúdos teóricos, sempre com a participação das diferentes áreas de atuação.

2 SISTEMA PENITENCIÁRIO, DIALÉTICA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL, E TRABALHO

Os egressos do sistema prisional são pessoas que, compulsoriamente, passaram um período da vida longe do convívio social, em decorrência do cumprimento de uma pena sob o Regime Fechado de Prisão, e, posteriormente, passaram a viver sob liberdade condicional até o término da pena. A fim de obter suporte para proceder à leitura da realidade da população em foco, procurei subsídios na legislação penal brasileira, e mais especificamente no que se refere à pena privativa de liberdade, isto é, a pena de prisão, bem como nos conteúdos da Psicologia Social que tratam dos processos de exclusão e de inclusão social, especialmente naquilo que se refere à participação do trabalho.

A pena privativa de liberdade constitui-se numa modalidade de punição ao infrator, assim como as chamadas penas alternativas: prestação de serviços pecuniários, fornecimento de cestas básicas, pagamento de multa em dinheiro, além de outras. A grande diferença entre as várias práticas penitenciárias consiste no fato de que a pena privativa de liberdade tem como principal instrumento de castigo o cerceamento da liberdade individual, enquanto as outras modalidades se utilizam de outros tipos de castigo.

A instituição prisional foi criada, desde o início, para punir, corrigir e ressocializar o infrator, para devolvê-lo à sociedade em condições adequadas para o convívio social, mas, com o passar do tempo e com as práticas penitenciárias de segregação social dos presos, e com a criação de ambientes que possibilitam a convivência entre os mais diferentes tipos de criminosos, ela passou a desempenhar também um papel negativo, na vida do preso e para a sociedade. A marca da prisão se configura como um dos elementos mais perversos de exclusão social, estigmatizando o indivíduo de forma negativa, para sempre.

2.1 A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PROGRESSIVO BRASILEIRO

A instituição da pena privativa de liberdade ocorreu na Idade Moderna, a partir da segunda metade do século XVI, com a finalidade de controlar o aumento da delinqüência e da criminalidade e de proporcionar segurança às classes dominantes. Esse modelo de controle social se consolidou quando se mostrou capaz de responder às exigências do desenvolvimento geral do capitalismo, que se encontrava em expansão naquela época. Segundo Dotti (1998), um dos objetivos de sua criação foi evitar o desperdício da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, poder controlá-la, regulando sua utilização de acordo com as exigências da valoração do capital. A importância de fazer com que o trabalhador permanecesse se dedicando a uma única organização fez surgir o vínculo empregatício, que por sua vez gerou a necessidade de impor uma disciplina capitalista de produção, de tal maneira que passasse a aceitar uma ordem que o tornasse dócil instrumento de exploração.

No Direito brasileiro, enquanto sanção penal, a pena privativa de liberdade foi utilizada desde o Primeiro Império. O Brasil-Colônia adotou, desde a sua descoberta até completar-se o período da dominação portuguesa, além de diferentes formas de suplícios, como pena de morte, mutilação, também as penas de perda da liberdade, e outras medidas infamantes. No Código Criminal do Império do Brasil, sancionado em 16.12.1830 pelo Imperador D. Pedro I, a privação de liberdade – prisão com trabalho e prisão simples – passa a ser uma autêntica e própria sanção penal para substituir as penas corporais, de largo espectro nas ordenações (DOTTI, 1998).

O Código Penal de 1890 (Primeira República) previa as seguintes modalidades de penas privativas da liberdade: prisão celular (base do sistema penitenciário, aplicável a quase todos os crimes e a algumas contravenções e com caráter efetivo de privação da liberdade), reclusão (em fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares), prisão com trabalho

obrigatório (cominadas para vadios e capoeiras e executadas nas penitenciárias agrícolas ou presídios militares) e prisão disciplinar (destinada aos menores até a idade de 21 anos). O Código Penal de 1940 instituiu a reclusão (cominada no máximo em trinta anos, aplicando-se a mais de 130 hipóteses de ilícitos) e a detenção (cominada no máximo em três anos, sendo aplicada a mais de 170 casos de ilícitos) como espécies da pena privativa de liberdade (DOTTI, 1998).

Após a II Guerra Mundial, apesar dos avanços da legislação em matéria de proteção do indivíduo contra o poder punitivo do Estado, as penas privativas de liberdade foram conservadas como a espinha dorsal do sistema penitenciário. No Código Penal de 1969, a preocupação com as penas curtas de prisão fez com que o legislador admitisse a substituição da pena de detenção não superior a seis meses pela multa (art. 46). Outra inovação foi a pena relativamente indeterminada para os criminosos habituais ou por tendência (art. 64), assim como alterou os limites da pena unificada: 30 anos para a reclusão e 15 para a detenção (art. 67). A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inc. XLVII estabelece que não haja pena de morte, salvo no caso de guerra declarada. A pena privativa de liberdade⁹, nas formas de reclusão para os ilícitos graves, e detenção para os ilícitos menos graves, mantém-se como a coluna vertebral do sistema (DOTTI, 1998).

Mas, por que a privação da liberdade continua a ocupar lugar de destaque no sistema penitenciário?

Segundo Foucault (1983), a prisão, máquina cujos produtos e engrenagens são os detentos-operários, prescreve uma recodificação da existência bem distinta da pura privação jurídica de liberdade, já que foi concebida como local de formação de um saber clínico sobre os detentos, operando segundo três princípios:

⁹ A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado (execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média), semi-aberto (execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar) ou aberto (execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado). A detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado (art. 3º, parágrafo 1º, a, b, c do CP).

1º) o isolamento: a pena deve ser não somente individual, mas individualizante; isola o condenado do mundo exterior, de tudo que motivou a infração, isola-o também em relação aos outros;

2º) o trabalho: juntamente com o isolamento, é outro agente da transformação carcerária, pois deveria transformar o prisioneiro, violento, agitado, irrefletido, em peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade;

3º) a modulação da pena: a extensão da pena de acordo com uma meta prefixada deveria ajustar-se à transformação útil do detento no decorrer de sua condenação.

A pena privativa da liberdade, operando sobre esses três princípios (isolamento, trabalho e modulação da pena), tem por objetivo promover a transformação do indivíduo. Na prisão, o detento é isolado para poder refletir sobre seu ato criminoso; é forçado a trabalhar para se tornar produtivo, útil à sociedade; e cumpre uma pena pelo tempo necessário para que seu ajustamento ao comportamento útil e dócil seja alcançado. Em tese, esse objetivo (transformação do indivíduo) seria atendido, já que, na prisão, o indivíduo pode ser constantemente vigiado, treinado e corrigido.

Mas, que tipo de transformação do indivíduo a prisão (privação de liberdade) tem promovido?

Na medida em que a pena privativa de liberdade constitui o essencial, “a prisão assume uma tripla função: punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade, no nível social que lhe é próprio” (PERROT, 2006, p. 262).

Concebido como um sistema de proteção da sociedade e de correção e ressocialização do indivíduo para seu retorno ao convívio social, hoje o sistema penitenciário não exerce suas funções com eficácia e eficiência, em especial no que diz respeito à

ressocialização e à reintegração do egresso à convivência pacífica e harmoniosa com a sociedade. Por quê?

Nesse sentido, Foucault (1983) assevera que, desde a sua instituição, a idéia da reclusão penal foi explicitamente criticada por muitos reformadores apoiada em argumentos como: incapacidade de responder à especificidade dos crimes; ser desprovida de efeito sobre o público; ser inútil, ou até mesmo nociva à sociedade; ser onerosa, porque mantém os condenados na ociosidade e multiplica os vícios; apresentar dificuldade em controlar seu cumprimento; e risco de expor os detentos à arbitrariedade dos carcerários.

Além disso, o encarceramento teria, por um lado, a função de efetuar um controle social perverso e, por outro, de regular o mercado de trabalho. Esse argumento vem sendo sistematicamente atualizado, pois “[...] sugere que pobres, *vagabundos*, desempregados, grupos etno-raciais e etno-nacionais, ou seja, os *diferentes* continuam sendo os clientes preferenciais do sistema penitenciário” (MORAES, 2005, p. 56, grifo do autor).

Não obstante essas críticas às penas privativas da liberdade, cuja origem se encontra em outras penas¹⁰, utilizava-se da prisão como instrumento que garantia a permanência dos sentenciados à disposição para a execução das penas propriamente ditas: pena de morte, desterro, galés, além de outras. Os sentenciados ficavam privados da liberdade de locomoção, passando a ser a prisão, depois, a própria sanção penal, até hoje a mais utilizada nas legislações modernas (MIRABETE, 2004b).

Quanto à execução da pena privativa de liberdade, são apontados três diferentes sistemas penitenciários¹¹: o sistema de Filadélfia (pensilvânico, belga ou celular), o de Auburn e o sistema Progressivo (inglês ou irlandês). Neste último, observa-se a tendência “[...] de dar ‘o significado de crime’ aos atos que ‘cada vez mais são vistos como indesejados ou pelo menos dúbios’ e de ‘cada vez mais punir esses crimes com a prisão’” (BAUMAN,

¹⁰ O histórico completo das penas pode ser encontrado em DOTTI (1998) e BITENCOURT (2001).

¹¹ BITENCOURT (2001) mostra a evolução do sistema penitenciário quanto à execução da pena privativa de liberdade.

1999, p. 115). Isso de certa forma ocorreu porque, no decorrer do século XIX, a pena privativa da liberdade triunfou definitivamente, coincidindo com o abandono da pena de morte, assim como dos regimes celular e auburniano, e com a adoção do sistema progressivo.

Com o abandono do suplício como forma de punição, a pena passou a adotar como objeto de atuação a perda de um bem e/ou de um direito, como a liberdade, por exemplo. A punição não se dirige mais ao corpo, mas à alma do criminoso. Assim, no ritual penal, desde a informação até a sentença e as últimas conseqüências da pena, são julgados “[...] o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, o que se pode esperar dele no futuro” (FOUCAULT, 1983, p. 22), já que, após a pena ter sido cumprida parcialmente, o detento tem direito à liberdade condicional, pois

a essência desse regime consiste em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um os privilégios que o recluso pode desfrutar de acordo com sua boa conduta e o aproveitamento demonstrado do tratamento reformador. Outro aspecto importante é o fato de possibilitar ao recluso reincorporar-se à sociedade antes do término da condenação. A meta do sistema tem duas vertentes: de um lado pretende constituir um estímulo à boa conduta e à adesão do recluso ao regime aplicado e, de outro, pretende que esse regime, em razão da boa disposição anímica do interno, consiga paulatinamente sua reforma moral e a preparação para a futura vida em sociedade (BITENCOURT, 2001, p. 83).

O regime progressivo estabelece que após o cumprimento de pelo menos 1/6 da pena, tendo bom comportamento, o detento faz jus à progressão do regime fechado para o semi-aberto. Isso faz com que o regime progressivo represente um avanço considerável no sistema penitenciário, já que diminui o rigor na aplicação da pena privativa da liberdade, incentiva o apenado a buscar mudanças de comportamento e também possibilita um retorno parcial do indivíduo ao convívio social.

Mas, se a pena de prisão é a modalidade de punição que se tornou preponderante nos últimos séculos, é preciso considerar que ela constitui a forma última e mais radical de exclusão¹², uma vez que o confinamento espacial “[...] sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com os setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar” (BAUMAN, 1999, p. 114), segregando os diferentes, em especial os pobres.

Sobre a prática da criminalização da pobreza, Martins (2000, p. 39) faz a seguinte afirmação sobre aqueles que sofrem pena de reclusão:

São, realmente, os pobres, os ignorantes, os sem-família, enfim, aqueles indivíduos que por não terem tido condições de vivenciar uma situação equilibrada no âmbito das relações domésticas, não puderam frequentar escolas, não tiveram acesso ao mínimo de formação profissional, os que mais cometem delitos e o fazem de forma a deixar vestígios que permitem, na maioria das vezes, que venham a ser incriminados, denunciados e, por fim, condenados, sempre com a ira da imprensa e da população.

São os pobres, a maioria confinada dentro dos muros das prisões, geralmente com o consenso da sociedade, da imprensa, além da “[...] ajuda de categorias legalmente definidas para subjugar a disparidade e a conseqüente segregação espacial da diferença [...]” (BAUMAN, 1999, p. 115), tudo em função da segurança das classes privilegiadas, ameaçada, sobretudo, diante da ineficácia do sistema de segurança e da desigualdade social.

A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece em seu art. 1º que o objetivo da execução penal é “[...] *efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*”.

Em assim sendo, uma condenação tem a finalidade de dar ao apenado a possibilidade de

¹² Na sociedade contemporânea, a prisão de Pelican Bay, na Califórnia, é exemplo chocante da exclusão social, já que foi inteiramente planejada de modo que cada interno praticamente não tem qualquer contato direto com os guardas ou outros internos. O que os internos fazem em suas celas não importa. Importa é que fiquem ali, pois ela foi planejada como fábrica de exclusão e de pessoas habituadas à sua condição de excluídas (BAUMAN, 1999, p. 116 e 121).

passar por uma terapêutica penal e se curar de sua volúpia infracional para ser reintegrado no seio social, onde voltará e cumprirá as regras legais impostas a todos os indivíduos (BADIN, 2004).

Considerando que a aplicação da pena possui dupla função, punir e recuperar para ressocializar, o condenado tem, portanto, o direito de ser recuperado. Assim, cabe ao Estado, responsável pela segurança de todo cidadão, cumprir sua obrigação no que diz respeito à recuperação do condenado, para não deixar “[...] a sociedade desprotegida. Entretanto, como é de amplo conhecimento, nossas prisões são verdadeiras escolas de violência e criminalidade” (BAUMAN, 1999, p. 20). Entretanto, garantir a segurança da sociedade e preservar os direitos dos condenados tem se mostrado ser um grande desafio que se coloca no campo penal e social, já que se observa total dissociação entre a previsão legislativa e a realidade das prisões brasileiras¹³, que em nada contribuem para a ressocialização do detento. Ao contrário,

[...] a prisão e o sistema penitenciário nasceram para ser exatamente o que são e o que sempre foram: uma forma de controle social perverso, que passa pela “criminalização da marginalidade” e da pobreza, ao mesmo tempo em que é uma vitrine para toda a sociedade, os pobres em particular, daquilo que eles *realmente seriam*: potencial e virtualmente membros das *classes perigosas* (MORAES, 2005, p. 181).

Apesar de ter contribuído decisivamente para eliminar as penas aflitivas, os castigos corporais e as mutilações, a pena de prisão não tem correspondido às expectativas de cumprimento da finalidade, nem de proteger a sociedade e nem de recuperar o delinqüente. Goffman (1987) caracteriza a prisão como sendo uma estufa para mudar pessoas, um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu, uma máquina eficiente para atingir determinadas finalidades, como, por exemplo, sua reforma na direção de um padrão ideal. Mas, como a história já se encarregou de provar que esse tipo de pena não está atingindo seu

¹³ VARELLA (1999), em *Estação Carandiru*, nos dá uma boa idéia do universo prisional.

objetivo, então que tipo de mudança a prisão está proporcionando às pessoas que a ela são submetidas?

O modelo prisional, que desde a sua criação deveria ser útil, exercendo seu papel transformador positivo no sentido de promover mudanças comportamentais nos detentos, tem se mostrado ineficaz. Ao longo do tempo, o ambiente prisional tem-se revelado perverso, desigual e, até, desumano, tornando-se incapaz de concretizar tais objetivos. Ao adotar a prisão como estratégia de controle social, a sociedade muitas vezes ignora que a conduta criminal, geralmente, “[...] é o resultado natural de uma vida socialmente marginalizada, marcada por sentimento de sujeição e hostilidade” (SÁ, 1997, p. 117).

A marginalização do indivíduo condenado, não raro, pode ser observada em sua história de vida, cujo perfil, próprio de uma população urbana de jovens pobres, com baixa escolaridade e trabalho remunerado em níveis insuficientes para suprir suas necessidades básicas, torna-se evidente. Estas características se destacam mais, segundo Zaluar (1994), quando se trata de crimes econômicos.

Além desse perfil, baseado em características ligadas ao nível sócio-econômico e que pouco contribui para o ex-presidiário (re)ingressar no mercado de trabalho, a sua condição de egresso prisional dificulta sobremaneira a obtenção de um posto de trabalho. Primeiro porque na prisão, queira ou não, o detento sofre um processo de aculturação promovida pelo meio prisional, que o transforma, impondo-lhe padrões comportamentais pouco adequados ao meio externo, em especial ao contexto produtivo. Segundo porque, quando colocado em liberdade condicional, após cumprir parte de sua pena, o indivíduo sofre com o estigma altamente negativo de ser ex-presidiário, e em decorrência do preconceito social é preterido pelo mercado de trabalho. E, em terceiro lugar, pela ausência de suporte psicossocial e institucional. Por tudo isso, em muitos casos, ao conquistar a liberdade condicional, o egresso se vê totalmente desamparado.

De acordo com o primeiro aspecto, segundo Sá (1997), os problemas inerentes à própria natureza da pena privativa de liberdade e do cárcere engendram a questão da prisionização¹⁴, ou seja, um processo de aculturação, com a adoção, em maior ou menor grau, dos usos, costumes, hábitos e cultura geral da prisão. E todo encarcerado sucumbe, de alguma maneira, à cultura da prisão.

Ao sair da prisão, o indivíduo é um produto moldado para, muitas vezes, reincidir no crime, praticando atos ainda mais violentos. Novamente nas ruas, agora estará apto a dar continuidade aos crimes graves que já cometeu, ou, o que é pior, mesmo condenado por crimes menos gravosos, pela convivência com presos perigosos. Além disso, a falta de perspectiva de ser aceito no seio da comunidade – em face da estigmatização advinda do aprisionamento, que provoca, dentre outras coisas, a impossibilidade de obtenção de trabalho – o conduzirá a agir desta maneira (MARTINS, 2000).

O segundo aspecto é tratado logo a seguir, no item 2.2 onde discorro sobre as questões do estigma e da exclusão social. Já sobre o terceiro aspecto, há pouco ou quase nada em termos de instituições preparadas para dar suporte ao egresso. Ao deixar a prisão, o preso fica à própria sorte. No Estado do Paraná, o ex-presidiário conta com o Programa Pró-Egresso, que tem suas ações bastante limitadas em decorrência das dificuldades encontradas, pela falta de apoio da sociedade. Outros estados, como o Estado de São Paulo, possuem outras maneiras de lidar com os egressos, como a FUNAP¹⁵ que trabalha no sentido de dar apoio aos recém-libertados. O Estado de Minas Gerais apresenta uma série de ações voltadas para este objetivo. Entretanto, em âmbito nacional, pouco ainda é feito no sentido de acolher e dar

¹⁴ Donald Clemmer cunhou, em 1940, o termo “prisionização” para denotar os verdadeiros efeitos do confinamento, marcadamente diferentes do impacto “reeducador” e “reabilitador” atribuído à prisão por seus teóricos e promotores. Clemmer encontrou internos sendo assimilados a uma “cultura de prisão” altamente idiossincrática, que, quando nada, fazia deles ainda menos adaptados do que antes para a vida fora dos muros da prisão e menos capazes de seguir as regras e costumes da vida “comum”. Como todas as culturas, a cultura da prisão tinha uma capacidade autoperpetuadora. A prisão era, na opinião de Clemmer, uma escola do crime (BAUMAN, 1999:134).

¹⁵ FUNAP – Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”: <http://www.funap.sp.gov.br>

orientação para esta população. Não se observa uma política nacional de apoio ao egresso prisional.

A prisão, segundo Bauman (2005b, p. 107), é um depósito de lixo “[...] final, definitivo. Uma vez rejeitado, sempre rejeitado. Para um ex-presidiário sob condicional ou *sursis*, retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão”. Dados colhidos por Ottoboni (1997) apontam para um nível de reincidência criminal da ordem de 86% no Brasil. Já para o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2008), esse índice está na casa de 82%. Por uma série de fatores, o egresso é levado a reincidir no crime, provavelmente porque o sistema desconsidera que a grande maioria dos delinquentes é, na realidade,

[...] um doente gerado no ventre da ausência de afeto e de amor, do desemprego, da falta de moradia, do desequilíbrio social, da fome, da injustiça, da péssima assistência previdenciária, dos preconceitos que, no estabelecimento penal, vê agravada essa condição (OTOBBONI, 2001, p. 69-70).

O delinqüente, se não assistido corretamente, retorna ao convívio da sociedade em piores condições do que quando iniciou o cumprimento da pena. Por isso, tão importante quanto a eficácia do sistema repressivo no controle na violência é compreender a dinâmica da criminalidade para pensar formas de intervenção que tenham como foco, além da prevenção, a relação preso/sociedade, já que “*o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de Execução da Pena e da medida de Segurança*” (LEP, art. 4º). Nesse sentido, a compreensão do problema da criminalidade implica lançar um olhar sobre as dinâmicas sociais que dão origem aos processos de exclusão e de inclusão social.

2.2 A DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

É na concepção marxista sobre o papel da miséria e da servidão na sobrevivência do capitalismo que se baseia a idéia da dialética exclusão/inclusão, inserindo-se a exclusão no movimento incessante de reconstituição “[...] de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada” (SAWAIA, 2001, p. 108).

Em sua dinâmica de significados, as expressões exclusão e inclusão “não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação” (SAWAIA, 2001, p. 108).

E, é por meio desta dinâmica que a sociedade tem demonstrado sua capacidade de existir como sistema. A dialética da exclusão/inclusão é a aporia (conflito) fundamental sobre a qual a sociedade moderna experimenta o enigma da coesão e pretende conjurar os riscos de sua fratura (CASTEL, 1998).

Sob o ponto de vista de Castel (1998, p. 569),

(...) a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos mal aquinhoadas dos vulneráveis, que, por exemplo, ainda trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados, mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente, mas sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. Mas também existe uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social. Os “excluídos” não têm nada a ver com a escolha de uma política de flexibilidade das empresas, por

exemplo – salvo que sua situação é, concretamente, a consequência dessa escolha (CASTEL, 1998:569)

É a partir da idéia da dialética exclusão/inclusão que a Psicologia Social busca compreender as manifestações de comportamentos hostis, assim como a permanência e a aceitação da injustiça e de práticas de discriminação, que levam milhares de indivíduos às margens de uma sociedade que cultua valores democráticos. Jodelet (2001) estabelece uma relação entre a manifestação de comportamentos hostis e a experimentação de sentimentos de frustração diante de necessidades ou desejos não satisfeitos por parte do indivíduo. Pelo menos, é com base neste paradigma que a autora busca explicar a manifestação de fenômenos como os linchamentos e os *pogroms*¹⁶, contra alvos acessíveis ou frágeis.

É com base nestes processos psicológicos e sociocognitivos, ligados às relações intergrupais, que o fenômeno de deslocamento sobre um ‘bode expiatório’, por meio de comportamentos agressivos e também mesclados de atitudes depreciativas, como, por exemplo, preconceitos e estereótipos negativos, pode ser explicado e reforçado. Nos “[...] contextos sociais, onde dominam valores e crenças que favorecem o desprezo das vítimas”, muitas vezes se torna difícil a adoção de “uma posição contrária por temor de nos encontrarmos em uma situação incômoda em relação ao grupo ao qual pertencemos”, e é dessa forma, que geralmente se dá a aceitação pacífica da marginalização do estigmatizado (JODELET, 2001, p. 56).

É por intermédio dos mediadores da exclusão, os preconceitos¹⁷ e os estereótipos¹⁸, que pessoas de um grupo social tendem a desprezar pessoas que não pertencem

¹⁶ Movimento popular de violência contra os judeus.

¹⁷ “O preconceito é um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou de uma coisa, e que assim compreende vieses e esferas específicas. Disposto na classe das atitudes, o preconceito comporta uma dimensão cognitiva, especificada em seus conteúdos (asserções relativas ao alvo) e sua forma (estereotipia), uma dimensão afetiva, ligada às emoções, e valores engajados na interação com o alvo, uma dimensão conativa, a descrição positiva ou negativa” (JODELET, 2001, p. 59).

¹⁸ Os estereótipos são “‘imagens na cabeça’, representações do meio social que permitem simplificar sua complexidade. [...] Na linguagem cognitivista do tratamento da informação, os estereótipos são esquemas que concernem especificamente aos atributos pessoais que caracterizam os membros de um determinado grupo ou de

ao seu grupo, não raro por influência dos sistemas de comunicação institucionais ou midiáticos¹⁹, que contribuem muito para reforçar a marginalização de determinado grupo ou de uma categoria social, como, por exemplo, os pobres.

O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas. O estigma é definido como cicatriz, como aquilo que marca, e “[...] denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo na lógica da exclusão” (WANDERLEY, 2001, p. 24). Ele pode ser aprofundado e ampliado pelos meios de comunicação quando, a pretexto de divulgar pesquisas, reforçam a estereotipia (MELLO, 2001). Dessa forma, pode caracterizar um segmento da população como pertencente a uma categoria social perigosa.

Entender como se processa essa categorização social é condição importante para a compreensão do fenômeno da exclusão social. Segundo Jodelet (2001), na literatura psicossociológica o termo categorização abrange dois sentidos: 1º) classificação das pessoas em uma divisão social, isto é, uma categoria dada, como, por exemplo, homens e mulheres, jovens e velhos; 2º) atribuição de uma característica a alguém, caso esteja relacionado com a estigmatização ou estereótipo, como, por exemplo, ex-presidiário.

Assim sendo, “a categorização segmenta o meio social em classes cujos membros são considerados como equivalentes em razão de características, ações e intenções comuns” (JODELET, 2001, p. 60).

Essa categorização é determinante para o sentimento de pertencimento social, que leva a diferenciar e excluir aqueles que não estão engajados, emocionalmente, no seu grupo. Não raro isso acontece porque, ao entrar numa situação social mista, um indivíduo estigmatizado pode responder, antecipadamente, por meio de uma atitude defensiva,

uma categoria social dada. Eles são considerados como resultantes de processos de simplificação próprios ao pensamento do senso comum” (JODELET, 2001, p. 59).

¹⁹ “No que diz respeito à violência, em especial à violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem aprofunda o temor e a ignorância do público a que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados” (MELLO, 2001, p. 138).

retraindo-se ou aproximando-se com agressividade, o que pode provocar, nos outros, uma série de respostas desagradáveis.

[...] a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de uma para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta.

Sugiro, então, que o indivíduo estigmatizado – pelo menos o ‘visivelmente’ estigmatizado – terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provocam uma interação angustiada. Assim, deve-se suspeitar que nós, normais, também acharemos essas situações angustiantes. Sentiremos que o indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou é muito tímido e que, em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações (GOFFMAN, 1980, p. 27).

Em situações de interação social, a pessoa estigmatizada não só percebe fontes potenciais de mal-estar como ainda tem consciência de que outras pessoas com as quais se relaciona também percebem e, inclusive, não ignoram sua percepção. Essa percepção consciente por parte do estigmatizado torna a situação de interação ainda mais difícil, pois as pessoas tendem a proceder como se esse indivíduo correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que são naturalmente acessíveis em tal situação, tratando-o como se fosse alguém melhor do que acham que é, ou alguém pior do que acham que ele provavelmente é (GOFFMAN, 1980). No caso de tratá-lo pior do que é, reforça-se a lógica da exclusão.

Portanto, a naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicitar “a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto ao nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como *‘isso é assim e não há nada para fazer’*” (WANDERLEY, 2001, p. 23). Ela é fruto de um preconceito expresso na dinâmica relacional, que revela também a fragilização dos vínculos sociais.

A exclusão é um fenômeno multidimensional que abarca os fatores social, econômico e institucional, pois se instaura e se mantém devido a uma construção da alteridade baseada nas representações sociais que a comunicação contribui muito para difundir. Além

disso, apresenta diversos significados e demonstra ampla difusão de usos, abrangendo tanto as “[...] minorias – negros, homossexuais, deficientes físicos –, como desempregados, pobres, sem-habituação, sem-teto [...] favelados, meninos de rua, catadores de lixo, periferias, um *lumpen*, ou a um certo tipo de privação, discriminação ou banimento” (VÉRAS, 2001, p. 45).

No âmbito do social a exclusão se processa também com relação ao trabalho, em particular, afetando sobretudo os jovens pobres, vítimas também da violência urbana nas grandes cidades brasileiras, como veremos adiante.

2.2.1 Trabalho e exclusão social

A exclusão superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação, mas cujo vínculo dominante de inserção continua a ser a integração pelo trabalho.

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis (WANDERLEY, 2001, p. 25).

O trabalho dá o “*status* que situa e classifica um indivíduo na sociedade” (CASTEL, 1998, p. 496). No mundo contemporâneo, mais do que nunca, o trabalho é fonte de toda produtividade e expressão da humanidade do homem, condição de inserção social. Por outro lado, a ausência ou falta de trabalho traz consigo uma característica perturbadora, o reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’, excluídos do processo produtivo formal, particularmente devido à desregulamentação do trabalho.

Esse novo paradigma se constitui em decorrência do desemprego estrutural, ocasionado, em parte, pela globalização da economia, que, em algumas nações, promove a desindustrialização e leva milhões de trabalhadores produtivos ao desemprego. No mundo

contemporâneo, o desemprego²⁰ está presente em muitas sociedades, e abrange todos os níveis e todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança e sentimento de vergonha. Durante a reunião do G7 – grupo dos sete países mais industrializados ou mais ricos do mundo – sobre o emprego, organizada em Lille em abril de 1996, o diretor geral da Organização Internacional do Trabalho esclarecia:

‘De 1979 a 1994, o número de desempregados nos países do G7 passou de treze para vinte e quatro milhões’. Praticamente dobrou em quinze anos, ‘sem contar os quatro milhões que renunciaram a procurar um emprego e os quinze milhões que trabalham em tempo parcial, na falta de coisa melhor’ (FORRESTER, 1997, p. 116).

No Brasil, por vários anos, os percentuais do trabalho formal e informal se mantiveram em um patamar razoavelmente estável. A partir dos anos 90 do século passado, o emprego flexível ou informal avança continuamente sobre o trabalho formal, apenas com pequeno recuo provisório logo após o Plano Real. Esse processo levou o setor informal a representar cerca de 54% da mão-de-obra metropolitana brasileira em 1998. Em apenas uma década, altera-se a ocupação predominante no mercado de trabalho, que deixa de ser a formal e passa a ser a flexível. Assim, a possibilidade de obtenção de uma ocupação passa a ser maior no setor informal (DUPAS, 1999, p. 127), contribuindo para a manutenção da desregulamentação do trabalho.

Com a precarização do trabalho, a exclusão social no Brasil se intensifica ao reproduzir níveis de consumo abaixo do mínimo necessário e ao bloquear a ascensão profissional, com a oferta de empregos precários, sobretudo aos jovens. “O jovem que ingressa na população economicamente ativa encontra-se em grande medida já excluído do

²⁰ Observe-se que a questão do desemprego já desperta preocupação na França, no final do século XIX. Em 1891, é criado o Ofício do Trabalho, visando reunir importante documentação e elaborar estatísticas confiáveis sobre o desemprego. No início do século XX, diante da estimativa de 300 mil a 500 mil desempregados, em 1906, é criado o Ministério do Trabalho para dar continuidade à atividade iniciada pelo Ofício do Trabalho. Entretanto, no âmbito da organização do mercado de trabalho, essas medidas, tomadas pelos poderes públicos, não funcionaram como uma verdadeira política de emprego (CASTEL, 1998, p. 423-424).

acesso ao emprego e à renda, apesar de possuir níveis de instrução mais elevados que no passado” (CAMPOS *et al.*, 2004, p. 55).

Nas últimas décadas, particularmente nas grandes cidades brasileiras, a situação de emprego vem sofrendo transformações de tal forma que o emprego informal já suplantou o formal. Em 1980, nas regiões metropolitanas, somente 48,5% do total de trabalhadores estavam na formalidade.

[...] Já em 2000, sua participação cai para 37,4%. Se se analisar região por região, a queda na formalização fica clara a partir da relação entre o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e a população em idade ativa. Todas as regiões metropolitanas sofreram quedas acentuadas. Por exemplo, Rio de Janeiro caiu 27,1%; Porto Alegre, 19,5%; Belém, 18,3%; Recife, 11,7%; Fortaleza, 10,5%; Salvador, 9,9% e São Paulo, 8,09%. Curitiba teve a menor queda: 3,0%. É importante lembrar que o Brasil sempre teve sérios problemas de formalização das ocupações, o que equivale afirmar que o problema está se agravando e muito rápido (CAMPOS *et al.*, 2004, p. 93-94).

Essa nova realidade afeta a todos sem distinção, atingindo particularmente os egressos do sistema prisional, vítimas do estigma e do preconceito social. Além de apresentarem baixa formação escolar, ausência de qualificação profissional, também sofrem com o forte estigma gerado pelo preconceito.

Também são os pobres²¹ as maiores vítimas, não apenas da exploração capitalista mas também da violência urbana. “Os jovens são vítimas predestinadas, porque estão na idade de maior inquietação e demanda por experiências novas e diferentes. Quando não encontram na escola, na família ou nos bairros respostas às suas insatisfações, vão procurá-las nas ruas, espaço [...] cheio de perigos” (MELLO, 2001, p. 135-136).

No Brasil, sem dúvida, pobreza e exclusão são faces de uma mesma moeda. A exclusão se opera particularmente em relação à pobreza. Quarenta milhões de pessoas vivem

²¹ Em São Paulo, no ano de 1995, 2.137 jovens, de ambos os sexos e com idades entre 10 a 24 anos, foram assassinados. [...] a maior parte desses jovens pertencia às camadas mais pauperizadas da população; a maioria das vítimas não se encontrava em situação de abandono, nem estava ligada a práticas ilegais; os jovens vitimados [...] possuíam domicílio fixo e emprego regular (MELLO, 2001, p. 136). Em 1995, o Brasil apresentava um dos piores índices de homicídios, quase 110 assassinatos por dia, ocupando a 161ª posição no *ranking* mundial, encabeçado por Honduras, na 175ª posição (POCHMANN *et al.*, 2004).

em pobreza absoluta. Além disso, a acentuada desigualdade social e o elevado índice de desemprego, observado especificamente entre os jovens, aliados ao emprego informal, fazem aumentar a pobreza e têm efeito negativo sobre a educação²², favorecendo a exclusão social e o aumento da delinquência²³ (KLIKSBERG, 2001).

Autores como Castel (1998), Forrester (1997) e Bauman (2005b), além de outros, já há algum tempo vêm denunciando que na estrutura social contemporânea não há lugares para milhares de trabalhadores, desempregados²⁴, que passam, exaustivamente e sem sucesso, por requalificações ou programas de motivações, e que essa é uma realidade que só tem feito aumentar a pobreza, favorecendo a exclusão social.

Apesar de a integração pelo trabalho continuar sendo o vínculo dominante de inserção na sociedade moderna, é certo que o arranjo do sistema produtivo vem criando um contingente humano desnecessário cada vez maior (CASTEL, 1998). Os “inúteis para o mundo²⁵”, definidos no código napoleônico como “vagabundos” desde o século XVI, são, na sociedade contemporânea, não somente os ocupantes da posição de “supranumerários” de que fala Castel (1998), mas o efeito colateral inevitável da globalização (BAUMAN, 1999), os quais agora fazem parte de um contingente de “redundantes” (BAUMAN, 2005b), sem pertencimento a uma comunidade, relegados a uma subclasse²⁶.

²² “Segundo estudos do BID (1999), enquanto a escolaridade média dos chefes de família dos 10% mais ricos da população é de 12 anos, a dos 10% mais pobres é de 5 anos; há uma brecha de 7 anos que terá efeitos muito intensos nas chances de conseguir trabalho, o que uns e outros vão ganhar, e em outros vários planos” (KLIKSBERG, 2001, p. 161).

²³ Três grupos de causas - alta desocupação juvenil, famílias desarticuladas e baixos níveis de educação - são fatores que, segundo Kliksberg (2001), gravitam em torno do problema da delinquência.

²⁴ Em 1995, havia no mundo cerca de 160 milhões de pessoas à procura de trabalho. Essa soma correspondia a 6,1% da população economicamente ativa (PEA) mundial, ou seja, a cada grupo de 100 pessoas economicamente ativas, 6 estavam à procura de trabalho. Desse contingente, 5% deles encontravam-se em solo brasileiro (POCHMANN *et al.*, 2004).

²⁵ Castel (1998, p. 119) descreve o “inútil para o mundo” como aquele indivíduo cujo “destino é o exemplo do drama do desfilado por excelência”, que por não ter nenhum “estado, não usufrui de nenhuma proteção”.

²⁶ “A “subclasse” é um grupo heterogêneo de pessoas que – como diria Giorgio Agamben – tiveram o seu “bios” (ou seja, a vida de um sujeito socialmente reconhecido) reduzido a “zoë”(a vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas)” (BAUMAN, 2005a, p. 46). São destinadas à subclasse: as mães solteiras, os que abandonaram a escola, os viciados ou ex-viciados, os mendigos, os vagabundos, os sem-teto, os pobres, os desempregados, os homossexuais, os presidiários ou ex-presidiários, entre outros.

O triunfo do capitalismo, especialmente ocorrido com a globalização do sistema econômico e com o rápido avanço tecnológico dos sistemas de comunicação, tem proporcionado um arranjo socioprodutivo em que a existência de postos de trabalho para todos, e de uma função produtiva para cada cidadão é utópica.

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 1998, p. 517).

Se o destino do *exército de reserva* de Marx era ser chamado de volta à ativa, e se os desempregados da sociedade de produtores, aqueles temporariamente afastados de suas funções, tinham um lugar seguro na sociedade, o mesmo não acontece com os “supranumerários” e os “descartáveis” de hoje.

A nova configuração que o mundo do trabalho assume, atualmente, sugere não somente a permanência mas também o aumento da exclusão dos pobres. Assim, são os desempregados pobres os incluídos entre o contingente que engrossa a fileira dos delinqüentes, sendo estes culpabilizados ou responsabilizados pelo aumento da criminalidade. Prega-se a necessidade da inclusão social do indivíduo pelo trabalho formal, a fim de conter a criminalidade e proporcionar, de fato, segurança à sociedade.

Mas, será mesmo que o trabalho possui de fato essa característica inclusiva, especialmente quando se trata de egressos do sistema prisional?

2.2.2 Trabalho e inclusão social

Entre os vários reflexos negativos decorrentes do processo de exclusão social, a manifestação da criminalidade é um dos mais difíceis de ser tratado, já que parte importante

do delito está intimamente ligada ao quadro geral de deterioração das condições de vida: crescimento da pobreza e da desigualdade.

O perfil dos detentos que superlotam os presídios brasileiros é bastante semelhante ao dos desempregados, pois aponta para a predominância de uma população composta por homens jovens, solteiros, pobres e de baixa escolaridade.

Na busca de alternativas²⁷ para o problema do aumento da criminalidade e da reincidência, o poder público tem demonstrado uma grande incapacidade, tanto no quesito da prevenção quanto na obrigatoriedade de fazer cumprir a finalidade essencial das penas. A concepção utilitarista da pena, segundo a qual “é melhor prevenir os delitos do que puni-los” (BECCARIA, 1997, p. 130), em relação à reclusão não tem dado resultados satisfatórios. O sistema penitenciário tem sido também muito criticado por aplicar “[...] um método de tratamento único para todos os condenados, por cujas etapas devam passar obrigatoriamente todos os presos” (MIRABETE, 2004a, p. 386).

Abandonados à própria sorte, sem possibilidade de exercer muitos de seus direitos individuais por não estarem inseridos em nenhuma estrutura coletiva que os integre na dinâmica social, à maioria dos egressos do sistema prisional brasileiro resta a alternativa de viver na condição em que o imperativo é somente a sobrevivência e não o bem-estar social.

Mas, quando se trata da luta pela sobrevivência, nem sempre o exercício de uma atividade lícita se mostra suficiente, em especial quando ela não se encontra disponível ou, então, quando o cidadão não se encontra preparado, seja por falta de escolaridade e/ou por falta de qualificação para exercê-la. Alijados do sistema produtivo, e propensos a retornar ao

²⁷ Considerando que o desemprego pode levar à prática de delitos, a expansão do Terceiro Setor e o incentivo à economia solidária (SANTOS, 2002), assim como o treinamento da força de trabalho (DUPAS, 1999) são alternativas que têm sido propostas atualmente no sentido de mitigar o desemprego.

mundo do crime, esses egressos, mais do que quaisquer outros indivíduos desempregados, necessitam de proteção social²⁸.

Mas, como lhes proporcionar a referida proteção dentro do atual regime de proteção oferecido pelo Estado, cujo sistema está voltado apenas para os trabalhadores do setor formal, e financiada por cotizações retidas sobre essa modalidade de trabalho?

Para Castel (2005), a manutenção do sistema de proteção social ligado ao trabalho formal – proteção clássica – hoje é incapaz de assumir todos aqueles que estão em ruptura com o mundo do trabalho, pois desconsidera a diversidade de situações e de perfis de indivíduos à espera de proteções. Na opinião desse autor, somente um novo regime de proteção social, que contemplasse sobretudo as lutas contra o desemprego e a exclusão poderia promover a mobilização dos beneficiários, incitando-os a se encarregarem de si mesmos.

Qual é então o caminho para tentar evitar o retorno do ex-presidiário aos domínios dos muros da prisão? Como lutar contra essa última e radical forma de exclusão social que constitui a prisão?

O Estado já tem demonstrado, pelos resultados de suas políticas públicas, que, sozinho, não possui capacidade para ao menos tentar oferecer solução viável para o problema do aumento da criminalidade, nem tampouco para impedir a reincidência criminal. O que ele tem feito, de maneira precária, é tão-somente exercer o seu poder de repressão em nome da segurança pública. Em virtude da separação entre economia e política, e da proteção da primeira contra a intervenção regulatória da segunda, e em consonância com o padrão dominante – desregulamentação, liberalização, flexibilidade – está se tornando cada vez mais difícil ao Estado reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva (BAUMAN, 1999).

²⁸ Entenda-se por proteção social, nos termos da lei trabalhista brasileira, benefícios que impliquem em auxílio doença, cobertura para acidente de trabalho, seguro desemprego, aposentadorias, entre outros.

Mas, se o Estado, que tem como uma de suas funções constitucionais garantir a liberdade e a segurança dos seus cidadãos, não tem cumprido adequadamente o seu papel, qual seria o caminho, a saída para estancar a escalada da violência e da criminalidade?

Sabemos que a resposta para essa pergunta é muito complexa, e que, certamente, não é única, posto que é uma questão social, e, como tal, tem na sua origem uma pluralidade de causas, que exige diferentes tratamentos. E embora a ação participativa do Estado e da comunidade, unidos num objetivo comum, tenha sido proposta por autores como Kliksberg (2001) e Campos *et al.* (2004) para amenizar o problema, não é objetivo deste estudo apontar soluções para controlar essa escalada da violência e da criminalidade.

É sabido por todos que o problema exige controle eficaz e urgente, já que, do contingente de excluídos do mundo do trabalho, os jovens pobres são os mais atingidos, e “excluídos de uma sociedade baseada num sistema que não funciona mais, mas fora da qual não há salvação nem estatuto. Pelo menos dentro da legalidade” (FORRESTER, 1997, p. 64). Para esses indesejáveis, os repudiados, lançados à própria sorte, só há uma instituição organizada capaz de beneficiá-los no futuro e adequada a seus destinos, caso não sejam resgatados das franjas do sistema de poder: a prisão, local de onde saem, como já visto, estigmatizados e com grandes probabilidades de retornar, ao reincidirem na prática de delitos.

Diante da impossibilidade de pensar em um futuro seguro, e na ausência de oportunidades de trabalho adequadamente remunerado, bem como de instabilidade profissional e de falta de políticas públicas voltadas para o amparo das populações desprotegidas, a inclusão social do egresso do sistema prisional só se viabilizará na medida em que houver envolvimento da sociedade²⁹ no sentido de contribuir para que haja a sua reintegração ao meio, donde ele nunca deveria ter saído, ou, quem sabe, expulso.

²⁹ Nos anos de 2004, 2005 e 2006, na busca de uma parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada, tentamos desenvolver um projeto de qualificação profissional dos egressos, beneficiários do Programa Pró-Egresso, e também criar uma organização coletiva de trabalho, em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM). Durante esses anos, várias reuniões foram realizadas envolvendo 13 entidades:

Entretanto, a legitimação de uma sociedade inclusiva depende também do desmascaramento do processo de “falta de informação”, isto é, de um acúmulo lento e progressivo de informações inadequadas sobre pessoas marginalizadas, excluídas, por alguma razão qualquer, da sociedade. Trata-se de analisar e tentar colocar em prática os fatores de inclusão (WERNECK, 1997). Nesse sentido, a Psicologia Social apresenta duas estratégias de enfrentamento do fenômeno da exclusão: a participação de cada um de nós, e a responsabilidade do Poder Público. Essas duas dimensões, se unidas, podem humanizar as políticas públicas.

Ao viabilizar oportunidades que criem expectativas positivas de vida aos presos, a comunidade estará colaborando para minorar os seus problemas pessoais, pois, dessa maneira, poderá contribuir para “[...] diminuir frustrações e, em especial, para fazer desaparecer o sentimento, que os presos têm, de não mais pertencerem à sociedade, sentimento esse que, embora latente, é um grande propulsor da violência” (MIOTTO, 1983, p. 19). Quando preconceitos em relação à sua condição forem desfeitos, é possível que seja gerada uma atitude favorável à aceitação dessas pessoas na prestação de serviços úteis à comunidade, como qualquer outro cidadão integrado socialmente.

Observe-se que a atuação do Programa Pró-Egresso se insere no âmbito do Poder Público do Estado do Paraná. Um dos seus objetivos é assistir o apenado no sentido de promover sua (re)integração social. Embora ainda incipiente esta é uma iniciativa do Poder Público paranaense na luta contra a insegurança social que tanto aflige a sociedade brasileira. Nesse sentido, Castel (2005) assevera que cabe às instâncias públicas, centrais e locais, nacionais e transnacionais, encontrarem seu *modus operandi* na defesa do Estado de direito, para salvar o Estado social. A fim de promover um adequado retorno do egresso ao seio da

FUNDACIM, EMATER, representante da OAB, UEM/PRÓ-EGRESSO, além de outras nove. Um projeto, contendo as fases do desenvolvimento e as estratégias a serem adotadas, foi elaborado. Tudo caminhava de maneira que nos fazia acreditar que ele seria concretizado. Entretanto, esbarrou-se na questão financeira. Nenhuma entidade, pública ou privada, prontificou-se a investir recursos financeiros para bancar a iniciativa, o que resultou no seu arquivamento.

sociedade, o Programa Pró-Egresso tem-se utilizado da estratégia de incentivo ao trabalho, conforme já descrito no Capítulo I. Entretanto, faz-se necessário salientar que esse Programa tem enfrentado uma gama enorme de limitações em se tratando do alcance de seus objetivos, especialmente no que tange ao papel da sociedade civil, que pouco tem contribuído para facilitar o processo de (re)integração do egresso.

Assim, acreditando que o retorno do egresso ao contexto social, como cidadão produtivo e consumidor, constitua uma das poucas alternativas viáveis para que ocorra a sua (re)integração e a não reincidência criminal é que procuro, no próximo capítulo, descrever analiticamente a trajetória de vida dos entrevistados, buscando compreender de que maneira o trabalho passou a fazer parte de suas vidas, e como ele contribuiu, ou deixou de contribuir, para que essas pessoas tenham se tornado o que são hoje.

3 UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DO TRABALHO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Este capítulo tem por objetivo analisar e descrever a trajetória de vida dos egressos do sistema prisional que participaram da pesquisa empírica realizada como parte deste estudo, e compreender de que forma o trabalho esteve presente em suas vidas, e, em que momento e de que maneira o crime passou a fazer parte delas. Em princípio foi possível observar, a partir da história de vida dos quatro sujeitos entrevistados, que o trabalho esteve presente em suas vidas, desde a infância. Todos eles começaram a trabalhar precocemente, quando ainda crianças, entre 7 e 9 anos de idade. Em geral, fazem parte de uma população de baixa renda, e apresentam características comuns de baixa escolaridade e trabalho remunerado em nível insuficiente para suprir suas necessidades básicas, conforme sintetiza o Quadro 2:

Quadro 2 - Características dos egressos entrevistados

Nome fictício	Idade	Cor da Pele	Estado civil	Ocupação	Escolaridade	Local onde reside	Renda mensal	Nº. de dependentes
Joaquim	27	Branca	Amasiado	repositor	1º grau comp.	Interior Paraná	1,08 SM	02
Luciano	24	Branca	casado	vendedor informal	2º grau incomp.	Interior Paraná	1,90 SM	02
Pedro	55	Branca	casado	vendedor informal	2º grau comp.	Interior Paraná	2,50 SM	01
Valdemar	30	Branca	casado	carregador informal	1º grau incomp.	Interior Paraná	1,44 SM	02

Fonte: Depoimento dos sujeitos

As características apresentadas pelos egressos entrevistados evidenciam a predominância de homens jovens – 24 a 30 anos de idade –; portanto, em idade produtiva. Tem baixa escolaridade, são réus primários, condenados por roubo, furto ou tráfico de drogas pela Justiça Comum. São homens provenientes de cidades do interior dos estados de São Paulo e Paraná, e que no momento da pesquisa se encontravam exercendo atividades em ocupações urbanas, formais e/ou informais, em cidades do noroeste do Estado do Paraná. Dos entrevistados, apenas um estava trabalhando formalmente, os demais desenvolviam atividades

informais – são vendedores e prestadores de serviços –. A maior remuneração entre eles era inferior a quatro salários mínimos. Apenas um entrevistado apresentou vínculo empregatício; entretanto, é o que possui menor remuneração. Três têm sob sua responsabilidade dois dependentes: esposa e filho(a). Todos eles, quando colocados em liberdade, receberam apoio irrestrito das respectivas famílias, conforme relatos registrados em seus depoimentos.

3.1 A TRAJETÓRIA DE JOAQUIM

3.1.1 Quem é Joaquim

Joaquim é um adulto jovem, de apenas 27 anos. Atualmente reside numa cidade do interior do Paraná, de médio porte, onde vive com sua família, composta por ele, a esposa e um filho de 3 anos. Mora numa pequena casa de três cômodos, no fundo do quintal da residência do sogro. Trabalha fazendo reposição de mercadorias nas gôndolas de um supermercado, função pela qual recebe uma remuneração de 450 reais por mês. Foi preso aos 22 anos de idade, pelo delito de tráfico de drogas – art. 12 do Código Penal (CP) brasileiro, e condenado a uma pena de sete anos e oito meses de prisão. Cumpriu 3 anos e 8 meses sob o Regime Fechado de Prisão, e após recebeu o benefício do Regime Aberto de Prisão, em setembro de 2006, passando a cumprir pena em liberdade condicional, como beneficiário do Programa Pró-Egresso de Maringá (PR). Faltam aproximadamente três anos para o término da sua pena.

3.1.2 A sua infância e adolescência

Joaquim que possui apenas uma irmã, é o filho mais novo. Passou a infância com os pais e com a irmã, morando em bairros populares, em duas cidades diferentes. Os primeiros anos da trajetória de sua vida se encontram diretamente relacionados com a dinâmica dessa família, cuja situação socioeconômica era de classe baixa. Ao ser solicitado a falar de sua infância, faz o seguinte relato:

[...] a minha infância (pausa). O meu pai era alcoólatra, você entendeu? Minha mãe trabalhava e sustentava a casa. [...] ele brigava, quebrava as coisas dentro de casa, mas não colocava a mão na minha mãe, você entendeu? Eu e ele, nós já nos pegamos [...] eu via minha mãe naquela situação e meu pai chegando bêbado em casa e [...].

Joaquim relata que quando era criança seu pai trabalhava numa oficina de sapatos que funcionava nos fundos da casa em que residia, composta apenas por algumas ferramentas que sobraram do processo de falência de uma empresa que ele possuía em sociedade com outra pessoa, a qual *foi à falência devido a um desfalque dado pelo sócio*. Segundo o depoente, a produção da microempresa era *muito pequena, porque não havia empregados*, e por isso o faturamento e a renda também eram baixos. O que o pai ganhava *mal dava para colocar algum mantimento dentro de casa*. Segundo Joaquim, ele bebia com frequência, e quando chegava bêbado em casa tornava-se agressivo. Quebrava as coisas da casa e agredia os filhos.

A mãe de Joaquim trabalhava em casa e fora dela. A sua contribuição financeira com o orçamento doméstico era imprescindível, pois a renda do marido não era suficiente para manter a casa. Sobre a essencialidade da contribuição da mulher na manutenção da casa, isso é uma realidade bastante comum nas classes socioeconômicas inferiores, em que muitas vezes a “família é encabeçada por uma mulher” (MELLO, 1992, p. 127). Ela levava uma vida assoberbada de trabalho, de tal maneira que quando não estava distante dos filhos encontrava-

se realizando as atividades domésticas. A jornada de trabalho externo fazia com que deixasse os filhos por muito tempo sozinhos, ou por conta do marido. Joaquim se relacionava muito mais com o pai do que com a mãe, o que o deixava exposto aos comportamentos agressivos do pai, e sem poder contar com a proteção da mãe. O depoente relata também que sua irmã nasceu precocemente: *ela nasceu de 7 meses, com problemas, e, aos 16 anos sofreu um acidente de motocicleta*, o que agravou ainda mais o seu estado de saúde. Segundo Joaquim, ela não pode trabalhar e exige alguns cuidados especiais.

Observa-se que ele cresceu em um contexto com muitas ausências e carências e, sobretudo, marcado pela agressividade. Essa é uma realidade que, segundo Zaluar (2000), acaba por incorporar, de forma prematura, os filhos no mercado de trabalho, não raro por meio de “biscates”, tornando-os infensos à atividade educadora dos adultos e susceptíveis às influências negativas, como, por exemplo, a dos traficantes de tóxicos. Finalmente, são encaminhados para uma via “alternativa”, a da “revolta”, como dizem eles, a da violência e do crime, enveredando-se nas malhas do tráfico, tal como pode ter ocorrido com Joaquim, quando sentiu necessidade de contribuir mais com a renda familiar diante da doença do pai: *meu pai teve um câncer de abdome, e minha irmã sofreu um acidente de motocicleta muito grave*. Joaquim relata: *foi nessa época que eu mais me enfiar em coisa errada, do tráfico*.

Quando tinha 7 anos de idade o pai chamou-o para trabalhar na empresa, pois necessitava de alguém para ajudá-lo. De acordo com Joaquim, *sozinho ele não dava conta e empregados não podia contratar*, porque o faturamento da empresa era muito baixo. Atendendo à solicitação do pai, passou a trabalhar no período da manhã, reservando o período da tarde para a escola. Essa rotina de trabalho pela manhã e escola no período da tarde se manteve até que ele completasse 16 anos, época em que parou de trabalhar com o pai e passou a trabalhar em outra empresa.

3.1.3 A presença do trabalho na sua vida

O trabalho passou a fazer parte da trajetória de Joaquim quando ele ainda era criança. E isso se deu por iniciativa do pai, *que me chamou para ajudá-lo na sapataria*, porque ele estava precisando de alguém para ajudá-lo, O depoente relata que: (...) *quando comecei a ajudar o meu pai, o sócio dele tinha passado a perna nele, então ele tinha falido. Faliu, perdeu tudo* (...). Embora seu trabalho fosse considerado essencial para o funcionamento da empresa, obrigando-o a cumprir uma rotina semelhante à de um adulto, tendo que cumprir horário, acatar ordens e executar operações de produção, sua situação era precária, pois, além de trabalhar na informalidade, nada recebia pelo que fazia. Nesse sentido, Mello (2001, p. 130) afirma que o trabalho infantil, “normalmente (...) é desenvolvido no mercado informal e as crianças, nem na cidade nem no campo, aparecem como trabalhadores registrados e com direitos trabalhistas assegurados”.

Ao discorrer sobre a realidade vivida ao lado do pai na empresa, Joaquim faz o seguinte relato:

Era eu e meu pai mesmo. Eu dava uma força pra ele. Eu não tinha renda pra mim. O que eu ajudava ele ali, a renda era toda pra casa. No caso, ficava assim: ele comprava minha roupa, comprava meu calçado, e eu comia, eu dormia, eu bebia etc. Então, eu não estava fazendo mais que a minha obrigação.

Ao descrever com certa naturalidade a maneira como era sua vida de trabalho na infância, o depoente parece deixar claro não possuir consciência do quanto isso pode ter influenciado seu desenvolvimento enquanto pessoa, embora em alguns momentos de seu relato ele apresente indicativos de que em decorrência do trabalho tinha que abrir mão de algumas coisas que desejava, tais como: [...] *eu queria, assim, poder ficar brincando com meus colegas. Ficar jogando bola, que é um esporte que eu curto muito* [...].

A ocupação com o trabalho na infância o submetia a uma condição de vida talvez imprópria para aquela fase da vida, quando ainda não possuía um desenvolvimento psicológico e físico adequado para tal. Além disso, a atividade produtiva o obrigava a abrir mão de uma fase importante da vida, composta pelas relações descompromissadas, pelo lúdico, ou seja, a infância. Numa fase da vida em que a atividade escolar constitui a principal ocupação na vida da maioria das pessoas, Joaquim tinha no trabalho uma exigência que deixou marcas profundas, conforme podemos constatar em seu depoimento:

Mas minha infância, assim, eu vou falar a verdade para você, não foi um mar de rosas, não. Eu tinha que trabalhar pra ajudar a minha família, eu estudava também, mas eu nunca gostei assim de estudar... [...] minha infância não foi um mar de rosas, não. Eu tive que ajudar minha irmã também, que tinha problema, no caso, ela não podia trabalhar. Ela é mais velha que eu, e não podia trabalhar. [...] eu vou falar pra você: minha infância não foi nenhum mar de rosas, não. Foi uma coisa muito sofrida.

O relato de Joaquim sugere que sua infância representa uma fase difícil na sua trajetória. Muito sofrida. Para expressar a intensidade do sofrimento, ele se utiliza de uma metáfora que é repetida por três vezes num breve relato: *minha infância não foi um mar de rosas, não*.

Além da difícil realidade socioeconômica vivida pela família, tendo em vista que o que o pai ganhava “[...] mal e mal dava pra colocar uma compra para dentro de casa [...]”, o modelo de educação adotado pelo pai também contribuiu para fazer com que ele começasse a trabalhar muito novo. Seu pai acreditava que o desenvolvimento do senso de responsabilidade se dá pelo trabalho, assim, a pessoa precisa começar a trabalhar ainda criança, pois é dessa forma que se aprende a ter responsabilidade. Segundo Joaquim, “*ele sempre falava isso aí pra mim, que tem que aprender desde criança a ter responsabilidade e tal. Tem que aprender...*”. Essa expressão parece deixar claro que seu pai desejava “ensinar” certos valores, que considerava importantes, para a vida do filho. E, para isso, utilizava o

trabalho como método de educação, abrindo mão de outros métodos, seja por esquecimento ou por desconhecimento, mas que também são capazes de transmitir valores para a criança.

Ao discorrer sobre sua vida na infância, o depoente apresenta alguns episódios que indicam que o trabalho o impedia de realizar várias atividades que eram de seu interesse:

[...] eu estava numa fase de 7 anos, numa fase de começar a estudar, correr atrás de um esporte [...] eu passava na frente de alguma praça, ou na frente da casa de algum amiguinho e ouvia os meninos jogando “burquinha”, jogando “bets”, brincando de bola queimada... os meninos, as meninas e tal. [...] eu não tinha tanto espaço pra mim... a semana inteira disponível pra ficar com meus amigos. Eu tinha que ter um tempo livre, para na idade que eu estava, no caso, para eu me divertir.

As recordações de Joaquim sobre sua infância sugerem que mesmo entendendo que havia necessidade de trabalhar ajudando o pai, isso lhe trazia certo desprazer, pois enquanto seus colegas brincavam e se divertiam, estava trabalhando. Diz ele: *queria, assim, poder ficar brincando com meus colegas, ficar jogando bola, [...] eu não posso ficar aqui, tenho que ir lá comprar o cigarro pro meu pai e depois voltar pra casa pra trabalhar.* O trabalho o obrigava a abrir mão de várias atividades que gostava de realizar, como estar com os amigos realizando atividades próprias da sua idade.

É possível observar que ele percebia que havia uma grande diferença entre a vida dele e a vida dos amigos, *eu os via, a semana inteira. Pai e mãe não obrigava a fazer nada, o máximo que tinham que fazer era a tarefa da escola. [...] tudo vem revoltando cada vez mais. Mas eu não digo também que foi culpa nem do meu pai nem da minha mãe, [...].* Embora afirme que isso lhe causava certo tipo de revolta, ele não atribui a culpa a ninguém, talvez porque, desde criança, já percebia que a realidade da sua família exigia que sua maneira de viver tivesse que ser daquela forma.

Mas, se por um lado o trabalho na infância lhe trouxe alguns sofrimentos, por outro lado também despertou nele um sentimento de conquista. Ainda criança, Joaquim já percebeu que por meio do trabalho era possível obter muitas coisas. Relata que o trabalho foi

“[...] criando assim, não só uma revolta, mas tipo assim, uma ambição dentro de mim”. A ambição descrita por ele está relacionada com a possibilidade de adquirir bens materiais de melhor qualidade, pois, conforme relata mais adiante, gostava de comprar roupas e calçados de marcas reconhecidas e bastante consumidas.

Essa ambição de adquirir produtos de renome, isto é, produtos de marca, conforme ele cita, parecem revelar uma necessidade de consumo diferente daquilo que era usual no seu meio familiar. Essa necessidade parece indicar que, desde muito jovem, Joaquim sentia o desejo de possuir, ou usar algo que lhe desse algum destaque no grupo de que fazia parte, talvez por desejar pertencer a estratos sociais diferentes do seu. Talvez por querer ter uma vida com mais conforto e menos privações.

Numa sociedade de consumo, não raramente é atribuído aos produtos e mercadorias a capacidade de proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento. Ao discorrer sobre a sociedade de consumo, Bauman (2005b) afirma que para se sentir parte do meio é preciso consumir as mesmas coisas que todos consomem, e que a incapacidade de consumir pode colocar o indivíduo na condição de consumidor falho, tornando-o redundante, descartável. É nesse sentido, que o trabalho pode dar ao indivíduo a condição de consumidor ativo, pois por meio dele se obtém a renda necessária para o consumo. Castel (1998, p. 531-532) defende que o trabalho “na sociedade industrial, sobretudo para as classes populares”, possuía grande capacidade de integração.

Ao tomarmos conhecimento da realidade atual de Joaquim, podemos perceber que além dos sentimentos de perda, do sofrimento e da ambição, o trabalho na infância e na adolescência lhe impôs outras marcas, que exerceram e exercem profundas influências na sua vida, no passado e no presente, como, por exemplo, a impossibilidade de continuar estudando e a dificuldade de obter um trabalho com melhor remuneração.

3.1.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho

Durante todo o seu percurso escolar, o trabalho sempre esteve presente no cotidiano de Joaquim, fazendo com que ele tivesse uma rotina sobrecarregada. Parece que o trabalho era a atividade prioritária, e como tal era realizada no período da manhã, quando estava descansado. Já a atividade escolar era realizada no período da tarde, após já ter trabalhado por aproximadamente quatro horas. Assim, já cansado de trabalhar, tinha que dar conta de uma jornada de estudo de quatro a cinco horas também.

No caso de Joaquim, o aprendizado escolar era influenciado pelo trabalho de duas maneiras: deixava-o cansado pelo desgaste físico causado pela execução das tarefas de produção antes de ir para a escola, e não deixava tempo livre para as atividades domésticas relativas à educação escolar, as quais eram executadas, obrigatoriamente, no final do dia, quando retornava da escola. Além de ser submetido a uma sobrecarga de atividades, em se tratando de uma criança, não preparada fisicamente nem emocionalmente, não podia contar com a ajuda dos pais, pois, se não estavam ausentes, trabalhando, também não possuíam conhecimentos necessários para tal.

Mesmo sobrecarregado de atividades, e sem incentivo, Joaquim estudou até a quinta série do primeiro grau. Justifica que interrompeu os estudos porque não gostava de estudar. Entretanto, em diversos momentos é possível identificar, no seu relato, indicativos sobre o que de fato pode tê-lo levado a interromper os estudos: uma forte competição entre trabalho e estudo. Segundo Mello (2001), o envolvimento de crianças no trabalho acaba por expulsá-las da escola, após anos de repetidos fracassos, deixando-as sem muitas alternativas para acesso ao saber cultural e excluídas de um dos direitos da cidadania: a educação. Parece que isso aconteceu com Joaquim, que, em vários momentos, expõe situações onde havia uma competição bastante grande entre a atividade produtiva e a vida escolar:

Eu freqüentei a escola até a quinta série. Acabei a quinta série, aí eu resolvi não estudar mais. Falei: vou só trabalhar. [...] Terminei a quinta série com 16 anos. [...] eu acordava, tipo 6 e meia da manhã, seis horas da manhã, trabalhava com ele até as 11 horas, tinha que me trocar e ir para a escola. Isso que, um pouco também que me enjoava, de eu não poder ir pra escola, tipo assim, não de não poder ir para a escola, mas de eu ter que trabalhar a parte da manhã inteira e depois de tarde ter que ir para a escola, aí à noite eu não podia sair de casa, [...] chegava de tarde e tinha que fazer tarefa [...].

Joaquim sugere que o trabalho pode ter contribuído para o seu atraso escolar, pois, como afirma, aos 16 anos ele estava cursando a quinta série. Nessa idade, as pessoas que freqüentam a escola de maneira adequada normalmente se encontram no segundo ou terceiro ano do segundo grau. Sobre sua vida escolar ele relata: *“eu repeti um ano na terceira série, aí no caso, desisti. Repeti mais dois anos por desistência também, na quinta série...”*.

A carga de atividades a que Joaquim era submetido parece ter-se tornando cada vez mais pesada com o passar dos anos, pois, com a chegada da adolescência, e com ela o surgimento de novas necessidades, essa situação de vida tornou-se muito difícil de ser mantida. O menino desejava ter mais tempo livre para participar de atividades próprias dessa idade, como, por exemplo, praticar *“[...] um esporte que eu curto muito, você entendeu? Estar tipo assim, desenvolvendo mais a minha mente. Mas não, eu estava trabalhando [...]”*. O trabalho, na infância e na adolescência, além de competir com a educação escolar, também dificultava ou impedia a socialização por meio dos esportes, do lazer, entre outras atividades, e além disso, ele revela algumas sensações desagradáveis, pelo tipo de vida que tinha: *“trabalhar e estudar era um tédio pra mim”*.

Mas, ao completar a idade mínima permitida para trabalhar, naquela época 14 anos, ele identificou uma nova oportunidade em sua vida, a de poder trabalhar formalmente, recebendo um salário no final do mês. E foi o que fez. Empregou-se numa empresa com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, com salário no final do mês e todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Entretanto, para que pudesse trabalhar em

período integral houve a necessidade de estudar a noite, fato que, obrigatoriamente, ocupou mais um período do seu dia.

A princípio, quando sentia que não conseguia acompanhar o ritmo da escola, parava de estudar temporariamente, antes do término do ano letivo. Mas no ano seguinte retornava. Entretanto, chegou um momento em que Joaquim não retornou mais. Cansado da rotina estafante, o caminho encontrado foi optar por uma das duas atividades: *Acabei a quinta série, aí eu resolvi não estudar mais. Falei: vou só trabalhar.* O depoente acredita que deixou de estudar por iniciativa própria, pois estava enjoado de estudar.

Quando resolveu optar por uma das duas atividades, estudo ou trabalho, Joaquim sabia que sua família contava com sua renda para complementar o orçamento doméstico. Sabia também que, se deixasse de trabalhar, além de não contribuir com a família também não teria recursos para suas necessidades pessoais, porque os pais não possuíam dinheiro para lhe dar. Dessa maneira, a opção de deixar de estudar parece ter sido a mais tranqüila naquele momento, uma vez que não encontrou nenhuma resistência, pois os pais não o incentivavam nem exigiam que continuasse estudando.

Embora as evidências indiquem que o encerramento das atividades escolares tenha sido reflexo das condições socioeconômicas da família, Joaquim busca justificar, para si, que a desistência da escola se deu em decorrência de sentimentos pessoais. Relata que interrompeu os estudos porque nunca gostou de estudar, e diz: [...] *ter que fazer tarefa da escola, e isso foi onde mais causou essa consequência de eu não gostar de estudar e essas coisas [...].* O não gostar de estudar parece estar mais relacionado com a dinâmica de vida que possuía do que propriamente com o fato de gostar ou não gostar da atividade. A necessidade de realizar as obrigações escolares em horários inadequados, à noite, as dificuldades encontradas para acompanhar o ritmo de aprendizado exigido pela escola e a necessidade de se levantar de manhã para trabalhar parece tê-lo levado a se sentir desmotivado.

Joaquim revelou que tinha planos de continuar estudando, pois alega que se tivesse tido condições e oportunidade teria se formado veterinário. Justifica essa intenção ao dizer que é [...] *apaixonado por animais, especialmente por cavalo. Se fosse para eu escolher uma profissão, me formar, seria veterinário.* Ele sabe que para se tornar um veterinário são necessárias muitas horas de estudo, o que não se concretiza sem um mínimo de prazer com a atividade escolar. Além disso, quando teve oportunidade retomou os estudos. Quando se encontrava preso, voltou a estudar e terminou o primeiro grau: [...] *lá dentro da cadeia, aí comecei. Mas lá eu estudei por eliminação de matéria. Lá a gente estuda duas horas só, por dia. Aí eu concluí o meu primeiro grau.* Na prisão, além de tempo disponível para se dedicar aos estudos, também havia incentivo: aqueles que estudam recebem algum tipo de benefício relativo à pena. Poderia ter utilizado seu tempo livre com outras atividades, como o artesanato, ou então permanecendo ocioso. No entanto, optou por estudar.

O que fica evidente no depoimento de Joaquim, em se tratando da sua vida de estudante e de trabalhador é que, no momento em que a competição entre o trabalho e a atividade escolar foi se tornando mais acirrada, o primeiro se impôs em detrimento da segunda. Quando isso aconteceu, ele sentiu menor dificuldade em deixar de estudar do que de trabalhar.

Ao se dedicar exclusivamente ao trabalho, com salário garantido todo mês, era de se esperar que passasse a ter uma vida mais tranqüila, especialmente sob o aspecto financeiro.

Mas não foi isso que aconteceu, conforme ele relata:

[...] aí agora eu recebi, tô com o meu cheque. Se deixar de pôr em casa às vezes vai faltar pra minha mãe. E para minha irmã, e até para o meu pai também, [...] Nunca sobrava dinheiro pra mim, nada no bolso, apesar de que a minha mãe nunca me deixou faltar nada. E todo final do mês eu dava o cheque limpinho pra minha mãe e falava isso aqui é para você. Se sobrar, a senhora guarda, porque se eu precisar eu peço. Mas eu sabia, eu tinha consciência que não ia sobrar.

Pelo seu relato, percebe-se que sua situação pouco mudou. Tudo o que recebia era entregue para a mãe, pois era assim que a família estava organizada. Embora houvesse um acordo entre eles, de que se precisasse de dinheiro pediria a ela, sabia que não podia contar com isso, pois o orçamento doméstico absorvia todo seu ganho.

Só que mesmo assim ela sempre estava me comprando uma roupa, sempre tava me comprando um calçado bom, uma roupa boa, inclusive até calçado de marca ela comprava para mim. Ela só comprava essas coisas pra mim, porque ela sabia que eu gostava de andar bem vestido.

Em se tratando de necessidades materiais, como roupas, calçados, Joaquim afirma que nunca lhe faltou nada. A mãe o considerava uma pessoa trabalhadora, que a ajudava a pagar as contas da casa; então, como forma de agradá-lo, sempre que possível comprava coisas de “marca”. Ao falar da mãe, Joaquim diz que tinha muita consideração por ele:

[...] meu filho é esforçado, ele está ajudando dentro de casa, está ajudando eu pagar minhas contas [...] Então eu nunca fui uma pessoa assim..., que não tinha nada. Se eu falar para você que eu nunca tive nada, eu estou mentindo. Mas a minha ambição era maior.

A impossibilidade de permanecer com o dinheiro do seu trabalho para cobrir pequenas despesas e realizar um sonho ou algum desejo como comprar [...] uma motocicleta [...] dinheiro no bolso para eu sair, levar uma namorada para um bar, e falar: vamos tomar, vamos beber. Vamos festejar [...] fez com que ele pensasse em [...] encontrar um jeito de arrumar uma coisa diferente. [...] eu trabalho, trabalho e não tenho dinheiro, então eu tenho que arrumar uma forma de arrumar dinheiro. Porém, esse “jeito”, ou a atividade que poderia lhe proporcionar outra renda necessitava ser realizada paralelamente ao trabalho formal, do qual não podia abrir mão. Foi a partir dessa inquietação que Joaquim identificou na atividade ilícita uma forma de tornar possível conseguir tudo aquilo que desejava.

3.1.5 Quando e como ele cometeu o delito

Joaquim relata que aos 13 anos de idade, no início da adolescência, teve contato com as drogas, pois, segundo ele, no meio onde vivia era muito fácil adquiri-las para o consumo. Conta que, embora tenha começado a trabalhar fora de casa aos (...) *14 anos, ali pelos 13 anos eu conheci as drogas na verdade*. Isso ocorreu quando ainda morava com a família. Nessa idade, segundo ele, já era um viciado em maconha, o que, na sua maneira de ver, não é muito grave, pois [...] *a maconha, entre as outras drogas é consequência menor, tipo se eu fumo uma maconha não vai dar aquela loucura de sair querendo matar, roubar, destruir, você entende? [...]*. Assim, é provável que, por já ser um consumidor de drogas e a necessidade de obter uma nova fonte de renda, fizeram com que Joaquim identificasse na sua comercialização uma fonte de renda.

Segundo Zaluar (2000), o tráfico de tóxicos, de fato, oferece aos jovens em dificuldades a oportunidade de ganhar dinheiro à proporção que sobe na hierarquia dessa vasta rede organizada, que, no Brasil, além de ser um negócio em expansão, abre-se também à corrupção do aparato policial, o que facilita, ainda mais, o acesso às drogas, especialmente nas grandes cidades. Quando da escolha pessoal, o que atrai especialmente os jovens para essa opção é fama, poder e dinheiro fácil que ela traz. A imagem de sonho é que traficante, mesmo os “aviões” e “vapores³⁰”, fica rico e acaba morando em “casa de bicheiro rico”.

Quanto à entrada de Joaquim para o mundo das drogas, ele faz o seguinte relato:

[...] a gente entra como viciado, depois acaba conhecendo, você entendeu, e tal, e comecei a arrumar dinheiro por fora. Como te falei, eu trabalhava durante o dia e durante a noite, no meu espaço livre, ali tipo das 7 horas até a meia noite eu ia pro crime, entendeu?

³⁰ “Vapor” é aquele que recebe a droga no local e espera os fregueses; é o homem de “confiança” do traficante. “Avião” é o que aponta o freguês para o “vapor” e, ao mesmo tempo, vigia a polícia (ZALUAR, 2000:151).

Joaquim descreve sua entrada para o tráfico como sendo um acontecimento quase que automático e natural. Nesse sentido, Castel (1998, p. 133) afirma que “a passagem para a marginalidade se dá como uma gradação de cores; não há barreiras rígidas entre a sociedade e suas margens, entre os indivíduos e os grupos que respeitam as normas estabelecidas e aqueles que as infringem”. Na condição de consumidor ele conhecia os fornecedores e também os outros consumidores, assim se tornou fácil passar de uma condição para a outra. Naquele momento e por algum tempo, o tráfico tornou-se uma atividade que, apesar de ilícita, proporcionava-lhe renda extra. Uma renda para tornar possível o acesso a tudo aquilo que não conseguia trabalhando licitamente, isto é, a realização de desejos pessoais: *A minha preocupação era com luxo meu mesmo. No caso, luxo meu, não luxo da minha família.*

O “luxo” a que se refere era, na verdade, poder consumir e freqüentar ambientes como “baladas” e locais de diversão que exigiam maior poder aquisitivo e também viabilizar a compra de produtos para satisfazer ambições, como, por exemplo, possuir uma “mobilete³¹”. Foi por meio da renda obtida com o tráfico que Joaquim conseguiu participar de outros estratos sociais, diferentes daquele que possuía em consequência do *status* da sua família. Como observa, o [...] *dinheiro que eu pegava, um pouco eu investia dentro de casa, dinheiro ilícito, e um pouco eu investia em mim. [...] desfrutei bastante do dinheiro que eu ganhei nesse tempo.*

Além de utilizar o dinheiro ganho com a atividade ilícita para ajudar em casa e para viabilizar o consumo pessoal, outros acontecimentos também se fizeram presentes na sua trajetória naquela fase de sua vida, e que podem ter contribuído ainda mais para o exercício da atividade ilícita. Foi mais ou menos na mesma época que começou a exercer o tráfico de drogas que a irmã sofreu um grave acidente de motocicleta, e o pai descobriu que havia desenvolvido um câncer intestinal, acontecimentos que geraram mais gastos na família.

³¹ Motocicleta de baixa cilindrada.

Ao lembrar os fatos, Joaquim faz o seguinte relato:

[...] A cara dela bateu certinho no meio do farol da outra moto. Acabou com o rosto dela todinho, acabou mesmo. Na época minha mãe teve que fazer um bingo, porque a gente não tinha dinheiro. Teve que vender a minha “mobilete” também. A dela, o seguro cobriu um pouco. [...] para pagar uma cirurgia para ela ficar mais ou menos com o rosto perfeito, como era antigamente. Como se fosse uma plástica. O médico necessitou colocar uma foto dela, do jeito que era para poder moldar de novo o rosto. [...] e aconteceu outra coisa também, meu pai estava com câncer no intestino. Foi juntando tudo isso na minha mente, e eu vou falar para você, foi a fase mais terrível, que eu mais me enfieei no meio de coisa errada. [...] eu sei que foi juntando tudo isso, e cada vez mais eu me revoltava [...].

O comércio ilegal de drogas serviu como fonte extra de renda, que viabilizou a satisfação de suas necessidades pessoais, e também o socorro da família em momentos de extrema necessidade. Mesmo sendo um dinheiro ilegal e criminoso, ele representava a solução parcial dos problemas imediatos. Não havia como fugir dos problemas familiares.

O recurso obtido com a prática criminal foi a primeira remuneração que o depoente pôde utilizar para viabilizar os seus desejos e ambições. O dinheiro obtido com o comércio ilegal de drogas possibilitou-lhe uma dupla inserção: de um lado, obteve dinheiro para freqüentar ambientes novos, inacessíveis apenas com a renda do trabalho lícito. E de outro lado, deixou de ser apenas uma pessoa sonhadora e passou a ser um cidadão capaz de consumir tudo aquilo que a sociedade de consumo disponibiliza a todos, ricos e pobres. Parece que o consumo de bens materiais e a possibilidade de freqüentar ambientes acessíveis somente a pessoas de classe socioeconômica mais elevada que a sua lhe dava a sensação de pertencer àquela categoria de cidadãos, tornando-se distinto dos demais membros do seu meio.

Ao se recordar do período em que realizava o comércio de drogas, o depoente faz o seguinte relato: *[...] eu não enxergava que estava fazendo mal vendendo droga. Fazendo mal ao próximo, viciando filho de um, acabando com a vida de outro.* A atividade era vista por ele como uma forma fácil e rápida de obtenção de dinheiro, pois, *[...] a gente pega a*

droga ali e quem compra já vem trazer o dinheiro, não tem que pegar a muamba aqui e vender lá para depois arrumar o dinheiro. Além de lhe render, o tráfico podia ser realizado de acordo com sua vontade e disponibilidade. Não havia necessidade de se submeter a horários pré-estabelecidos, nem a rotinas. Era um “negócio” que podia ser desenvolvido paralelamente ao trabalho lícito.

Sobre o comércio de drogas, ele diz:

Um dia eu vendia outro dia eu não vendia. Estava cansado, ia dormir. Se eu tinha uma ocupação pra fazer fora do tráfico, ou um serviço, eu ia fazer a minha ocupação, não vendia droga. Mas sempre com o tráfico eu tava arrumando um dinheiro por fora.

Era uma atividade que não apresentava muitas dificuldades, nem exigia muita dedicação, e podia ser realizada de maneira livre e autônoma. Não havia necessidade de cumprir horário, não precisava correr atrás dos clientes nem dos devedores. Os consumidores vinham até ele, trazendo o dinheiro na sua mão. O tráfico funcionava como uma fonte certa de obtenção de dinheiro, e estava sempre à mão.

Quanto à sua família ter ou não conhecimento do seu envolvimento com o comércio ilegal de drogas, Joaquim diz que sua mãe

[...] nunca aceitou dinheiro de tráfico [...] Ela nunca aceitou, ela brigava comigo. Falava: mas onde você arrumou esse dinheiro? Ela desconfiava, mas [...] minha mãe sempre insistiu pra eu parar. Ela falava: vamos pra igreja, vamos se internar. Pára com isso. Nunca ela deu o braço a torcer, você entendeu?

O depoimento de Joaquim sugere que sua mãe sempre soube que ele era um consumidor de drogas, mas sobre o tráfico ela apenas desconfiava, não tinha certeza. A desconfiança da mãe aumentava especialmente quando ele colocava mais dinheiro em casa, para pagar contas de luz, água, carnês de prestações, além de outras despesas. Quando isso ocorria a mãe lhe cobrava a origem do dinheiro.

O pai também não concordava, mas, ao contrário da mãe, não tentava impedi-lo. Apenas dizia a ele que, aquilo era errado e que um dia ele iria perceber e, então, pararia. Seu pai recomendava: [...] *se você está achando na sua consciência que é certo, você pode fazer. Eu não vou te proibir, [...] a gente vai se tornar amigo, e quem sabe um dia você abre seu olho e pára com isso.*

Embora muito atarefada pelo excesso de trabalho, a mãe *era compreensiva e me tratava muito bem*, afirma Joaquim. Seu depoimento sugere que havia um bom relacionamento entre ele e os pais, pois diz que, em relação a *conforto e afeto, não faltou nada pra mim não, na questão da minha mãe e do meu pai*. A mãe, especialmente, sempre que possível procurava confortá-lo, procurando de alguma maneira convencê-lo de que as dificuldades pelas quais passavam representavam apenas uma fase difícil, e acreditava que com o tempo tudo seria superado. O depoente diz que a sua mãe falava:

[...] não filho, calma essa fase vai passar na nossa vida. Tenha fé em Deus, que isso aí vai melhorar. [...] Meu pai, mesmo na situação que estava, conversava comigo, e dizia: eu sei que eu vou morrer, e que meus dias já estão contados, mas o pai quer partir daqui e deixar vocês tranquilos. [...] Por mais que a gente brigasse, eu e meu pai, nós sempre fomos amigos.

Joaquim acredita que sua história poderia ter sido diferente se tivesse seguido as orientações dos pais. Parece acreditar que foi ele o único culpado pelos erros que cometeu, pois declara que [...] *é a gente que escolhe o caminho da gente. [...] a gente pensa, a gente raciocina, a gente não é animal. Eu escolhi este caminho às vezes até pela imaturidade do momento e acabei me dando mal [...].*

Embora afirme que o seu ingresso no comércio ilegal de drogas tenha sido uma escolha pessoal, motivada por ambição e/ou por imaturidade, não se pode descartar a contribuição da realidade social para que tal trajetória tenha sido construída dessa forma. As possibilidades de configurações entre as características pessoais e os dados da realidade social

são infinitas, assim como os resultados delas decorrentes. Ao se recordar sobre o valor em dinheiro que recebia em uma noite de tráfico, ele diz: *o que eu ganho hoje é muito menos do que eu faturava numa noite. Pra você ter uma idéia, dava pra tirar uns 200, 300 reais, dependendo do movimento.* Com base em tal informação, não é difícil calcular o quanto era possível faturar em um mês com essa atividade, e, com isso, avaliar o quanto é sedutora a possibilidade de ganho elevado e rápido, especialmente quando isso representa a viabilização de sonhos e desejos de consumo inacessíveis de outra maneira.

Em se tratando do desejo de consumo, Zaluar (2000, p.104) descreve que a indústria e o comércio, de maneira geral, apresentam seus produtos de maneira a fazer as pessoas acreditarem que tais objetos possuem a capacidade de dar a mesma “prosperidade a quem os possui”. E, como estratégia de convencimento sobre essa propriedade, as empresas se utilizam da estratégia de colocar as pessoas “sob os mais variados e intensos estímulos, que invadem todos os sentidos” (MELLO, 2001, p. 134), incentivando ao consumo.

3.1.6 O delito e a prisão

Embora tivesse sido preso por roubo, por três vezes, o delito que levou Joaquim a ser condenado a cumprir uma pena de sete anos e seis meses de prisão foi tráfico de drogas – art. 12 do Código Penal (CP). Relatando o episódio da sua prisão, relembra:

[...] foi com 22 anos que eu fui pego. Inclusive foi por causa, tipo assim, estava eu e uma turma fumando na frente de casa, aí eu falei: vou sair, vou dar uma saída. No caso, eu fui esconder a droga que eu tinha em casa para vender. Porque havia um comentário que a polícia estava atrás de mim e tal. Então eu coloquei a droga para fora de casa e quando eu voltei... [...] Quando voltei, vi que não tinha ninguém e fui entrando em casa e fui abordado. Fui autuado em flagrante no art. 12, porque tinha um pouco de droga. O moleque que estava lá, não agüentou e como se diz, ele me alcaguetou [...].

Ele conta que, quando se mudou para Maringá (PR), aos 20 anos de idade, havia decidido parar com o tráfico e levar uma vida mais *tranqüila*. Segundo ele, sua vida estava transcorrendo de maneira razoavelmente equilibrada, pois estava trabalhando, namorando uma garota, e a convite dela estava *freqüentando a igreja*. Nesse período, Joaquim informa que conseguiu até guardar uma pequena quantia de *dinheiro na poupança*, coisa que nunca havia conseguido antes. Mas, quando tudo parecia estar transcorrendo bem, conheceu outra garota, com quem acabou se envolvendo afetivamente. Ele diz que essa nova namorada gostava muito de sair, de beber, de fumar e de muita festa. Ao se envolver com ela, retornou ao estilo de vida anterior, passou a freqüentar os bares e a vida noturna intensamente, o que fez com que gastasse todas as suas reservas econômicas. Mas, sua recaída não ficou só nas festas: *acabei voltando para o crime [...] comecei de novo a traficar e tal, e foi onde depois de um tempo eu caí em cana*.

O depoente diz que, pouco tempo depois deixou a antiga namorada, pois não achava justo enganar uma pessoa boa e freqüentadora da igreja, atividade que Joaquim também abandonou logo em seguida. Entretanto, ele diz que tão logo *meu dinheiro acabou* a nova namorada o deixou. Mesmo assim, continuou no tráfico, até ser pego em flagrante e preso, no final do mês de dezembro de 2002. Quando foi preso, encontrava-se namorando, há algum tempo, outra moça, inclusive freqüentando a casa da família dela. E é com esta mulher, que hoje é sua companheira, que ele vive e tem um filho.

Enquanto se encontrava preso, Joaquim recebia visitas da mãe, que nunca o abandonou, mesmo que ele insistisse “[...] *não vem não, porque a J. já está vindo, e tal, então a senhora não precisa vir. Descansa esse domingo. Mas mesmo assim, todo domingo ela estava lá [...]*”, e também a namorada. Inicialmente, as visitas da namorada eram restritas ao pátio, pois os carcereiros não permitiam por ela ser menor de idade. Entretanto, com a ajuda

da esposa de outro preso encontraram uma solução para o problema, e a namorada passou a freqüentar sua cela. Pouco tempo depois, a menina engravidou.

Durante o período de cumprimento da pena em Regime Fechado de Prisão, Joaquim não desperdiçou seu tempo. Voltou a estudar por meio do curso supletivo e terminou o primeiro grau. Nesse período, também realizou alguns trabalhos internos, ajudava em diversas atividades nos diferentes setores da prisão. Essa sua atitude, além de proporcionar aquisição de conhecimentos, também lhe rendeu pontos para a progressão, antecipando sua passagem do Regime Fechado para o Regime Aberto.

Joaquim também informa em seu depoimento que, enquanto estava preso, recebia o auxílio-reclusão, que é um valor a que todo preso que se encontrava trabalhando no momento da prisão tem direito. E foi com esse dinheiro que [...] *graças a Deus eu tive a capacidade, mesmo estando lá dentro, por eu ser um pouco esforçado e trabalhar, aqui fora, consegui pagar tudo que meu filho precisou, desde remédio, fralda, roupa, berço, tudo.* Joaquim expressa certo orgulho por ter sido capaz de se responsabilizar pelas despesas do filho, mesmo não estando presente, e atribui isso ao trabalho.

Ao falar do período em que permaneceu preso, Joaquim diz que, assim que chegou ao presídio, recebeu um conselho de um senhor que já se encontrava preso há algum tempo, o qual afirma ter-lhe sido muito importante. Essa pessoa lhe disse

[...] para não me aliar a bandido nenhum. Fazer a minha cadeia, quietinho, sozinho, pra não dever nada pra ninguém depois que sair. E, eu fiz o que ele falou: não me aliei a ninguém, não fiz amigos, mas também não destratava ninguém, mas também não fiz inimigo. Ia para a escola, trabalhava, fiz meus cursos, não ficava parado, fazendo nada de papo para o ar. As conversas lá dentro não fazem ninguém melhorar não, te levam pra baixo. Mas então, eu tirei minha cadeia na minha. Saí de lá tranqüilo, sabendo que não deixei nada pra trás.

Mesmo afirmando que pagou a pena de maneira tranqüila, Joaquim deixa evidenciar que carrega algumas marcas negativas daquele período. Além das dificuldades

inerentes ao ambiente prisional, da falta de respeito, do sofrimento causado pela precariedade das acomodações e da superlotação, e lamenta profundamente não ter vivenciado momentos importantes de sua vida, como a gravidez da companheira e o nascimento do filho. *O moleque nasceu e eu estava preso, eu não tive oportunidade de vê-lo nascer [...].* Além disso, ele diz que a prisão lhe tirou algo de muito precioso: a credibilidade da sociedade em relação ao seu caráter. Para ele, a [...] *sociedade não aceita a pessoa que ficou presa, não confia. Mas é difícil confiar mesmo, porque nem a família da gente confia muito.* Sobre o processo de discriminação social que envolve a recuperação da credibilidade, ele diz: [...] *é difícil a gente recuperar, porque o que a sociedade discrimina muito é o caráter, né! [...].*

Ao falar da perda da confiança da sociedade e da própria família, Joaquim parece estar se referindo ao preconceito social que o ex-presidiário sofre em decorrência do estigma que lhe é imposto pela sociedade. Nesse sentido, Mello (2001, p. 138) assevera que “o preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas”, o que por sua vez da origem à discriminação. A estereotipia é tão forte em relação ao ex-presidiário que até mesmo o egresso acredita ser isso um fenômeno natural. Tanto que o depoente diz que esse *preconceito é natural.*

Embora tenha permanecido preso por mais de três anos, Joaquim não fala muito desse período de sua trajetória. No seu depoimento ele discorre apenas a respeito das visitas da mãe, o conselho recebido do outro preso, a dificuldade encontrada pela namorada para visitá-lo na cela e as estratégias adotadas para tornar isso possível. Fala do nascimento do filho e da sua capacidade de ajudar financeiramente na gravidez, e sobre a conclusão do primeiro grau de escolaridade. Sobre trabalho, apenas relatou que fazia algumas coisas internas, mas não soube precisar o que era. A pouca referência a esse período pode decorrer de um desejo de não recordar aqueles momentos, talvez por ter deixado muitas marcas ruins em sua trajetória.

3.1.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional

Dos sete anos e oito meses de pena a que foi condenado, Joaquim cumpriu três anos e oito meses sob o Regime Fechado de Prisão, após o que recebeu o benefício do Regime Semi-aberto de Prisão, conforme previsto no Código Penal (CP) brasileiro, baseado no Modelo Progressivo de prisão, que prevê o direito do preso de progredir, passando do Sistema Fechado para o Semi-aberto, até chegar ao Sistema Aberto. Essa progressão decorre do atendimento a uma série de exigências regulamentares da prisão, por parte do preso, e entre elas, está o bom comportamento e o trabalho na prisão. Sob liberdade condicional, Joaquim foi encaminhado para o Programa Pró-Egresso de Maringá, do qual tornou beneficiário, e passou a cumprir a pena até que ela chegue ao final.

Logo que saiu da prisão Joaquim retornou para a casa de sua mãe, pois essa era a única referência que possuía e também o único ponto de apoio disponível. Após reencontrar a mãe, e ter sido bem recebido por ela, decidiu que era hora de recomeçar sua vida. Ele sabia que se encontravam a sua espera uma mulher e um filho, que embora estivessem vivendo com os pais dela o aguardavam para viverem juntos. Ele procurou os dois e decidiu constituir a própria família. Não queria mais ficar longe deles, especialmente do filho, de quem sentia muita saudade.

Joaquim afirma que fará tudo para que seu filho *não cometa os mesmos erros* dele. Isso sugere que hoje ele entende que cometeu alguns erros em sua trajetória de vida. Essa sua afirmação nos leva a acreditar que nesses anos que se passaram desde o momento da sua prisão ele tenha refletido e chegado à conclusão de que o modo de vida que havia adotado, em que obtinha dinheiro ilicitamente, não é o mais adequado, embora tornasse possível a realização dos seus desejos e ambições. Joaquim está convencido de que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que não aconteça ao filho o que ocorreu com ele.

Sobre o recomeço após um período na prisão, o depoente relata que é bastante difícil. Retomar uma rotina que possibilite estruturar uma moradia, obter um trabalho que garanta renda, além de dar conta de tantas outras exigências que fazem parte do dia-a-dia de todo cidadão é uma tarefa muito penosa para um egresso do sistema prisional. Segundo Goffman (1980, p. 130), o estigma de marginal impede que ele seja aceito “como pessoa normal, pois os outros podem ganhar com isso”. Entretanto, essas dificuldades podem ser minimizadas na medida em que ele pode contar com o apoio das pessoas que o cercam. Joaquim relata que ao retornar à liberdade foi muito apoiado pela família da sua mulher, em especial pelo sogro, que além de recebê-lo sem discriminação concedeu-lhe uma edícula, nos fundos da sua casa, onde ele pôde construir um lar para a sua família. O apoio do sogro tornou possível superar uma das primeiras barreiras, que é a obtenção de um local para alojar sua família, quando possui.

Segundo Ottoboni (2001, p. 140), a família constituiu “um poderoso apoio moral ao sentenciado nessa fase de readaptação social e um estímulo aos seus momentos de desânimo”. Em se tratando de Joaquim, podemos dizer que a importância da família vai muito além desse apoio. Ela pode suprir carências materiais, financeiras, além de outras, as quais não se encontram disponíveis para o egresso de outras maneiras no momento em que deixa a prisão, e pelas quais o Estado não se responsabiliza. Além disso, ela pode se constituir no primeiro grupo social que o aceite como membro. A aceitação incondicional da família proporciona ao ex-presidiário o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, condição necessária para a sua inserção.

Uma vez tendo estabelecido seu novo lar, Joaquim passou a procurar um trabalho que tornasse possível a obtenção da renda necessária para suprir as necessidades básicas de sobrevivência de sua família. A experiência profissional trazida de antes da prisão, aliada à sua força de vontade, fez com que o primeiro emprego não demorasse a surgir. Mas,

assim que terminou o período de experiência, de dois meses, ele foi demitido. Joaquim relata que a alegação da empresa para sua demissão foi de que ele *não deu certo no serviço*. Mas, para ele, o motivo de sua demissão foi por ele ter informado à organização que havia sido preso e que se encontrava cumprindo pena sob o Regime Aberto de Prisão, e que, por isso, precisava se apresentar, mensalmente, ao Programa Pró-Egresso. O depoente diz: [...] *fui honesto e contei que tinha acabado de sair da prisão [...]*. A reação preconceituosa da empresa impôs-lhe a necessidade de omitir informações sobre seu passado, tornando-se, talvez, desonesto com futuros empregadores.

O relato desse episódio vivenciado por Joaquim demonstra que a saída da prisão representa apenas uma parcela da liberdade, pois o egresso continua preso no preconceito social, que o submete a mais exclusão e humilhação. A atitude de Joaquim em informar o empregador sobre sua condição de egresso pode estar relacionada àquilo que Goffman (1980:27) afirma: “a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade [...] em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações”, e, se antecipando a isso, expressa a sua realidade. Quando julgou que sua condição poderia ser identificada pela empresa, antecipou-se aos fatos e confessou sua condição de egresso.

A experiência de ter sido demitido após revelar ser um egresso fez com que Joaquim tomasse uma decisão: não iria mais falar da sua condição em novos empregos. Sua atitude tinha um claro objetivo: impedir que o preconceito social lhe causasse novos dissabores. Esse fato tornou ainda mais forte a sensação de discriminação já sentida por ele em outras ocasiões, e a sua preocupação transpareceu claramente, antes do início dessa entrevista, quando quis saber se haveria divulgação do seu nome na imprensa. Joaquim disse: [...] *eu não gostaria que aparecesse meu nome, já perdi dois empregos por causa da minha situação [...] porque lá no mercado todo dia de manhã eles entregam o jornal e tal [...]*.

Mesmo tendo perdido os dois primeiros empregos, Joaquim se encontrava empregado no momento da entrevista. Afirma que permaneceu pouco tempo sem trabalho. Como demonstra seu relato a seguir, ele possui grande versatilidade para desempenhar diferentes funções, o que pode ter contribuído para que não permanecesse por muito tempo desempregado. Segundo ele, já desenvolveu muitas atividades diferentes:

Eu fui trabalhar numa fábrica de calçados, de novo. Só que aí eu fui trabalhar de operador de injetora, serviço que eu tinha aprendido [...]. [...] Tirava de 500 a 900 reais ali. Só que isso de trabalhar direto, não tinha sábado, não tinha domingo, foi enjoando, [...] trabalhei com paisagismo, trabalhei com um rapaz de paisagismo, trabalhei acho que uns 6 meses com ele. Ai eu entrei numa metalúrgica, fazia cadeira e mesas de bar. Depois eu trabalhei de serralheiro, também, fazia portão, veneziana, essas coisas. Aí quando cheguei a Maringá [...] trabalhei já de servente de pedreiro, nas horas que não tinha para onde correr, trabalhava de servente também. E, aqui em Maringá eu trabalhei em uma fábrica de plástico, você entendeu, trabalhei numa fábrica de jeans, que foi agora esse ultimo serviço meu. Na fábrica de plástico foi onde fui uma pessoa humilde, e acabaram me mandando embora. E logo que eu cheguei aqui fui trabalhar com lava-jato.

Sobre o seu primeiro emprego, após sair da prisão, na fábrica de plástico, Joaquim demonstra um sentimento de injustiça e de frustração, pois acha que trabalhou igual a um [...] *camelo, e os patrões não me reconheceram. Eu carregava ali, na base de quinze mil quilos, de plástico todo dia, sozinho [...]*, mas, mesmo assim, acabou sendo demitido. Talvez não por falta de capacidade profissional, mas por preconceito.

Pelo depoimento de Joaquim é possível perceber que, embora possua uma grande capacidade de desenvolver diferentes atividades profissionais, sempre realizou funções com pouquíssima exigência de qualificação e, conseqüentemente, com baixa remuneração. Dificultando a conquista de melhores postos com maiores remunerações está a sua pouca escolaridade e a ausência de qualificação específica. A não ser a sua força física de trabalho, ele não conta com mais nada, o que o iguala a milhões de brasileiros, com o agravante de ser um egresso prisional.

Se a população brasileira, em geral, apresenta baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, conforme pode ser observado pelas estatísticas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), o que se poderia esperar do egresso prisional, cuja maioria tem sua origem nas populações carentes. Se ao entrar para a prisão a pessoa não possui essas características, não será pela sua permanência naquele lugar que as adquirirá, pois, conforme afirma Ramalho (1979, p. 117), a “cadeia não oferece condições para que o preso possa exercer sua profissão ou mesmo aprender alguma [...]”.

Trabalhando na reposição de produtos nas gôndolas de um supermercado, Joaquim recebe um salário mensal de 450 reais, o que para ele, é suficiente apenas para ter uma vida razoavelmente digna, pois

[...] não dá pra eu comprar um presente pra a J. No fim de mês vou ao mercado, pago o aluguel, a conta de água, a conta da energia elétrica, não posso comprar nada pra mim. [...] Minha mãe falou, o pouco com Deus se torna muito. É, eu falei, é verdade. Num dia desses até parece que foi Deus que colocou o cara. Ele chegou e falou: Estou contente, pois consegui fazer sobrar 30 reais do meu pagamento. [...] vai dar para eu levar minha esposa e meu filho na lanchonete e tomar um lanche e tal. Pensei, o cara fica contente por causa de 30 reais, e eu fico me esnobando, porque não está sobrando no bolso [...].

A dificuldade enfrentada pela pouca renda parece ser superada pelas palavras de conforto da mãe, e pela crença de que, mesmo ganhando pouco, ainda assim se encontra numa posição privilegiada, pois existem milhares de pessoas em situação pior que a sua. O conforto também é buscado no campo espiritual, como forma de amenizar o sofrimento no campo material.

Embora não seja possível determinar o que de fato provocou mudanças na maneira de perceber a vida, uma coisa é certa: Joaquim deixa claro em seu depoimento que hoje possui outros valores, diferentes daqueles que pautavam o seu cotidiano antes de ser preso. Aos 27 anos, após um período na prisão, Joaquim demonstra que, mesmo ganhando pouco, sente-se recompensado, pois consegue perceber outras formas de recompensa além do

dinheiro, como por exemplo: permanecer *junto de sua família*, poder *estar com meu filho* todos os dias, poder *dormir tranquilo*, sem medo de ser abordado pela *polícia no meio da noite*, reunir-se com alguns amigos, sem se preocupar com possíveis conseqüências negativas, além de outras gratificações. Sua família ocupa um espaço bastante importante na sua vida, o que o torna mais preocupado em adotar comportamentos mais adequados socialmente, como por exemplo: *almoçar com os amigos e suas famílias aos domingos*. Nesse sentido, Ramalho (1979, p. 99) afirma que, “[...] juntamente com o trabalho, a família representa um forte laço de ligação do egresso com seu possível retorno à vida em sociedade”.

Sobre o seu rol de amizades, Joaquim diz ter poucos amigos, são: [...] *uns cinco amigos só, que de vez enquanto a gente se reúne. A gente faz um almoço no domingo junto [...] entre casais, pessoas casadas, responsáveis, nada de bagunça mais [...]*. Essas pessoas formam um grupo do qual ele faz parte e se sente pertencendo. Assim, com um trabalho, mesmo que com baixa remuneração, com uma família que o aceita e com quem convive com todos os dias, e com um grupo de amigos, que também o aceita e lhe faz companhia, parece lhe proporcionar a sensação de estar inserido socialmente.

Em relação à família, ele diz: [...] *eu tenho um moleque pra educar [...] todo mês uma roupinha eu tenho que comprar para ele, um calçado, uma bicicleta, você entende, alguma coisa eu tenho que comprar para ele*. Essa expressão parece deixar claro que suas ambições atuais são diferentes daquelas de antes de ser preso: ele passou a dar importância a outras categorias, de coisas não materiais. Outro aspecto que parece ter se tornado importante neste momento é a segurança de sua vida, e sobre isso ele relata: [...] *posso chegar em casa, deitar e dormir tranquilo. Ponho o relógio [...] não preciso ficar pensando que polícia vai vir na porta de casa, e tal [...] eu descanso bastante, brinco com meu moleque tranquilo*.

As transformações ocorridas na maneira de pensar de Joaquim aparecem de maneira clara em seu depoimento. Isso pode ser observado na medida em que ele fala das pessoas com quem trabalha e convive. Para o depoente, essas pessoas

[...] estão me mostrando que não precisa fazer o que eu fazia para ter uma vida boa, para ter uma vida em harmonia no dia-a-dia [...] pessoas humildes, não têm ganância, não têm assim aquela autoridade [...] Já no crime não, a pessoa te olha, e fala: que nada, você é, e eu também sou, e se tiver que ir para o crime nós vai. Eu sou bandido, eu mando e desmando a hora que eu quero. [...] A gente não está pensando em sair dali e prejudicar a vida de ninguém. Só está pensando em chegar em casa, dar um abraço na esposa, dar um beijo e [...].

Joaquim parece ter descoberto que, para ter uma vida boa, não há necessidade de lançar mão da prática do crime. E que existem outras maneiras de se alcançar a satisfação pessoal, além da conquista de coisas materiais a qualquer custo. Ele percebe que, ao não fazer nada para prejudicar a vida de outras pessoas, não há necessidade de se preocupar com a sua segurança e a das pessoas que ama. Tem a certeza de que, ao terminar seu dia de trabalho, pode se dirigir para casa e encontrar sua família. Relata que hoje *vive em paz*, e que não há necessidade de ficar pensando que outro *traficante pode querer derrubá-lo, denunciá-lo*. Não vive sob risco de vida e nem de perda da liberdade constantemente. Nesse sentido, enfatiza que a atividade criminal coloca o indivíduo numa *[...] prisão psicológica [...]* *Eu não dormia direito, não alimentava direito. Para dormir às vezes tinha que deixar uma arma debaixo do travesseiro [...].*

Embora continue passando por muitas dificuldades financeiras, tal como enfrentava quando era criança, ele afirma que é melhor viver assim, *ganhando pouco, do que a vida que eu tinha antes [...]* tendo que *dormir fora de casa muitas noites*. Mas também deixa claro o quanto é difícil se manter corretamente, diante de uma postura preconceituosa e excludente da sociedade que estigmatiza e marginaliza o egresso. Sobre essa dificuldade ele diz:

[...] para mim, a dificuldade maior, por mais que a mídia divulgue o negócio do estudo, mas para mim não é o estudo não. Porque teve lugar de eu parar pra pedir emprego e eles pedem a ficha criminal. Então para mim, o que mais dificulta para mim, nesse momento, é o meu passado. É o fato de eu ser um ex-presidiário, o fato de eu ter complicação com a justiça. E a sociedade, por mais que a gente tente mostrar para ela, eu acho que nunca vai acreditar na gente. O meu passado é o que mais dificulta. É se as pessoas descobrirem o meu passado.

Ele sugere que existe um “fantasma” do passado, que não lhe permite um bem-estar completo. Esse fantasma é representado pelo estigma de ex-presidiário que carrega e que lhe faz muito mal, e que dificulta sua integração social. Esse estigma fecha muitas portas que poderiam dar acesso a uma vida mais digna e mais confortável. Além de ter que superar as dificuldades causadas pela pouca escolaridade, pela falta de qualificação profissional, pelo baixo poder aquisitivo, dos quais é vítima, o egresso precisa lutar contra o preconceito social, o que o coloca em uma situação altamente desfavorável. Para não sucumbir a esse mal social, o depoente omite dos seus companheiros de trabalho e da organização a sua condição de egresso. Sobre esta sua postura ele relata:

[...] é uma coisa meio chata pra mim [...] por eu não poder falar uma parte da minha vida de egresso pra essas pessoas [...] eu não sei qual seria a reação deles quando eu chegar e disser: olha eu fiquei quase quatro anos preso e fazia isso e isso. [...] Eles não vai acreditar que eu mudei, pelo menos estou tentando mudar, to procurando um caminho melhor, mas meu relacionamento com eles não tem problema nenhum, converso com todo mundo [...].

O estigma de ex-presidiário o acompanha, e provavelmente o acompanhará por muito tempo, dificultando sua inserção social, mantendo-o preso a um preconceito que determina o seu futuro. Por mais que se esforce para demonstrar o contrário, a sociedade prefere ignorar o seu potencial como pessoa, preferindo tratá-lo como alguém que não merece mais confiança. A pena, que no sistema progressivo tem duração máxima de trinta anos, para o ex-presidiário parece que nunca termina. Sobre essa questão, Carnelutti (1995, p. 77) afirma que, com o término legal da pena, o processo “está terminado; mas a pena não: quero dizer o

sofrimento e o castigo [...] A sociedade fixa cada um de nós no passado [...] roubou; [...] poderia roubar ainda; [...] A pena, se não mesmo sempre, nove vezes em dez não termina [...]”.

O trabalho sempre esteve presente na vida de Joaquim, inclusive no momento em que ele decidiu praticar o comércio ilegal de drogas, o que sugere que a sua opção pelo crime não se deu em decorrência da ausência de trabalho e renda, mas por outras necessidades. No seu caso, parece que o trabalho não se mostrou suficientemente capaz de responder às necessidades pessoais de consumo, e também não representou uma condição suficiente para impedi-lo de cometer o delito.

É possível que um trabalho com melhor remuneração pudesse ter proporcionado ao depoente uma condição de vida mais próxima daquela que ele pretendia, e desta maneira, pudesse ter contribuído para a sua não inserção no mundo do crime. Entretanto, isso não é uma relação que pode ser afirmada com segurança, pois, assim como a existência de uma renda não o impediu de praticar o tráfico, também não é possível afirmar que uma renda maior o impediria. Por outro lado, tem-se conhecimento de que o tráfico é praticado por pessoas dos mais variados estratos sociais, e das mais variadas categorias socioeconômicas.

A opção de interromper os estudos pode ter-se dado em decorrência das necessidades familiares, mas é fato, que esta atitude lhe trouxe um grande limitador no seu desenvolvimento socioeconômico futuro, na medida em que passou a exercer influência sobre sua capacidade de melhorar a obtenção de renda por meio do trabalho. A pouca escolaridade e a ausência de qualificação profissional específica, adquirida por meio de preparação profissional prévia, dificulta o seu progresso profissional.

Da mesma forma, ao retornar da prisão, o trabalho pouco qualificado e de baixa remuneração obtido por Joaquim tem possibilitado apenas garantir a sobrevivência

material, mínima, dele e de sua família. Não lhe permite o acesso a bens e serviços disponíveis, que podem representar uma maneira mais confortável de viver. A remuneração que recebe pelo trabalho faz com que ele tenha que continuar morando de favores numa edícula concedida pelo sogro, e o impede até de demonstrar um carinho para a companheira, com a aquisição de um presente, como ele diz: *não posso nem comprar um presente para a J..*

Mas, de alguma forma, o trabalho representa um papel importante na vida do egresso, e isto fica evidente em seu depoimento: *se o cara não tem trabalho, se a sociedade não dá oportunidade, ele se vê desesperado. Sem dinheiro, com filho pra criar, ele volta a cometer crime.* Esse depoimento parece sugerir que, embora o trabalho não evite que o indivíduo cometa o crime, pode servir como condição mínima para evitar a sua reincidência.

A carreira profissional do egresso, em muitos casos, parece sofrer forte influência do preconceito social, uma vez que ele se vê forçado a permanecer em um determinado emprego ou trabalho para não expor sua condição. Ao buscar uma nova oportunidade de trabalho, o egresso pode ter o seu passado desvendado pela contratante, e, assim, correr o risco de ficar desempregado. Mesmo estando empregado, o sujeito parece não ter liberdade de buscar novas oportunidades dentro da organização, pois corre o risco de ter sua condição exposta, e sofrer as conseqüências de ser demitido. Sobre essa questão, o depoente diz: *estou aqui fora, trabalhando, como qualquer outra pessoa, mas eu não posso falar do meu passado, se não dá problema.*

Joaquim evidencia que, no seu caso, o apoio da família representou e representa um aspecto tão importante ou mais do que o trabalho em si, no processo de reintegração social quando em liberdade. O grupo familiar parece ter-lhe proporcionado a condição de pertencimento tão necessária para o indivíduo viver em sociedade. Ao deixar a prisão e retornar ao convívio social, Joaquim não se sentiu desamparado nem desgarrado socialmente, mas experimentou concretamente a existência de um grupo social ao qual passou

a pertencer, sem ser discriminado nem marginalizado. Ao contrário, o grupo o queria junto. Essa realidade familiar parece ter-lhe dado o suporte necessário para participar de outros contextos, como a busca de trabalho.

No caso de Joaquim, a existência da família e do trabalho parece compor as condições mínimas necessárias para que ele se mantenha distante do crime.

3.2 A TRAJETÓRIA DE LUCIANO

3.2.1 Quem é Luciano

Luciano é jovem, tem apenas 24 anos. Mora desde a adolescência em uma cidade do interior do Paraná, com 34 mil habitantes, que faz parte da região metropolitana de Maringá (PR). Casou-se aos 17 anos de idade. Atualmente, vive com a companheira e um filho de 10 anos. Assim como Joaquim, sua casa é uma edícula localizada nos fundos da residência do sogro. Trabalha na informalidade, como vendedor de passes de transporte coletivo, atividade que, segundo ele, rende uma quantia aproximada de 800 reais por mês. Foi preso, aos 19 anos de idade, pelo delito de tráfico, art. 12 do CP brasileiro, e recebeu uma pena de sete anos e seis meses de prisão. Cumpriu pena sob o Regime Fechado de Prisão por um ano e oito meses, sendo um ano e seis meses na DP e dois meses na Colônia Penal, em Curitiba (PR). Obteve o benefício do Regime Aberto de Prisão em 2004, quando deixou a prisão, e atualmente se encontra cumprindo pena sob esse Regime, como beneficiário do Programa Pró-Egresso de Maringá (PR). Faltam-lhe ainda três anos, aproximadamente, para o término da pena.

3.2.2 A sua infância e adolescência

Luciano relata que viveu uma infância bastante tranqüila, sem muitas dificuldades nem carências [...] *eu sempre tive de tudo. Eu e minha irmã nunca passamos por necessidades [...].* Diz que seu pai possuía um bom emprego: *Meu pai trabalhava na área de confecções.* O salário recebido pelo pai era suficiente para dar uma boa condição de vida à família, pois, além de ganhar relativamente bem, a família *morava no fundo da empresa [...],* em uma casa da empresa, o que também contribuía para diminuir as despesas, pois não havia necessidade de se gastar com aluguel nem com transporte para trabalhar. Sua mãe trabalhava apenas no lar, passava o tempo todo realizando atividades domésticas e cuidando dos filhos: *minha mãe ficava em casa cuidando da gente.*

Quando ele estava com aproximadamente 9 anos de idade, a família mudou-se para outra cidade, um pouco maior, localizada nas proximidades de Maringá, também no noroeste do Estado. Em seu depoimento o pai aparece com maior destaque, representado como uma pessoa muito responsável e preocupada com o bem-estar da família. Já sobre a mãe e a irmã ele pouco falou.

De acordo com a fala de Luciano, a condição socioeconômica de sua família possibilitou a ele e à irmã ter uma infância sem privações. Sobre essa fase de sua vida, o depoente traz boas recordações.

Minha infância foi boa. Meu pai sempre me deu o que eu quis. Eu ficava quente debaixo das cobertas e meu pai levava para o hospital... Está doente! Está doente! Sempre fui bem cuidado, eu sempre tive de tudo, eu e minha irmã. Eu sempre tive de tudo. Minha família sempre foi boa comigo, e como é até hoje. Minha infância foi muito boa. [...] Minha mãe ficava em casa cuidando da gente [...].

O pai e a mãe sempre estiveram presentes e muito preocupados com o bem-estar dos filhos. Mesmo após se mudarem de cidade, a rotina da família continuou semelhante ao

que era anteriormente. Seu pai permaneceu trabalhando na mesma empresa de confecções, naquela cidade: *ele trabalhou uns vinte anos lá*. A transferência da família de cidade se deu em decorrência da preocupação do pai com o futuro dos filhos. Ele concluiu que naquela cidade não havia boas chances de emprego para os filhos, quando fosse chegada a hora de eles trabalharem. Assim

[...] a gente se mudou e ele continuou trabalhando lá. Por que a gente começou a crescer, e tinha que trabalhar também. E trabalho lá pra gente não dava certo. E a gente teve que vir para cá. A gente veio já tem uns vinte e cinco anos. Tipo assim, eu vim pequeno, ele já veio pensando nisso... Vamos para uma cidade mais próxima de Maringá [...] onde existe mais oportunidades de trabalho. [...] Porque lá onde a gente morava só tinha essa empresa. Ela dominava a cidade e não tinha mais outra coisa.

O relato de Luciano sugere que ao se mudar seu pai planejava dar maiores oportunidades aos seus filhos, no futuro. A escolha da nova morada se deu pela proximidade com Maringá (PR), cidade maior, com aproximadamente 270 mil habitantes, naquela época, na qual acreditava que haveria muito mais chances de trabalho para os filhos.

Mesmo afirmando que nunca lhe faltou nada e que sempre recebeu muita atenção dos pais, Luciano ingressou muito cedo no mundo do trabalho, quando ainda era criança, aos 9 anos de idade. Assim que passou a residir na nova cidade, o menino decidiu que era chegada a hora de ganhar o próprio dinheiro, e, então, foi em busca de uma oportunidade de trabalho, que não demorou a encontrar.

3.2.3 A presença do trabalho na sua vida

Aos 9 anos de idade Luciano teve a sua primeira experiência como trabalhador, empregando-se numa empacotadora de tabaco. Segundo ele, isso se deu por iniciativa própria, porque não gostava de depender do pai para satisfazer os desejos pessoais, mesmo porque, ele

lhe dava muito pouco dinheiro. Então buscou uma atividade que lhe proporcionasse renda. O emprego que arrumou exigia uma carga horária de mais de cinco horas diárias, a manhã toda.

Ao se recordar do primeiro salário, Luciano deixa claro o quanto foi bom, mas também atesta o quanto ainda era criança. Sobre isso, ele diz:

[...] com o meu primeiro pagamento, eu falo isso pra todo mundo, eu comprei um caminhãozinho, que eu brincava ainda, e um chinelo de dedo. Vai vendo... Trabalhava das 6 e meia ao meio dia, voltava para casa, tomava um banho e ia para a escola. Chegava até ser explorado naquela época, trabalhar nessa idade... Só que eu sempre corri atrás. Eu sempre dava um jeito de ir. Tinha que ganhar dinheiro. Não gostava de pedir dinheiro para o meu pai. Ele dava aquele dinheiro lá. Olha: eu já tenho que sustentar vocês e tal. Tratava-me muito bem, claro. Mas não dava dinheiro na minha mão. Eu sempre quis ter o meu dinheiro [...].

Embora trabalhasse como adulto, Luciano era uma criança, tanto na sua estrutura física quanto na sua maturação psicológica. Suas necessidades pessoais eram próprias desta fase da vida. A iniciativa do depoente chama a atenção pela precocidade com que apresentava necessidades de autonomia e independência financeira, não aceitando passivamente a condição de dependente do pai.

Independentemente de ter sido dele ou não a iniciativa de trabalhar, na infância, é fato que o exercício de uma atividade produtiva, naquela idade, deixou marcas negativas em sua trajetória. Em seu depoimento, ele revela o sentimento que carrega sobre essa fase, o de que *era explorado no trabalho*, pois era muito novo para trabalhar. O trabalho na infância, além de competir com a escolaridade, também submete a criança a riscos de graves acidentes de trabalho, que podem comprometer o resto da vida. O trabalho infantil não possui nenhuma proteção social, pois, salvo raras exceções, as crianças trabalham na informalidade, uma vez que a Lei não permite a sua contratação. Além disso, a remuneração do trabalho infantil é quase sempre inferior à do trabalho adulto.

Em princípio, Luciano não deixou de estudar para trabalhar. Administrou bem o seu tempo: trabalhava de manhã e estudava à tarde. Essa sua adaptação às duas atividades se

justifica pelo espaço de tempo que permaneceu fazendo as duas coisas. O prazer de ter conquistado a “independência” financeira por meio do trabalho fez com que permanecesse naquela empresa dos [...] 9 aos 15 anos.

Naquele momento Luciano não percebia que o trabalho estava substituindo outras atividades muito importantes para seu desenvolvimento pessoal. O tempo que permanecia trabalhando poderia ter sido empregado na melhoria da sua preparação intelectual, por meio de atividades voltadas para a formação, na sua socialização, por meio da participação em atividades lúdicas e esportivas, além de outras. Por outro lado, seus pais também não atentaram para a necessidade de conduzir a criação e a educação do filho de maneira que ele se dedicasse mais ao aspecto da educação, obtendo uma melhor preparação para a idade adulta. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (ECA, 1990), ao proibir o trabalho para pessoas menores de 16 anos, tem prestado uma excelente contribuição para evitar que as crianças sejam prejudicadas no seu desenvolvimento pessoal e educacional.

Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990), houve uma elevação de 14 para 16 anos a idade mínima para o trabalho; além disso, a legislação e o controle sobre a atividade tornaram mais rigorosas. Em decorrência disso, Luciano, que já se encontrava trabalhando há seis anos, foi demitido, pois o rigor da Lei fez com que a empresa não mais o aceitasse no seu quadro de empregados, uma vez que não podia registrá-lo. Conforme Luciano relata, foi [...] *aí que começou... [...] menor não poder trabalhar mais e tal [...] eles tinham que registrar. A gente teve que sair. A impossibilidade de trabalhar formalmente numa empresa não impediu que ele continuasse trabalhando, apenas obrigou-o a procurar outras formas de continuar ganhando o próprio dinheiro. Estrategicamente, ele passou a trabalhar na informalidade, na função de pintor de casas, atividade em que permaneceu por três anos.*

O ECA tem suas qualidades, uma vez que tem o objetivo de garantir às crianças e aos adolescentes que seu tempo não seja empregado no trabalho, e permaneça disponível para que seja utilizado com a educação escolar. Mas é preciso muito mais do que simplesmente proibir as crianças de trabalhar. Faz-se necessário, também, uma ação fiscalizatória e apoio às famílias para que não deixem suas crianças trabalharem. A simples proibição do trabalho infantil pode gerar efeitos adversos, como, por exemplo, a transformação dessas crianças em pequenos trabalhadores informais, como ocorreu com Luciano.

Esse fato sugere que de nada adianta a criação de um Estatuto da Criança e do Adolescente, voltado para a proteção dessas pessoas, se não houver uma conscientização geral da população, especialmente dos pais, e uma ação de fiscalização por parte do Estado. No caso de Luciano, a implantação da Lei surtiu um efeito negativo, fazendo com que ele passasse de um emprego informal para uma situação de trabalhador informal. Nesta condição trabalhava sem problemas, com o agravante de não contar com nenhuma garantia trabalhista.

Como toda pessoa, Luciano revela que possuía sonhos em relação ao futuro. Mesmo tendo mudado de trabalho, o que o obrigou a estudar no período noturno, pois como pintor trabalhava o dia todo, continuou estudando e pensando em mudar de vida. Sonhava em ser professor de *Educação Artística*. Mas a sua trajetória mostra que permaneceu apenas em sonho. Na realidade, sua trajetória foi construída de maneira bastante diferente.

3.2.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho

Luciano demonstra que não encontrava dificuldades em manter a atividade escolar mesmo trabalhando meio período, ainda que fosse apenas uma criança, com necessidades próprias daquela época. Organizou-se de tal forma que tornou possível a realização das duas atividades. Ao descrever o seu dia-a-dia durante a infância, faz a seguinte explanação: [...]
Trabalhava das 6 e meia ao meio dia, ia para casa, tomava banho e ia para a escola. [...]

Tinha que ganhar dinheiro. Não gostava de pedir dinheiro pro meu pai. Ele dava aquele dinheiro contado. [...]. Parece que o que o motivava a trabalhar era a possibilidade de realizar desejos pessoais sem ter que pedir dinheiro para o pai. Por muito tempo, até atingir os 15 anos, administrou bem essa rotina de vida. Não reprovou nenhum ano na escola. E no trabalho também tinha um bom desempenho, tanto que permaneceu no primeiro emprego por seis anos.

Ao ser demitido desse primeiro emprego, Luciano não se abateu. Foi logo procurando outra atividade profissional. Entre as tentativas, foi trabalhar como pintor. Nessa atividade permaneceu por três anos, mas deixou-a por entender que a remuneração era muito baixa. Luciano revela que após as primeiras ocupações profissionais passou a sentir uma inquietação que não o deixava permanecer por muito tempo num mesmo trabalho, sempre que percebia não haver possibilidade de crescer profissionalmente. Afirma que não admite estacionar numa atividade que não lhe possibilite evoluir, isto é, subir de cargo ou ganhar mais. Sobre essa questão ele diz: *[...] Não gosto de ficar vegetando em um lugar só. Trabalhando dez anos numa empresa pra não subir de cargo? Tô fora, não penso assim, [...].* Sua fala mostra uma inquietação que o impede de permanecer numa atividade se ela não lhe oferece perspectivas de rápido crescimento, especialmente financeiro. Aquela ambição de se tornar independente, quando era criança, agora parece que o faz querer ganhar cada vez mais, e mais rápido.

Sobre as diferentes atividades realizadas, após sair da empacotadora de tabaco, ele diz:

[...] trabalhei três anos de pintor, autônomo. Aí, arrumei um serviço na fábrica de calça jeans, trabalhei mais seis meses. Arrumei um melhor na fábrica de móveis, e saí também. Trabalhei uns sete meses. Aí, arrumei na empresa de transporte coletivo como cobrador. Melhor, limpinho, sentadinho, de gravata. Sossegado. No meio de todo mundo. Neste, trabalhei por seis anos.

Após várias atividades profissionais informais, Luciano procurou um trabalho que lhe desse certa estabilidade e melhor remuneração. Segundo ele, isso se deu quando sua namorada engravidou. Naquele momento ele percebeu que as responsabilidades iriam aumentar, e para dar conta delas buscou um emprego com melhor remuneração, o que encontrou na função de cobrador de ônibus. A nova função exigia que ele dividisse seu trabalho em diferentes turnos, impossibilitando-o de continuar estudando. Luciano parou de estudar no final do 3º ano do 2º grau. Abriu mão de continuar estudando para priorizar o trabalho, que possibilitava uma vida mais confortável ao casal e ao filho que estava por nascer. Nessa função ele se fixou por um tempo maior, seis anos.

O depoente descreve da seguinte maneira como isso se deu em sua trajetória:

[...] arrumei o serviço na empresa de transporte coletivo. Ficou aquilo assim... Minha mulher estava grávida, ou eu arrumava um serviço melhor do que eu estava na fábrica de móveis, ou... Ai, eu arrumei esse [...]. Só que não tinha horário fixo, empresa de ônibus... No mesmo dia você está trabalhando de manhã, à tarde e à noite. E o que aconteceu? Faltando dois meses pra acabar o segundo grau [...] No começo de outubro saí da escola. Arrependo-me de ter deixado de estudar.

Esse novo trabalho, como cobrador, possibilitou-lhe alguns pontos positivos, em especial a remuneração, mas, por outro lado, trouxe-lhe algumas inconveniências, como ter que trabalhar em turnos diferentes, num mesmo dia. Tal situação obrigou-o a interromper a escolaridade, o que de certa maneira lhe trouxe prejuízos. Ele até tentou retornar e terminar o segundo grau, por meio do ensino supletivo, mas a iniciativa se revelou infrutífera. Ele diz que fez *“[...] umas duas matérias, mas o horário de trabalho no coletivo era muito doido. Não dava pra fazer”*.

Embora tenha interrompido a escolaridade, Luciano diz que possuía expectativa de continuar estudando, e revela qual era o seu desejo profissional:

Eu queria ser professor. Mas deu tudo errado. E depois até a vontade foi embora [...] Queria ser professor de educação artística. Eu faço desenho, eu

faço um monte de coisa. [...] Eu não pego num lápis... Quer ver? Eu saí da prisão em 2004. Até hoje se eu falar que fiz uma careta num papel lá dentro... Sei lá. O psicológico da gente é muito afetado. [...] Depois que caí lá dentro, acabou [...].

Trabalhando como cobrador Luciano possuía uma rotina de trabalho composta de horários parcelados, que deixava muitas janelas no decorrer do dia. Observando que dispunha de tempo livre durante o dia, resolveu constituir uma empresa, com o objetivo de melhorar ainda mais sua renda. Abriu um pequeno comércio, na cidade onde residia e reside atualmente. Por algum tempo ele se dividiu entre o trabalho de cobrador e os cuidados da loja.

3.2.5 Quando e como ele cometeu o crime

A vida de Luciano estava organizada, de maneira que tudo parecia caminhar bem. Vivia um relacionamento afetivo estável, tinha um filho, um emprego e uma pequena empresa. Entretanto, aos 19 anos o depoente parece ter passado por uma transformação muito grande no seu estilo de vida. Descreve que todo final de tarde passou a reunir alguns amigos na frente da locadora, onde bebiam algumas cervejas e conversavam distraidamente. Mas o que no início era apenas uma descontração passou a tomar um rumo diferente, uma vez que passaram a ingerir bebida alcoólica além da conta, a ponto de promoverem algazarras na frente da loja. O depoente relata: *a gente colocava cadeiras na frente assim, e começava a beber de fim de tarde.* Além disso, praticamente abandonou a empresa nas mãos de um menino que o ajudava, e saía com os amigos.

Ao se recordar dessa fase, ele diz: *comecei a queimar minha empresa.* As reuniões, que começaram com os amigos avolumaram-se e atraíram outras pessoas, até então desconhecidas. O clima criado pelo grupo de freqüentadores das reuniões no local fez *o movimento diminuir e acabou tudo.* Tudo indica que, por falta de dedicação e pelo ambiente

criado no espaço físico do seu negócio, houve uma diminuição acentuada do faturamento, trazendo dificuldades financeiras para a empresa.

Nessa mesma época Luciano passou por mudanças também no aspecto afetivo. Embora relate que seu casamento já tinha durado bastante, tendo em vista que [...] *namorou cinco meses, apenas*, e que *todo mundo admira [...] a gente ainda estar junto*, houve um momento em que ele se separou da esposa. O depoente diz que quando estava separado passou a viver mais intensamente, freqüentando ambientes diferentes, relacionando-se com muita gente, e, também *tinha várias namoradas*. Esse novo hábito de vida sugere que os gastos pessoais aumentaram além da sua capacidade de pagamento, o que lhe trouxe certo desconforto financeiro.

Luciano relata que nessa época passou a enfrentar várias complicações, especialmente por falta de dinheiro, e que conversava muito com as pessoas que freqüentavam as reuniões vespertinas na frente da locadora, sobre seus problemas. Segundo o depoente,

[...] os caras estavam sempre ali comigo, trocando idéia, e tal. Eu comecei a beber, entendeu? Eu não bebia, e comecei a beber muito. Aí as pessoas começaram a falar que roubavam e tal, e por eu ser um cara que sempre queria estar sabendo de tudo e sempre queria aprender a fazer tudo: Aí, comecei a dar umas voltas com eles. Foi a época em que separei da minha esposa, que eu falei para você, dois a três meses. Comecei a bagunçar, trair, ficar com outras mulheres. A carne é fraca, e era desse jeito. Eu queria ter duas, três mulheres. Meu salário não dava. [...] Aí os caras: 'Oh! veio, vamos roubar a empresa... Você trabalha lá dentro e você nos dá todos os detalhes'.

Em seu depoimento, Luciano parece sugerir que sua entrada para o mundo do crime se deu por influência das pessoas com as quais estava se relacionando. Nesse sentido, ele traz a informação de que entre essas pessoas havia gente que possuía antecedentes criminais. Segundo o depoente, conversando com os “amigos” sobre suas dificuldades financeiras, esses sugeriram que seria fácil obter uma boa quantia de dinheiro praticando um

assalto na empresa em que ele trabalhava. Com o conhecimento que possuía do *lay-out* (distribuição do espaço físico) da empresa, ele poderia fornecer informações detalhadas sobre os locais onde poderia haver dinheiro, bem como qual seria a maneira mais fácil para se chegar até ele. Convencido de que essa seria a solução dos seus problemas, aceitou a sugestão e forneceu as informações necessárias para a realização do roubo.

O depoente admite que, para superar as dificuldades por que passava, acabou escolhendo o crime como estratégia. Hoje, ao relembrar o episódio, diz que havia *perdido a cabeça* quando aceitou participar do roubo na empresa em que trabalhava, e diz: *eu era muito bagunceiro, não ligava muito. [...] eu não dava muito valor às minhas coisas, ao meu pagamento [...]*.

Embora tenha sido considerado responsável pelo roubo, ele afirma que nunca foi, e não é, um ladrão, e justifica da seguinte forma: *[...] do crime pelo qual eu fui preso, eu não participei, não roubei ninguém, fui preso de bobeira*. Parece não aceitar a condenação porque não esteve presente no ato da realização do crime: sua participação se restringiu ao fornecimento das informações e ao planejamento do roubo, motivos pelos quais foi condenado, por ter sido o mentor intelectual da ação.

3.2.6 O delito e a prisão

Ao discorrer sobre a forma como vivia na época em que passou a participar dos crimes, Luciano faz o seguinte relato:

[...] trabalhava das 6 da tarde à uma hora da manhã. Aí, chegava e ficava bagunçando até de manhãzinha. [...] Eu não dormia. Eu era um zumbi. Eu ficava 24 horas acordado. [...] A locadora ficava o dia inteiro aberta. Eu dormia um pouco, acordava. Tinha um menino que trabalhava pra mim. Aí começou a bagunçar tudo, e eu falei: vamos tentar, então. Fiz uma vez, duas, três. Deu certo, e na quarta vez: eu passei o plano todinho para eles. Só que eu nunca fui. Eu sempre dei a idéia, bolei os lugares pra eles entrarem e tudo. E nós repartíamos os ganhos. Eu fui enquadrado como

mentor, deu formação de quadrilha, porte de arma e tudo. [...] Eu fui pego porque meu primo caiu roubando um mercado lá, e não agüentou, e falou. Era menor de idade, e contou. Mas ele falou que eu tava no meio. Não falou que eu tinha... Tudo bem, eu tava no meio, só que eu nunca fui lá e meti o resolver, machuquei alguém. Mas não teve conversa. Eu era o mentor e acabou. Eu fui o que levou mais. Peguei sete anos e meio [...].

A estratégia de ser apenas o mentor intelectual do crime permitia manter-se no anonimato, não correndo risco de ser pego em flagrante. Como sua participação se restringia ao planejamento das ações, ele acreditava que não estava cometendo nenhum crime: *eu praticamente só planejei, nunca roubei ninguém, desde pequeno*. Sua prisão se deu pela delação feita pelo primo, que havia sido preso por estar praticando um roubo, o que ocorreu no quarto episódio de que participou como mentor. Luciano foi condenado com base no art. 12 do Código Penal (CP), tráfico de drogas, o que sugere que também estava envolvido com drogas. Embora afirme que só participava do planejamento das ações, isso se tornou um motivo ainda mais grave na sua condenação, pois foi citado como mentor intelectual de vários crimes.

Conforme relata, nas primeiras três vezes deu tudo certo, e então recebia a sua parte no resultado do roubo. Tudo corria muito bem e Luciano parecia estar convencido de que havia encontrado uma nova fonte de renda. E, ainda, não *“colocava a arma na cara de ninguém, não machucava ninguém”*. Revela que aproveitava as horas ociosas dos seus trabalhos planejando os roubos. Executava a parte inteligente do crime: planejava, orientava e fornecia todas as “dicas” de como os outros deveriam agir. Agia como agem grandes líderes de quadrilhas que comandam grandes organizações criminosas. Embora nunca tenha utilizado uma arma para roubar, sua participação nos crimes rendeu um pesado castigo, constituído por uma pena de sete anos e seis meses.

O depoente relata que durante o período em que cumpriu parte da pena sob o Regime Fechado de Prisão passou por muitas dificuldades. Em seu depoimento ele diz: *No primeiro mês eu sofri demais. [...] Eu sofria muito. Eu era igual criança lá dentro. Lá o cara*

se torna criança. O impacto do ambiente prisional e a impossibilidade de agir no sentido de alterar o rumo da sua trajetória, naquele momento traziam-lhe muito sofrimento. Sobre o tempo em que permaneceu preso, declara:

[...] um ano e três meses fiquei no presídio, e acho que três meses na Colônia Penal Agrícola de Curitiba. Lá é muito sofrimento. Aqui apesar de estar trancafiado num quartinho pequeno para quatro pessoas, mas que alojava doze, eu via minha mulher e meu filho todo sábado. Minha mãe e meu pai também. Eram os quatro que me acompanharam todos os sábados do ano e meio que estive lá. Só que na hora que eu fui para Curitiba, como é que ela ia lá? Desempregada, me visitar lá? Não tinha jeito. Ai foi só por telefone. [...] Lá é uma fazendona. É liberdade... O cara que quer ir embora, lá ele vai. Mas eu pensava comigo: 'Não. Tirei um ano e três meses lá embaixo, aqui é rapidinho'. Foram 60 dias, e me mandaram embora. E foi louco, hein! Porque eu já estava revoltado lá, tava com vontade de ir embora também. Fugir. Não estava agüentando mais. Vendo a liberdade e não podendo ir.

Ao receber o benefício do Regime Semi-Aberto de prisão, Luciano foi transferido para a Colônia Penal de Curitiba. Com essa transferência ganhou conforto e liberdade, mas perdeu as visitas dos familiares, rompendo assim com o único vínculo que lhe restava e ficando impossibilitado de encontrar algum “amparo e estímulo” (OTTOBONI, 2001). Enquanto se encontrava preso no presídio do interior, vivia numa cela – um cubículo –, com mais 11 pessoas, espaço adequado para apenas 4. Nessas condições, comuns nos presídios brasileiros, os presos vivem sem espaço até para respirar. Luciano relata que sofria muito em decorrência das condições físicas precárias das acomodações, mas podia contar com a visita da mulher e dos pais todos os sábados.

O depoente relata que, ao ser transferido para a Capital do Estado, distante aproximadamente 450 quilômetros da sua cidade, sabia que sua família não possuía condições financeiras que permitissem visitá-lo naquele local. Assim, além de sofrer com a ausência dos familiares, também se preocupava pelo fato de sua companheira estar desempregada e pelas dificuldades financeiras que sua família estava enfrentando. Sobre a preocupação que tinha com os familiares, diz:

Ela sempre trabalhou. E eu fui tão azarado, que na época em que fiquei preso ela ficou desempregada. Parece que foi tudo para moer minha cabeça mesmo. Porque eu não tinha mais sono, eu não dormia. O dia inteiro pensando, a noite inteira: 'O que tá acontecendo agora? O que tá acontecendo? Era para eu estar lá, não dei valor nas coisas que eu tinha, olha onde eu estou hoje, aqui.

Luciano relata que no período em que esteve preso, especialmente na Colônia Penal, pensou muito sobre os reflexos do delito. Parte do sofrimento relatado por ele parece estar relacionada com a sua percepção das conseqüências oriundas da condição de presidiário. Seu depoimento mostra o quanto o princípio do isolamento inerente à pena de prisão operou sobre ele, fazendo-o refletir sobre seu ato criminoso e o que motivou a infração (FOUCAULT, 1983).

O depoente afirma que chegou a pensar em fugir, mas, como acreditava que não permaneceria por muito tempo naquele local, resolveu permanecer. Após 60 dias sua pena progrediu para o Regime Aberto, e ele passou a cumprir em liberdade condicional. No seu caso, a intenção do Sistema Penal Progressivo se fez cumprir, pois a perspectiva de progredir para o próximo estágio, o do Regime Aberto, fez com que o apenado refletisse e evitasse cometer um novo delito: a fuga da prisão.

Ao obter a liberdade condicional, podendo cumprir o resto da pena sob o Regime Aberto, tornou-se um beneficiário do Programa Pró-Egresso de Maringá – PR. Na condição de egresso, Luciano pôde retornar para sua cidade, reencontrar os familiares e restabelecer sua rotina de vida. Isso pôs fim também ao seu sofrimento, decorrente da distância e do isolamento dos familiares.

Quase no término do seu depoimento, Luciano relatou um episódio, ocorrido na prisão, muito significativo para ele. Esse acontecimento, que possui um significado especial para ele, consiste no anúncio da sua liberdade. Sobre esse momento, ele descreve da seguinte maneira:

[...] na Colônia Penal Agrícola, quando acontece alguma coisa, todos saem gritando. O cara do presídio grita o nome da gente lá, e ele tem uns papezinhos coloridos na mão. O branco significa dentista; o rosa, médico; o amarelo é a psicóloga. Cada cor do papel que ele traz na mão, lá, é... E, o papel azul nunca vem na mão dele. Ele significa a liberdade. Eu o tenho até hoje. Ta lá dentro do carro, na minha carteira. Eu mandei até plastificar. É meu orgulho aquilo lá: é a liberdade. É um papelzinho azul escrito liberdade. Ai o povo falou [...] E me mostrou o papelzinho. Nossa Senhora! Eu não sabia se eu chorava.

A liberdade aconteceu para Luciano de maneira inesperada e possui até uma representação simbólica, que ele fez questão de mostrar, um *papelzinho azul*. Ouvir seu nome ser pronunciado pelo responsável da prisão tendo em mãos o papelzinho azul, ao final de 60 dias, quando o tempo a ser cumprido era de 90, foi algo que lhe trouxe uma intensa alegria, até o ponto, segundo ele, de não saber se *ria ou se chorava*.

Luciano se descreve como um “*aventureiro. Gosto de aventura, [...] mas, uma aventura certa. Agora, aventura errada, eu não quero mais não*”. Essa sua afirmação parece conter mensagem de que não deseja mais retornar ao crime.

3.2.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional

Em seu depoimento Luciano procurou demonstrar que a sua maneira de perceber o cotidiano é bastante realista, e que as pessoas são responsáveis por aquilo que acontece com elas. Nesse sentido, ele usa a seguinte citação: *o que aqui se faz, aqui se paga*. Essa expressão, que não é original, traz um significado muito importante, o de que todo ato humano tem uma conseqüência. E, no seu caso, o sofrimento vivido no período da prisão e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia após obter a liberdade estão diretamente relacionadas com a prática do delito. Mas ele não se deixa abater, e assim como possui um considerável senso de realidade, também demonstra ser otimista em relação ao que ainda está por vir. Para expressar esse seu otimismo usa outra citação: “*um dia tudo vai melhorar, tem que melhorar*”.

Esse otimismo constitui-se num importante aspecto, que o auxilia no cotidiano, dando-lhe a esperança de que irá superar todas as barreiras, em especial a do preconceito social, e conquistará o seu espaço.

Ao retornar para sua cidade reencontrou os familiares, que era o que mais desejava, pois havia dois meses que não os via. Ele relata que ao chegar foi recebido com muito carinho e muito apoio da família, especialmente da mulher e do filho. O sogro também lhe rendeu apoio incondicional, concedeu-lhe uma pequena casa, construída nos fundos do terreno da sua residência, e ali, ele, a mulher e o filho, com dez anos de idade, retomaram o convívio familiar. Sobre a importância da família, Kliksberg (2001) “considera inegável e fundamental o papel desempenhado por ela na vida do indivíduo, dando contribuições de grande valor em campos muito concretos”. No caso de Luciano, esse apoio significou muito mais do que a possibilidade de construir um lar, reunindo sua família. Tornou possível o restabelecimento dos vínculos afetivos, constituiu-se num grupo social ao qual ele tornou a pertencer e, mais tarde, serviu de ponto de partida para a busca de uma inserção social mais ampla, lançando-se em outros ambientes.

Ao retornar da prisão, o egresso se encontra numa situação em que perdeu os vínculos e o suporte representados pela comunidade dos detentos, pelo corpo funcional da prisão e pela condição física – o presídio –, e pelas relações de comando e de poder do aparelho repressivo do Estado. Dessa forma, ele não pertence a nenhum grupo constituído e fica vulnerável a toda e qualquer possibilidade. Nesse momento a família, quando ela existe, pode desempenhar uma importante função social. Ao acolher o indivíduo, dá a ele a possibilidade de participar novamente de um grupo, e de tê-lo como referência. Esse acolhimento do egresso, que ocorre de maneira incondicional devido à relação parental, pode ser de altíssimo valor e decisivo no tipo de trajetória que ele irá construir, a partir desse momento.

Luciano relata que a obtenção da liberdade, mesmo que condicional, trouxe-lhe muita alegria, pois pôde voltar a conviver com sua família e também com outras pessoas. Entretanto, junto com essa sensação muito positiva ele também passou a experimentar outro aspecto, negativo, representado pela vergonha. Vergonha de ser rotulado de ladrão, de ex-presidiário. Esse sentimento relatado pelo depoente consiste na concretude do preconceito social gerado pelo estigma de ex-presidiário, que de tão forte passa a ser introjetado pelo estigmatizado: o qual por saber que será discriminado se recolhe, antecipando assim o sentimento de rejeição. Sobre essa sensação, ele diz:

[...] eu naquela vergonha ainda, eu tinha vergonha de sair na rua. Ai eu falei: Vou fazer uns artesanatos em casa, que eu aprendi fazer muita coisa lá dentro. Aí eu fazia em casa. A mulher desempregada... Ela pegou um bebê para cuidar, ganhava 70 reais por mês. Vai vendo... Ai meu sogro me ajudando [...].

Luciano necessitava obter alguma renda que contribuísse no orçamento doméstico, pois a remuneração de sua companheira era muito baixa. Assim, aproveitou as habilidades desenvolvidas na prisão, com a fabricação de artesanatos³², e, no espaço da sua casa, passou a trabalhar. O retorno financeiro com o artesanato era pequeno, mas não deixava de representar uma contribuição com o orçamento doméstico. Essa forma de trabalho não o obrigava a se expor publicamente, e dessa maneira não tinha que enfrentar as pessoas que sabiam da sua condição de egresso.

O trabalho nas prisões é um assunto bastante controverso. Muitos defendem e tantos outros o condenam. Foucault (1983, p. 207-220) discorre sobre isso apresentando algumas questões que envolvem o trabalho do preso³³. No caso de Luciano, a atividade

³² Ao discorrer sobre o uso do trabalho com artesanato nas prisões, Ottoboni (2001) diz que, embora o artesanato seja uma atividade que faz parte do programa das prisões, ele visa apenas explorar o trabalho dos condenados, e que, se não houver um programa de trabalho bem elaborado dentro dos presídios, a situação, que não é boa, só tende a se agravar. O trabalho com artesanato é uma atividade que gera pouca renda e, portanto, é incompatível com as necessidades do ex-detento.

³³ O trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral, preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo bem. O trabalho devia ser a religião das prisões (FOUCAULT, 1983, p. 216).

produtiva aprendida no cárcere, embora não lhe tenha proporcionado grandes ganhos, contribuiu de maneira positiva para o reinício da sua trajetória. Assim, é possível acreditar que o desenvolvimento de habilidades profissionais mais consoantes com o mercado de trabalho poderia servir como facilitador no processo de reinserção do egresso. Além do trabalho, outro aspecto que também poderia contribuir para facilitar essa integração: é a ampliação da sua escolaridade. Embora não garanta o acesso a melhores oportunidades de trabalho, o aumento da escolaridade pode ampliar as possibilidades e os níveis de remuneração. Por outro lado, a sua ausência quase sempre funciona como um limitador no processo de obtenção de trabalho. Nesse sentido, Foucault (1983, p. 238) identifica, no 5º princípio³⁴ fundamental e universal da “condição penitenciária”, a importância da educação, tanto na precaução quanto na recuperação do delinqüente. O tratamento recebido no cárcere possui uma relação direta com a futura trajetória do preso, quando em liberdade.

Na difícil tarefa de superar os traumas gerados pela prisão e de retomar o curso normal da vida, Luciano relata que o apoio da família foi crucial, na medida em que o receberam de braços abertos, sem nenhuma discriminação. Nesse sentido, Ramalho (1979) defende que a valorização da família equivale a um sinal de recuperabilidade, que significa a possibilidade de voltar ao ‘mundo’ do trabalho e ao convívio social. O depoente relata também outro aspecto que contribuiu positivamente no processo de restabelecimento da sua rotina de vida: o auxílio recebido de um advogado, que, ao conhecer sua situação, representou-o junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) requerendo o auxílio-reclusão ao qual ele tinha direito, por se encontrar trabalhando formalmente quando foi preso e que até então não havia recebido. Assim, algum tempo depois ele recebeu um montante de 15 mil reais. Com esse dinheiro: *[...] paguei contas atrasadas, comprei um carro para mim e arrumei minha casinha, o que faltava, né.* Além da receptividade da família, o recurso

³⁴ A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento (Foucault, 1983, p. 238).

financeiro também serviu para que o depoente reestruturasse sua vida e a da sua família, e pudesse se lançar em novas conquistas. O dinheiro recebido também pode ter contribuído para sua inserção social na medida em que lhe deu a condição de consumidor ativo, uma necessidade numa sociedade de consumidores conforme atesta Bauman (2005b).

Passados os primeiros momentos, os mais difíceis pelo que relata Luciano, ele se sentiu fortalecido e logo se lançou em novas experiências. Deixou de fazer artesanato, atividade de baixo retorno econômico, conforme afirma, e retomou uma das antigas funções. Passou a trabalhar como pintor, atividade informal na qual permaneceu por quase um ano. Resolveu deixá-la porque diz que o que ganhava com aquele trabalho era muito pouco. Logo depois se empregou como atendente numa loja de produtos populares, do tipo 1,99, onde permaneceu por aproximadamente seis meses. Desse trabalho pediu demissão e descreve os motivos:

[...] o salário, para mim, era muito pouco [...] eu via cara que estava há sete anos, e na mesma função. [...] Eu queria ter contado o que aconteceu comigo para o meu patrão, mas eu tinha medo. Um dia eu cheguei lá de manhã e tinham roubado a loja, na parte de bijuteria. Eu fiquei com o meu coração o dia inteiro assim... Eles vão puxar a ficha de todos os funcionários e vai dar que eu sou ex-detento. Eles vão querer me prender [...].

Embora alegue que não estava satisfeito com o emprego, porque não via possibilidade de crescimento profissional, e, conseqüentemente, de aumento de remuneração, o principal motivo que o fez deixar o emprego foi o medo de servir de “bode expiatório” devido ao seu passado. Em seu depoimento, expõe uma situação que pode acontecer com a maioria dos egressos. Com medo de se tornar vítima do preconceito social, ele se antecipou e decidiu sair do contexto do qual poderia vir a ser excluído, involuntariamente. Essa reação de Luciano não é uma fantasia de sua cabeça e nem é um fantasma que ronda a sua vida. O estigma é uma realidade. Sobre essa questão, Goffman (1980) afirma que a estigmatização de membros de certos grupos minoritários tem funcionado como meio de afastá-los de diversas

vias de competição. E é no mercado de trabalho que essa competição se apresenta de maneira mais acirrada. Assim, o que era apenas uma possibilidade torna-se realidade mediante sua atitude. Jodelet (2001) afirma que os “preconceitos e estereótipos negativos podem ser reforçados, simplesmente, pela dificuldade de as pessoas adotarem uma posição contrária”.

Diante de tal situação Luciano se demitiu, e em seguida passou a trabalhar como vendedor de passe do transporte coletivo, no terminal rodoviário urbano. Essa atitude colocou-o no setor informal da economia, mas, segundo ele, dessa forma é possível ganhar mais e não corre o risco de ser demitido pelo patrão em decorrência da sua condição de ex-presidiário. Sobre esse seu trabalho, Luciano diz:

[...] vai fazer um ano e meio, e estou lá até hoje. No meio dos meus amigos, e estou contente. Dá pra viver legal. Tenho meus dois carros... Velho é claro, mas são meus. Tenho a casa que eu reformei do meu sogro, que eu moro sozinho no quintal agora. Pintadinha. Com o quintal todo calçado, não tem terra, nada, bem arrumado. Eu estou feliz, tenho todos os meus móveis. Minha casa é dez. [...] Estou trabalhando. E se eu arrumar um serviço melhor do que o que eu estou, eu saio também [...] O pouquinho que sobra eu coloco no banco [...].

Luciano parece considerar sua atividade como sendo um trabalho igual a tantos outros. Em momento nenhum ele revela algum tipo de preocupação sobre a sua possível ilegalidade. Os vendedores que atuam nos terminais rodoviários vendem vales do transporte coletivo que compram de trabalhadores formais, que por sua vez os recebem das empresas como um benefício trabalhista, e que devem ser utilizados somente como tais, sendo vedada a sua venda a terceiros³⁵. A revenda desses vales-transportes pode acarretar algum tipo de punição aos trabalhadores que se utilizam dessa prática para obter ganhos econômicos. A compra e venda de passes, realizada por Luciano como forma de obter renda, constitui-se numa ilegalidade, mas uma ilegalidade que é tolerada³⁶, e que dificilmente gera punição para

³⁵ Sobre esse comércio não permitido de vale-transporte, um Jornal da cidade de Maringá, (PARANÁ, 2008) traz uma reportagem sobre o assunto, esclarecendo como funciona o esquema de compra e venda.

³⁶ Sobre essa questão, Foucault (1983, p. 77) afirma que em todos os estratos sociais e em todos os tempos, sempre houve uma margem de ilegalidade tolerada, como: “a não-aplicação de regra, a inobservância de

o seu praticante. Em outros estratos sociais mais elevados, podemos nos deparar com outras práticas econômicas que também se constituem em formas de ilegalidades toleradas, como por exemplo a sonegação fiscal, que por ser amplamente conhecida pela sociedade e pelo Estado, existe até uma estimativa numérica sobre sua ocorrência.

O fato de Luciano estar trabalhando numa atividade que exige um grande número de contatos pessoais parece demonstrar que, em pouco mais de um ano em liberdade, ele conseguiu superar muitas barreiras e se reinserir socialmente. E, para evidenciar essa sua adaptação social, ele diz: *[...] trabalho com as mesmas pessoas que eu trabalhava antes. [...] no aniversário do meu menino tinha mais motorista de ônibus do que parente [...]*. Este fato deixa claro que, além da família, os ex-colegas de trabalho também o acolheram e apoiaram.

Luciano relatou um episódio que demonstra bem a sua capacidade de superar as barreiras sociais, reagindo positivamente às manifestações de preconceitos. Isto fica evidente no episódio protagonizado por uma usuária do transporte coletivo, quando foi abordada por ele para a venda de passe.

‘Não compro passe de ladrão, não’. Ela falou desse jeito. Aquilo me deu um nó na garganta, para eu descer o braço nela. Eu falei: ‘Não... A senhora está certa, a Bíblia é que está errada [...] É um direito da senhora de comprar a passagem dentro do ônibus, pode comprar a passagem’. Obrigado. E nem um não a senhora falou pra mim. A senhora me chamou de ladrão’. Beleza! Acabou.

inúmeros editos ou ordenações eram condição do funcionamento político e econômico da sociedade”. Segundo o autor, “no Antigo Regime essa ilegalidade era tão profundamente enraizada e tão necessária à vida de cada camada social que tinha, de certo modo, sua coerência econômica própria. Ora se revestia de uma forma absolutamente estatutária – que fazia dela não tanto uma ilegalidade quanto uma isenção regular: Ora tinha a forma de uma inobservância maciça e geral, que fazia com que durante dezenas de anos, séculos às vezes, ordenações podiam ser publicadas e renovadas constantemente, sem nunca chegar à aplicação. Ora se tratava de desuso progressivo, que dava lugar às vezes, a súbitas reativações. Ora de um consentimento mudo do poder, de uma negligência ou simplesmente da impossibilidade efetiva de impor a lei e reprimir os infratores. As camadas mais desfavorecidas da população não tinham privilégios, em princípio: mas gozavam no que lhes impunham as leis e os costumes, de margens de tolerâncias, conquistadas pela força ou pela obstinação; e essas margens eram para elas condição tão indispensável de existência que muitas vezes estavam prontas a se sublevar para defendê-las; as tentativas periodicamente feitas para reduzi-las, alegando velhas regras ou subutilizando os processos de repressão, provocavam sempre agitações populares, do mesmo modo que até tentativas para reduzir certos privilégios agitavam a nobreza, o clero e a burguesia”.

Embora o relato acima sugira que ele tenha experimentado um sentimento de revolta, Luciano conseguiu se controlar, e não permitiu que o evento se tornasse ainda mais negativo, a ponto de intensificar as reações preconceituosas, dando continuidade ao processo de exclusão. Nesse sentido, Goffman (1980) assevera que, ao se comportar diante da manifestação de preconceito de maneira alegre e espontânea, não respondendo a observações indelicadas de menosprezo e de desdém o indivíduo está adotando, portanto, uma posição de bom ajuste. A capacidade de ajuste apresentada por Luciano impediu que ele reforçasse a lógica da exclusão, uma vez que, ao não reagir agressivamente aos insultos preconceituosos, ele evita a continuidade das ofensas.

Sobre a retomada de sua trajetória, Luciano conta como se sentia no início, e fala das estratégias adotadas para superar as dificuldades:

[...] fiquei mais ou menos um ano com medo da sociedade, do povo me rejeitar. Depois comecei a pensar bem... Que nada, vou cair no meio do povo de novo. [...] eu converso, dou risada junto, sabendo que é falsidade deles, mas procuro levar na esportiva. Eu acho até legal, que eu mato a pessoa no ninho. É... Como se diz... A melhor arma é o silêncio [...] Tem coisa mais bonita do que isso? Você continuar sendo amigo da pessoa, mesmo que ela não gosta de você? Não tem coisa melhor. Tem pessoas que não gostam de mim, mas eu não tô nem aí. Os motoristas que foram assaltados por nós são meus melhores amigos. Eu vou à casa deles, meu filho brinca com os filhos deles, que são os motoristas que foram assaltados lá. Eles me perdoaram. Então, se Jesus perdoa, porque o ser humano não pode perdoar?

No início ele se recolheu. Tudo indica que estava muito traumatizado pelo sofrimento vivido no cárcere, e as feridas ainda eram muito recentes. Mas, com o tempo, passou a adotar algumas estratégias que lhe possibilitaram superar as barreiras sociais, representadas especialmente pelo preconceito. Uma delas, segundo ele, é “fazer de conta” que eles não existem, mesmo sendo vítima deles. Outras vezes se “recolhe no silêncio”, na expectativa de que o mal-estar se desfaça no tempo. Outra é acreditar no “perdão” das pessoas. Quando se refere à sua relação com os empregados da empresa em que trabalhou e

onde praticou o roubo, Luciano acredita que foi perdoado por eles. Essa crença se baseia na sua leitura da realidade, pois como relata, enquanto se encontrava preso eles lhe enviavam cartas com mensagens positivas e de incentivo ao retorno. Além disso, relata que por várias ocasiões, como em aniversários e outras comemorações, eles já estiveram juntos e a convivência foi harmoniosa.

Embora Luciano deixe claro que está satisfeito com a atual atividade profissional, não deixa de revelar certa preocupação por estar trabalhando na informalidade. Reconhece que esse tipo de trabalho não lhe dá garantias trabalhistas nem previdenciárias. Mas, para que não tenha que enfrentar problemas futuros, se algum dia tiver que deixar de trabalhar, passou a contribuir, como vendedor autônomo, para a Previdência Social pública, pois, caso venha a se [...] *acidental ou ficar doente, eu tenho onde encostar [...]*. Luciano revela ser uma pessoa previdente, que procura de alguma forma garantir que não passará por extremas dificuldades, caso tenha que interromper suas atividades.

Demonstra também ser uma pessoa empreendedora, e resgata a sua vontade de ser um pequeno empresário. Revela que planeja abrir uma pequena loja de artigos femininos, como bijuterias e acessórios (cintos e bolsas), na cidade onde reside, e faz planos de trabalhar com a esposa numa loja de produtos populares voltada para o público feminino. A sua crença de que esse é um ramo bom para ser explorado comercialmente está baseada na experiência obtida neste tipo de loja onde trabalhou por seis meses. O tempo em que permaneceu trabalhando nesse tipo de comércio o levou a identificar que o setor de bijuterias é o que mais dava retorno para o empresário, representando o maior ganho da loja. No seu entendimento, isso acontece porque as mulheres gastam muito com essas coisas. Embora afirme que está satisfeito com o trabalho atual, ele vive planejando novas atividades para o futuro, e nos seus projetos inclui a mulher e o filho. A inclusão dos dois nos seus planos parece evidenciar que

existe uma grande coesão no grupo familiar, o que de certa forma contribui para que haja sustentação no processo de sua reintegração.

O depoente demonstra uma grande preocupação com a educação do filho, e procura incentivá-lo a estudar para que se torne um músico, um pagodeiro, que era um sonho seu, na juventude. Sobre esse sonho, ele diz:

Acabei de levá-lo no curso agora. Tenho que pegá-lo daqui a pouco, às 10 horas. Curso de pagodeiro; seguir o sonho do pai dele. Eu quis ser e não consegui. Tem sonhos que eu não consegui realizar e eu tenho certeza que ele vai realizar por mim. [...] eu procuro fazer tudo de bom pro meu filho se espelhar em mim. [...] Eu educo ele sempre em cima do que eu passei. Entendeu? Ele é um menino bom, hein! [...].

Além de querer educar bem seu filho, dar-lhe bons exemplos, usar sua experiência negativa para evitar que ocorra coisa semelhante com o menino, Luciano deixa claro que repassou ao filho a incumbência de realizar um sonho que era seu. O menino, ainda criança, acata as vontades do pai e está freqüentando o curso. Se o antigo sonho se transformará em realidade, somente o futuro poderá dizer, mas, no momento, essa situação está contribuindo para uma boa relação entre ambos e, também, para possibilitar ao filho a aquisição de conhecimentos e cultura. Por outro lado, essa atitude também tem contribuído para que Luciano busque uma melhor adaptação ao contexto, na medida em que procura dar bons exemplos ao filho: *eu procuro fazer tudo de bom para o meu filho se espelhar em mim.*

Luciano revela possuir uma visão bastante positiva da realidade quando se trata de trabalho. Para ele, fome ninguém passa, pois vivemos em uma região onde há muito trabalho. Mas, quando se trata de renda, sua percepção não é tão positiva assim. Ele faz uma crítica à remuneração recebida por grande parte dos trabalhadores, e diz que é muito difícil para uma pessoa ter que viver com um salário de 450 reais por mês, especialmente quando necessita pagar aluguel. Faz a seguinte afirmação: *se fosse esse o meu caso, teria que tirar o filho do curso de pagodeiro e deixar de fazer pequenas festas com a família, mas, certamente,*

sobreviveria sem pensar em retornar ao crime. Após ter passado pela experiência da prisão, Luciano é categórico ao afirmar que é melhor você pedir esmola aqui fora. Eu penso assim.

Relata que a prisão fê-lo refletir muito sobre o que havia feito, e que quando estava preso sentia-se muito arrependido. Alega que somente após ter sido preso é que *percebi as perdas que tive, e o quanto eu não dava valor a tudo que tinha. Ao salário.* Além disso, Luciano revela que o sofrimento com a prisão foi ainda maior, porque percebeu que a sua atitude trouxe sofrimento para outros membros da família também. Seu filho, ainda criança, enfrentou e enfrenta o preconceito, até hoje, pelo fato de o pai ter sido preso. Sobre as dificuldades enfrentadas pelo filho, na escola, ele diz:

[...] o ano que eu fiquei preso, ele reprovou de ano. E a professora falou que ele chorava na sala de aula, pela reprovação e porque eu tava preso. [...] Porque tem um dia que os pais vão à escola, uma vez por ano. E eu não ia. Ia só a mãe dele. A molecada perguntava. E tem os engraçadinhos: ‘Seu pai é preso, não sei o que’. E tira sarro. Não é fácil, não. Ele sofreu [...].

Além de fazê-lo refletir sobre muitos aspectos da vida, a prisão o fez perceber a importância de outros valores, como o da solidariedade. Aprendeu que a solidariedade é muito importante na vida das pessoas, especialmente para aqueles que se encontram em alguma desvantagem, como era o seu caso quando estava preso. Ele se recorda da importância que tinha o apoio recebido dos colegas da empresa: *eles me enviavam cartas de incentivo, dizendo que logo eu estaria de volta.* Essa sensibilização ocorrida em decorrência da própria experiência o fez se tornar uma pessoa solidária com aqueles que ainda continuam presos. Luciano comercializa peças de artesanato confeccionadas por eles e envia o dinheiro para ajudar nas despesas, na prisão. Exemplifica esse seu lado solidário, dizendo:

[...] só para você ter uma idéia, dentro do meu carro aqui tem uma casinha de artesanato que a mulher de um preso, amigo meu, trouxe para mim, vou até vender pra ele. De vez em quando eu mando alguma coisa para ele lá dentro, roupa, alimento. Eu sempre estou ajudando. [...] Ele fez um condomínio residencial em artesanato de madeira, bem grande. [...] Vou ver

se vendo para ele. Ou dou um jeito de comprar, para ajudar ele também. [...].

Além dessa preocupação com os ex-colegas do cárcere, Luciano revela que passou a dar maior valor aos familiares. Em relação a isso, ele afirma:

Meu negócio é família, hoje. Por quê? Porque foram eles que me apoiaram. Se eu não tivesse apoio, que nem eu te falei, eu acho que eu estaria roubando hoje, estaria morto ou estaria preso. Mas como eu tive apoio... Não... Eu quero crescer.

O apoio e a dedicação incondicionais recebidos deram a ele a noção da importância daquelas pessoas em sua vida. Seu relato descreve o que pode acontecer com o egresso quando não recebe apoio ao sair da prisão. Ele procura deixar claro que o apoio recebido da família nos primeiros momentos de liberdade o livrou da sensação de que tudo estava perdido, adquirida quando se encontrava preso; além disso, deu-lhe esperança de que poderia superar todas as dificuldades que ainda encontraria. Além do apoio moral e afetivo, também é importante o apoio material. Luciano recebeu apoio e compreensão até de pessoas que não esperava. A boa surpresa veio da empresa em que trabalhava e que foi roubada por ele.

Eu levei justa causa na empresa. Tinha seis anos de trabalho. Pensei: 'está errado. Eu vou lá'. Fui à empresa e pedi para falar com o encarregado geral. [...] Ele falou assim: 'Oh, Luciano, vou rasgar sua justa causa e vou te demitir como redução de funcionário. Vou te mandar embora, e vou acertar com você'. Ele me pagou tudo. E ainda fiquei cinco meses no seguro desemprego. Até o pessoal fala: 'ele foi um pai pra você, porque é difícil acontecer isso'.

Essa reconsideração feita pela empresa, além de lhe proporcionar uma quantia importante em dinheiro, também contribuiu para a melhoria da sua auto-estima, já que o fez ver que havia muita consideração por parte das pessoas em relação a ele. Além disso, pôde contar com o seguro desemprego, que lhe proporcionou uma renda por cinco meses.

Embora apresente argumentos que mostram que ele se encontra integrado no meio, que restabeleceu sua família, que criou um novo círculo de amizades e também conseguiu uma situação econômica que lhe possibilita ter uma vida razoável, Luciano afirma que perde o sossego quando tem notícias de que alguns de seus amigos, antigos companheiros da prisão, sucumbem à reincidência criminal e acabam presos novamente. Sobre isso, ele diz:

[...] Tem um amigo meu que voltou para lá. Nós estávamos presos, em três na mesma cela. Hoje eu estou aqui. [...] E está com um mês, ou dois meses, que meu outro amigo voltou. Por quê? Porque largou da mulher, começou a bagunçar, abandonou o serviço, tudo. Vendendo droga.

Luciano lamenta o fato de o amigo ter voltado a cometer delitos e estar novamente preso, e, ao mesmo tempo, sente-se aliviado por não ter acontecido isso com ele. Ao citar a reincidência do amigo ele o faz identificando alguns motivos, que no seu entendimento, contribuíram para que isso ocorresse. Luciano parece acreditar que, além da dificuldade que o egresso encontra para se fixar em um trabalho que lhe permita viver com dignidade, existem outros aspectos que também são determinantes na reincidência. Nesse sentido, Ottoboni (2001) identifica que, na perda gradativa dos laços afetivos que servem como elos sociais, a perda da auto-estima, o sentimento de autopunição e de culpa, a falta de confiança generalizada e a personalidade do indivíduo que passa a ser influenciada pelos estímulos que recebe dentro da prisão são fatores que levam a reincidir.

Assim como ocorre na sociedade em geral, e não poderia ser muito diferente uma vez que o egresso é parte dela, o depoente atribui ao indivíduo toda a culpa pela reincidência. Isso, de certa forma, nos leva a pensar que a força do preconceito social acaba por influenciar o pensamento do próprio indivíduo marginalizado, impedindo que perceba outros aspectos, externos, próprios da realidade social vivida pelo sujeito, que são tão determinantes quanto os aspectos pessoais.

Arrematando seu depoimento, Luciano faz questão de realçar que, por ter conseguido superar barreiras sociais e por ter se readaptado socialmente, a sua vida está melhor do que antes de ser preso. Sobre suas condições de vida, atualmente, ele diz:

[...] consegui várias coisas hoje, honestamente, trabalhando – todo mundo vê isso, lá onde eu trabalho – do que os outros anos que eu trabalhei. Parece que tive que passar mesmo por isso. É que nem o irmão lá, da igreja evangélica que de vez em quando eu vou, me diz. ‘Ele é pastor e motorista lá de onde eu trabalhava’. Ele fala que eu passei por isso, às vezes, para melhorar minha vida, [...] Dos 9 aos 24 anos – tenho vinte e quatro anos – que eu trabalhei, nunca tive tão bem como estou agora [...].

O seu depoimento evidencia uma trajetória recente bastante positiva. Demonstra uma grande capacidade de articulação e adoção de estratégias que lhe possibilitam uma razoável reinserção social.

A trajetória de Luciano traz uma característica que se assemelha à de Joaquim, isto é, ele também começou a trabalhar na infância. Só que, no seu caso, o trabalho nessa fase não estabeleceu uma competição conflitante com a escola a ponto de exigir que fizesse uma escolha. Luciano conseguiu permanecer estudando e trabalhando até atingir a adolescência. Nem mesmo quando foi obrigado a estudar no período noturno e trabalhar no período diurno, o trabalho se tornou um impeditivo para a continuidade dos estudos. No seu caso, não foi especificamente o trabalho, mas a distribuição da carga horária da atividade profissional que criou dificuldades para a continuidade da escolarização. Na juventude, quando passou a trabalhar em horários divididos em turnos diferentes é que Luciano se viu impossibilitado de continuar estudando.

Assim como Joaquim, Luciano também se encontrava trabalhando formalmente quando praticou o crime. O depoente possuía um emprego e um negócio próprio na época, e mesmo assim participou de roubo a uma empresa. Diferentemente de Joaquim, que entrou para a criminalidade pela necessidade de conquistar melhores condições socioeconômicas,

Luciano parece ter se decidido cometer o delito para saldar algumas dívidas pessoais e da sua empresa, a qual passava por dificuldades.

Enquanto esteve preso, a única forma de trabalho que experimentou foi o artesanato, uma atividade produtiva relativamente comum nas prisões mas que não é capaz de gerar renda suficiente para garantir uma condição razoável de vida aos trabalhadores. Essa parece ser uma atividade muito utilizada nas prisões mais com a finalidade de evitar a ociosidade dos detentos e não como uma profissionalização dos mesmos. Entretanto, no caso de Luciano, o ofício de artesão trouxe-lhe alguma contribuição positiva, na medida em que tornou possível o reinício da sua carreira profissional quando em liberdade, pois foi por meio do artesanato que reiniciou sua trajetória de trabalhador, quando ainda não se sentia seguro para enfrentar as possíveis barreiras impostas pelo preconceito social ao egresso. O artesanato era produzido dentro da sua casa, onde se sentia mais confortável. Além disso, podia gerar algum tipo de renda, e, paulatinamente, estabelecer novos contatos sociais.

O trabalho que Luciano realiza atualmente é uma atividade informal, mas que, segundo ele, possibilita renda suficiente para proporcionar uma condição de vida adequada à sua família. Isso, de certa forma, sugere que a importância contida no trabalho não advém da sua forma nem do seu tipo. Não depende de ser formal ou informal, desde que seja capaz de possibilitar ao trabalhador uma condição de vida considerada satisfatória por ele. Independentemente da sua forma, pode ser importante ou não; suficiente ou insuficiente, e pode ser útil ou não.

No caso de Luciano, existe ainda outro aspecto importante a ser observado. O trabalho praticado por ele, atualmente, além de ser informal, consiste numa atividade que pode ser considerada ilegal; entretanto, mesmo sendo uma atividade com essas características, é tolerada pela sociedade, e no seu caso, assim como de muitos outros, serve para garantir a sobrevivência das famílias. A impunidade dessas ilegalidades, segundo Foucault (1983),

contribui para o não rompimento dos elos sociais nas camadas mais desfavorecidas economicamente, tornando possível, por meio da utilização desses procedimentos, garantir sua sobrevivência.

Outro aspecto que chama a atenção na trajetória de Luciano é a importância da família, que tem desempenhado um importante papel de suporte social desde o momento em que ele se tornou um egresso do sistema prisional. Em alguns momentos do seu depoimento, o entrevistado afirma que *se não fosse o apoio recebido da minha família, teria voltado a roubar*. Assim, sua trajetória de vida, reafirma o que Joaquim já havia dito, sobre a importância da família como instituição que possui um importante papel na trajetória do egresso, a ponto de poder ser considerada como determinante na reincidência ou não ao crime.

3.3 A TRAJETÓRIA DE PEDRO

3.3.1 Quem é Pedro

Pedro é um senhor, com 55 anos de idade. É o quarto de uma família de 12 filhos. Procede de família de agricultores, de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo. Aos 3 anos mudou-se com a família para o Estado do Paraná. Inicialmente morou no município de Maringá, onde a família continuou na atividade rural. Logo depois, seu pai vendeu a propriedade rural desta cidade e adquiriu outra em um município no oeste paranaense, onde deu continuidade à mesma atividade. Ao se transferir para aquele município a família continuou morando na zona rural, trabalhando com agricultura. Atualmente reside em Maringá, PR.

Além de se dedicar à atividade rural familiar, Pedro trabalhou por vários anos numa grande empresa do ramo do comércio, onde obteve várias promoções, chegando ao cargo de subgerente. Depois, trabalhou em outra empresa, também grande, no ramo de alimentos. Finalmente, após ser demitido dessa empresa, passou por várias atividades, em diferentes ramos, sempre na informalidade.

Adulto, com mais de 40 anos, casado e com dois filhos, Pedro cometeu crime de roubo, por três vezes. Em janeiro de 2003 foi preso e condenado a seis anos de prisão. Cumpriu pena sob o Regime Fechado de Prisão por dois anos, após o que obteve a progressão para o Regime Semi-aberto, tendo sido transferido para a Colônia Penal de Curitiba, onde cumpriu mais um ano sob este Regime. Em 2005 recebeu o benefício do Regime Aberto de Prisão, por meio do qual foi posto em liberdade, e passou a cumprir o resto de sua pena sob liberdade condicional como beneficiário do Programa Pró-Egresso de Maringá (PR).

3.3.2 A sua infância e adolescência

Antes de começar a entrevista, Pedro revelou o quanto teme pelos efeitos do preconceito social em relação ao egresso. Assim que nos encontramos, ao iniciar a exposição dos objetivos da pesquisa, ele perguntou se haveria alguma divulgação da sua imagem na imprensa, pois: *se for sair no jornal, eu não quero. Porque já tá difícil conseguir emprego e trabalho porque tenho estas passagens na prisão, se sair no jornal vai piorar ainda mais.* Diante da demonstração de tal preocupação e após lhe ter sido afirmado que não seria gravada nenhuma imagem dele e que também nada seria divulgado na imprensa, ele se tranqüilizou e até autorizou a divulgação do seu nome. Afirmou que tudo o que iria dizer era a mais pura verdade e que tinha como provar, caso fosse questionado futuramente.

Ao se recordar da infância, faz o seguinte relato:

[...] nasci em uma pequena cidade, na zona rural, no interior do Estado de São Paulo. Aí meu pai veio e comprou um sítio aqui no município de M... De M... mudou, trocou por dois sítios em P... [...] Do Estado de São Paulo eu vim com 3 anos [...] eu tinha uns 7 ou 8 anos quando fui para P... [...].

Quando atingiu a idade de iniciar a atividade escolar, a família já se encontrava residindo na zona rural do outro município, distante 150 quilômetros da cidade de Maringá, onde seu pai havia comprado outra propriedade rural. Foi nesta localidade que o depoente passou o final da infância e boa parte da adolescência, quando então o pai se mudou para a zona urbana daquele município.

Sobre o período da infância, Pedro não falou muito. Restringiu-se às poucas informações relativas ao número de irmãos, às freqüentes mudanças da família, e disse que morou na zona rural até a adolescência. Mas, as poucas informações fornecidas por ele sobre essa fase de sua vida indicam que ela se passou entre os meados da década de 50 e de 60 do século passado. O fato de morarem na propriedade rural da família permitia que os pais estivessem sempre por perto, pois o pai trabalhava no sítio e a mãe em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Essas características de sua família lhe proporcionaram um permanente contato com os pais e os demais membros. Pedro viveu até a adolescência, na zona rural.

Sua família possuía uma condição socioeconômica razoável, sem carências materiais. Sempre possuíram propriedades rurais, que eram exploradas pela família, mas também era utilizada mão-de-obra de terceiros. Os filhos, conforme relata, não trabalhavam o dia todo, pois os empregados os substituíam nas tarefas mais difíceis. Segundo Pedro, o *[...] pai pagava muitos empregados [...].*

Relata que sempre gostou de estudar, e que planejava ser professor de matemática, pois tinha facilidade com essa disciplina. Logo que terminou o segundo grau, até iniciou uma

carreira nessa área, mas foi interrompida logo em seguida por um chamado do pai para cuidar de uma propriedade da família.

3.3.3 A presença do trabalho na sua vida

Pedro expõe as lembranças de sua infância divididas em duas fases bem distintas: uma, na qual o trabalho não aparece, e outra, em que o trabalho já toma parte considerável do seu cotidiano. A primeira se passou no interior de São Paulo e no interior do Paraná, sempre na zona rural. Isso se deu até ele completar 8 anos, quando ele [...] *não trabalhava porque era muito novo*. A segunda fase se passou em outro pequeno município do interior do Paraná, e também na zona rural. Nessa época, ele trabalhou na lavoura, junto com o pai e outros irmãos. Era ainda criança, pois só tinha [...] *8 anos, e já trabalhava na roça. [...] Lembro, que eu só cuidava de gado. Com 10 anos mais ou menos, 12 anos, eu cuidava de gado e do sítio. [...] Fui até os 17, 18 anos na roça.*

Em seu depoimento Pedro se ateu muito pouco ou quase nada às atividades da infância, tais como: brincadeiras, esportes, lazer e outras. Já em relação às atividades escolares, ele dá um grande destaque. Afirma que sempre teve tempo para ir à escola e que o trabalho não se constituía num empecilho, pois o pai [...] *pagava muitos empregados, e nós trabalhávamos pouco na roça, especialmente quando o sol estava muito quente. [...] tipo, cinco horas por dia*. Seu relato parece indicar que a família possuía uma condição socioeconômica que lhe permitia contratar empregados para o trabalho mais pesado da propriedade rural, poupando os filhos do trabalho árduo nas horas mais difíceis do dia, em que o desgaste físico é maior.

As condições de vida relatadas por Pedro parecem indicar que sua infância transcorreu de forma tranqüila, sem sobrecargas de trabalho, tendo espaço e tempo para

realizar todas as atividades próprias dessa época, como brincar, estudar, e até trabalhar em tempo parcial. Pedro se recorda que gostava de atividades físicas desportivas como, por exemplo, *jogar futebol, andar a cavalo*, além de outras. Em momento nenhum demonstra haver sido submetido a excesso de atividades.

3.3.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho

Embora morando na zona rural, durante toda a infância e a adolescência, Pedro teve a oportunidade de freqüentar a escola regularmente. A maior dificuldade encontrada em relação aos estudos foi ter que freqüentar a escola no período noturno; mesmo assim aos 18 anos já havia completado o segundo grau. Afirma que não foi nada fácil estudar naquela época, pois, para cursar o primeiro grau tinha que se deslocar toda noite do sítio onde morava até a cidade. *Viajava [...] aproximadamente 10 quilômetros todos os dias, na carroceria de um caminhão, à noite. Era um caminhão com carroceria de madeira, com bancos de madeira, então íamos mais ou menos, em 50 pessoas. As dificuldades de deslocamento e a precariedade do meio de transporte não se constituíam em impeditivo para a realização da atividade. Ele persistiu até completar o ciclo de estudos, pois afirma que sempre gostou de estudar e que em algumas disciplinas, como matemática, possuía muita facilidade de aprendizagem.*

A longa distância, percorrida à noite, com seus riscos de percurso, o desconforto pelas más condições do meio de transporte e, também, da estrada, foram compensados pelo prazer de estudar e, mais tarde, pela oportunidade de se tornar professor. Mas, antes mesmo que terminasse o segundo grau, seu pai, como já havia feito em épocas anteriores, resolveu vender os sítios de sua propriedade e mudar, com a família, para a cidade. Em princípio essa mudança acabou por favorecê-lo, pois facilitou muito o seu acesso à escola.

Pedro relata que, por apresentar facilidade com a disciplina de matemática e por já estar cursando a quarta série do primeiro grau, daquela época, que corresponde à oitava série atual, era chamado com frequência pelo diretor para ministrar aulas nas séries inferiores. Sempre que o professor de matemática se ausentava, *era eu que o substituía, fazendo tudo certinho, belezinha, porque quem não pegou a matéria, eu o fazia pegar, eu era um cara de muita facilidade, nessa parte*. O depoente parece querer demonstrar que possuía habilidades adequadas ao ofício de professor.

Logo após terminar o segundo grau, viu realizado um desejo que alimentava há algum tempo. Tornou-se professor de 1ª a 4ª série, em uma escola municipal da sua cidade. Sobre essa experiência com o magistério, ele diz:

[...] eu fiz uma admissão para lecionar no sítio, dar aula [...] porque eu nunca reprovei de ano. [...] Com dezoito anos eu fui dar aula [...] fui lecionar para o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, na mesma classe [...] Uns dois anos.

A escola onde Pedro lecionou era rural. Os alunos das diferentes séries freqüentavam a mesma sala, onde apenas um professor respondia por todas as áreas do ensino. Ele afirma que gostava de estudar e de ensinar. Tinha planos de seguir na profissão de professor, mas uma nova decisão do pai interrompeu sua provável carreira no magistério. O pai adquiriu um comércio e

[...] uma fazendinha no P... . Ele pediu para eu ir para lá. [...] Porque havia umas quarenta pessoas colhendo palmito, e eu tinha que ir lá, cuidar. Morar num rancho. Com isso perdi, parei de estudar.

Ao falar das mudanças ocorridas na sua trajetória, inclusive de país, a pedido do pai, o que Pedro mais lamenta foi ter *deixado de estudar*. Afirma que deixar de estudar para trabalhar nas atividades da família não foi uma boa decisão, mas era jovem, vivia com os pais e *não tive como recusar o pedido do pai*. Durante a infância e a adolescência, o trabalho não representou um empecilho para que ele estudasse, tanto que não reprovou nenhuma série.

Entretanto, naquele momento as duas atividades se tornaram incompatíveis, especialmente pela necessidade de se mudar de país. Pedro parou de estudar e nunca mais conseguiu retornar à escola.

Embora o trabalho na infância e na adolescência não o tenha impedido de completar a escolaridade até o segundo grau, o mesmo não ocorreu quando se tornou jovem. Nessa fase de sua vida, teve que interromper os estudos para trabalhar, não sendo possível obter uma formação profissional, como desejava. Essa atitude de não continuar a escolaridade em nível técnico ou superior o levou, a princípio, para uma atividade sem qualificação, *empacotador de mercadorias*, como relata, e mais tarde, quando perdeu seu segundo emprego, provavelmente isso dificultou a obtenção de outro trabalho mais bem remunerado.

Algum tempo depois de ter-se transferido para um país vizinho, seu pai observou que os negócios não apresentavam lá boas perspectivas de desenvolvimento, o que o levou a vender a propriedade e trazer Pedro para junto da família novamente, no Paraná. Com parte do dinheiro apurado na venda da propriedade naquele país, ajudou o filho a adquirir um veículo, um fusca, que pudesse ser utilizado por ele para trabalhar. Segundo o depoente, foi uma tentativa de ajudá-lo a se encaminhar profissionalmente, pois [...] *viu que a atividade no P... não dava certo. Vendeu e foi onde ele me deu esse fusca, para eu trabalhar [...] fui trabalhar como taxista*. Nessa época, Pedro já estava com aproximadamente 20 anos de idade, e permaneceu trabalhando como taxista até encontrar um emprego, o primeiro com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Aos 23 anos de idade iniciou uma nova etapa profissional em sua trajetória. Com o novo emprego, numa rede de lojas, e as seguranças que ele representava, a vida de Pedro parecia tomar um rumo seguro. Só que a vaga para a qual ele havia sido contratado era na loja da cidade de Curitiba (PR), capital do Estado do Paraná, distante aproximadamente, 550 quilômetros da sua cidade.

Mudou-se para Curitiba (PR), onde passou a residir e trabalhar. Mas, segundo ele, não permaneceu por muito tempo naquela cidade, pois desejava se mudar para Maringá (PR), onde tinha muitos parentes e já havia morado quando criança. Além disso, ficaria mais próximo dos pais, a 150 quilômetros aproximadamente. Ao falar desse período de sua vida, faz o seguinte relato:

[...] Parei com o táxi e fui para a Capital, onde trabalhei mais ou menos um ano e pouco. Pedi transferência para a loja de Maringá (PR), porque meu irmão morava aqui, e porque eu já conhecia a cidade. Eu tinha muito parente aqui. Passei a trabalhar na filial de Maringá, e logo depois eu casei. Casei com 24 anos. Em 1977 eu casei. [...] Casei com uma mulher de P.... E estou até hoje casado com ela, 30 anos de casado, fiz ontem.

Pedro começou sua carreira na empresa como empacotador de mercadorias, e rapidamente se tornou responsável pelo depósito. Logo depois passou a vendedor, até que *[...] me colocaram como subgerente. [...] Os caras viram que eu era uma pessoa certa para a empresa. Era eu que contratava funcionário, e também mandava embora quando precisava.* Pelo depoimento, é possível observar que ele teve uma ascensão profissional bastante rápida nessa empresa.

Embora tivesse experimentado um rápido crescimento profissional e o reconhecimento da empresa, que o colocou na função de subgerente, apenas permaneceu na organização por aproximadamente seis anos. Ao final desse período, pediu demissão. Nem mesmo com a interpelação do gerente da loja junto à sua esposa, pedindo para ele não se demitir, Pedro não desistiu. Segundo ele, movido pela *‘gulosice’ de ganhar sempre mais,* deixou o cargo de subgerente naquela empresa e passou a ser um simples agente de vendas numa empresa do ramo de alimentação. Sobre o que o atraiu para a nova empresa, faz o seguinte relato:

[...] me deram uma ‘Kombi’ zero quilômetro [...] Ai dobrou o meu salário, e eu já estava cansado de gravata o dia todo [...] e também, eu não saía de dentro da loja o dia todo. Você não sai dali, você fica preso, é uma cadeia.

[...] no novo emprego, eu ia sair, viajar, ia abrir meu cérebro né, e isso foi um engano meu. Porque, não foi erro meu, foi erro dos outros, o que me aconteceu. Eu tive dois acidentes feio mesmo, no novo emprego, e tudo por erro dos outros.

Motivado pela expectativa de aumentar seu ganho financeiro e de conquistar uma certa liberdade, conforme relata, ele se demitiu do emprego anterior, onde havia conquistado certa estabilidade, com boas perspectivas de crescimento, para trabalhar como motorista, vendedor e entregador de salgadinhos, numa empresa em evidência naquele momento. Entretanto, pouco tempo depois foi demitido por justa causa, após o segundo acidente de trânsito sofrido com o veículo da empresa. Hoje, após muitos acontecimentos desagradáveis em sua trajetória, relata que cometeu muitos erros na sua carreira profissional, o que pode ter contribuído para que vivenciasse episódios difíceis, como foi sua passagem pela prisão.

Pedro atribui ao destino muitas das dificuldades que vem encontrando na vida profissional, como as dificuldades financeiras experimentadas após a sua demissão do último emprego. Ele diz que foi

[...] o destino que fez eu não dar certo. [...] Nos dois acidentes de carro na empresa eu não tenho culpa nenhuma. Eu não roubei na empresa, eu não fiz nada de errado. Na empresa anterior eu era responsável. Deram a loja na minha mão. Até ajustar funcionário [...] E quando eu vi que a lei do Brasil realmente é porca, que não ampara o pobre, fui desanimando e aconteceu isso aí. Porque eu vi que a lei é porca. Porque como vai mandar um homem embora, sendo que ganhei na primeira instância. Como pode um cara pobre não receber. Eu não recebi direito nenhum ao ser demitido. Não tive erro nenhum. Ganhei numa instância, depois foi para outra instância. Pobre vai viajar com que? Como vou para Curitiba responder processo, tentar ganhar em segunda instância? [...] não pode mandar um funcionário embora sem direito a nada [...].

Em seu depoimento, alega que foi demitido sem justa causa e, por isso, teria direito às indenizações previstas em lei. Acreditando ter sido vítima diante da atitude da empresa, entrou com ação indenizatória na justiça trabalhista. Sente-se injustiçado, porque a organização recorreu em segunda instância, e ele não possuía recursos para dar continuidade ao processo, tendo que aceitar a derrota. Pedro parece demonstrar certa revolta com o que lhe

ocorreu, pois se considera desprotegido pela lei trabalhista, uma vez que o empregador pode recorrer em segunda instância, enquanto o trabalhador não possui recursos para se defender, como ocorreu no seu caso.

Aos 55 anos, Pedro parece ter chegado à conclusão de que é o maior responsável pela situação em que se encontra atualmente. Sem possuir um emprego estável, tem que lutar no dia a dia, em diferentes atividades informais, pouco remuneradoras, para garantir uma renda que possibilite a sobrevivência dele e da esposa e ainda não tem perspectiva de se aposentar por tempo de serviço. Entretanto, mesmo percebendo que cometeu erros o depoente parece buscar numa entidade indefinida, *o destino*, uma justificativa para seu insucesso profissional.

Enquanto discorre sobre sua trajetória, Pedro migra entre a posição de vítima e a de culpado. Ao mesmo tempo em que atribui a culpa ao *destino*, também afirma que muita coisa poderia ter sido diferente, poderia ter sido evitada: [...] *Se eu fico quieto no emprego, que eu tinha um emprego bom. [...] se eu não saísse, eles me dariam a gerência da loja de Umarama [...] E assim, eu ia ganhar mais...* A inquietação e a busca de melhores ganhos financeiros, de maneira rápida, impediram que ele fizesse tal análise enquanto estava empregado. Quando toma para si a responsabilidade, ele atribui a um sentimento pessoal de ganância, *'gulosice'* segundo suas palavras, a uma insatisfação financeira permanente os motivos pelos quais cometeu vários erros.

Embora possa ter havido erros em sua trajetória, motivados talvez por atitudes pouco planejadas, não se pode ignorar por completo as possíveis influências que a realidade social exerce sobre o comportamento das pessoas, na medida em que estimula, constantemente, a busca de melhor renda e maior consumo. Entretanto, quando as iniciativas nesse sentido terminam em insucesso, a responsabilidade geralmente recai sobre o indivíduo, exclusivamente, bem como a incumbência de superar os traumas de uma iniciativa fracassada.

Após ter sido demitido da última empresa em que trabalhou, Pedro nunca mais obteve um emprego estável, com registro em carteira. A partir da sua demissão, viu-se obrigado a se lançar em diferentes atividades produtivas, sempre na informalidade, a fim de garantir renda. Ele relata que essas atividades nunca lhe renderam boa remuneração, havendo momentos em que *tive que morar no salão da oficina de bicicletas*, onde trabalhava, pois a renda não dava para pagar aluguel do salão da oficina e de uma casa para morar.

Logo que foi demitido do último emprego formal, chegou a pensar em retornar a trabalhar na antiga empresa, pois acreditava que conseguiria o emprego novamente, uma vez que sua saída, na época, havia sido de maneira espontânea. Além disso, o gerente da loja gostava muito dele. Mas, *por causa do meu orgulho, desisti*. Como gostava, e sabia consertar bicicletas, comprou uma oficina de conserto de bicicletas, onde durante seis ou sete anos trabalhou, e até morou com a esposa e um filho: *Fui morar dentro da oficina, porque eu não conseguia pagar aluguel [...] fui trabalhando, trabalhando, mas não dava nada, e foi até que enjoiei [...]*.

Desanimado, Pedro resolveu mudar de atividade. Vendeu a empresa e passou a ajudar a esposa, que, na época, já trabalhava confeccionando cortinas. Com o passar do tempo, com uma boa dose de dedicação, ele aprendeu o ofício de decorador, pela prática, a tal ponto que, algum tempo mais tarde, passou a trabalhar em uma loja de decoração, onde permaneceu por dois anos. Conforme ele afirma, *[...] ensinei a dona da empresa a trabalhar com cortina, e fui ser funcionário dela. Eu desenhava e colocava as cortinas para as costureiras dela. Eu fazia de tudo lá*. De simples aprendiz da esposa tornou-se um profissional do ramo de decoração, exercendo, inclusive, a função de treinador para outras pessoas.

Mas, quando ele acreditava ter encontrado um novo espaço de trabalho, surpreendeu-se com a decisão da proprietária da empresa, que resolveu encerrar a atividade.

Sem alternativa, voltou a trabalhar com a esposa, no ramo de decoração. Como forma de complementar a renda, passou a vender painéis de alumínio batido: uma atividade informal, assim como também é a da confecção de cortinas.

Eu vendia cortina, minha mulher fazia e eu colocava. Colocava de noite, pois durante o dia eu vendia painel de alumínio batido. Eu vendi painel durante uns dez anos. Vendia alumínio batido de porta em porta. [...] E de noite eu ia colocar cortina, porque você sabe as mulheres nunca estão em casa durante o dia. As freguesas só estavam em casa de noite [...].

Esse período em que trabalhava com a esposa e como vendedor de painéis parece ter-se revelado bastante difícil para Pedro. Essas atividades não geravam boa renda, pois, segundo ele, *quem faz cortina é só quem pode. Pobre não pode fazer*. Pedro diz que nessa época se sentia desanimado, e começou a...

[...] beber, porque ficava só pensando no passado, do que a gente fez, e jogou fora. Quantas coisas eu joguei fora. [...] Fui desanimando, desanimando, porque não achei mais serviço bom, não conseguia mais serviço bom. A decoração você sabe como é, só quem faz é rico, pobre não pode fazer. [...] E foi aonde eu não consegui fazer o que eu queria. Fui pulando, igual macaco, de galho em galho, e quebrou o galho.

Pedro parece estabelecer uma relação entre o alcoolismo, que o acomete, com a dificuldade de obter um emprego que lhe proporcionasse uma vida digna. Segundo ele, passou a se tornar dependente do álcool, após passar a conviver com uma situação profissional precária, sem perspectivas de mudança. Sobre a adoção do alcoolismo por pessoas em situação de vulnerabilidade social, Paugam (2001, p. 76) diz que, após um “acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização”, e [...] “sem esperanças de encontrar uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para a sua infelicidade”.

Além disso, pensar que já teve um bom emprego e se desfez dele parece aprofundar ainda mais o seu sofrimento, e o seu desânimo. Ao dizer que estava sempre

pulando *de galho em galho*, Pedro revela sua instabilidade profissional, e diz que isso ocorreu por “*gulosice*”, termo que ele utiliza para demonstrar sua necessidade de buscar novas oportunidades, com melhores remunerações.

Ao discorrer sobre a rotatividade nos empregos, Bauman (2005, p. 134b) afirma que isso nem sempre ocorre por vontade e desejo do trabalhador. E também sobre isso o autor diz que a lealdade a uma instituição por muito tempo é desaconselhável, pois “conceitos empresariais, projetos de produtos, inteligência competitiva, equipamentos de capital e todas as espécies de conhecimento têm tempos de vida confiáveis mais curtos”. Pedro não percebe que possa, talvez, ter sido vítima de uma realidade social sobre a qual ele não tem nenhum controle.

As transformações sociais por que passam as sociedades contemporâneas têm feito com que milhares, talvez milhões de trabalhadores percam seus empregos e não encontrem novas oportunidades no mercado de trabalho. Castel (1998, p. 513-538) afirma que as “novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno” estabeleceram uma “transformação profunda da conjuntura do emprego”, a qual é responsável pelo grande número de desempregados e pela precarização dos postos de trabalho.

A trajetória de Pedro parece não se configurar de maneira muito diferente daquilo que o autor preconiza. Próximo dos 50 anos de idade, ele perdeu o emprego numa empresa altamente competitiva, e não conseguiu mais se empregar. Com essa idade se tornou velho demais para desenvolver uma nova profissão, mas ainda novo demais para se aposentar. A alternativa encontrada foi ingressar no setor informal da economia, sob condições precárias em todos os aspectos.

3.3.5 Quando e como ele cometeu o delito

Pedro entrou para o mundo do crime quando já era adulto, com aproximadamente 40 anos de idade, e isso ocorreu após ter perdido seu último emprego. Nessa época se encontrava trabalhando como vendedor de painéis de alumínio batido, um produto artesanal, rústico, e de baixo valor agregado. Afirma que estava em companhia de um amigo, que também era vendedor, e após terem ingerido bebida alcoólica resolveram entrar em um supermercado, numa cidade do interior do Estado de São Paulo, com o objetivo de furtar bebida alcoólica para continuarem bebendo, pois estavam sem dinheiro. Sobre esse episódio faz a seguinte declaração:

[...] a primeira cadeia minha aconteceu por estar bêbado. Eu e outro cara. [...] Com quarenta anos, fiz a “cagada”, estava bêbado. Foi a pinga. [...] O delito foi que nós estávamos bêbados, e querendo continuar bebendo, entramos num mercado e achamos que éramos dono do mercado e ia levando bebida sem pagar. Bebida para bebermos sem pagar.

O depoente atribui à condição de alcoolizado o motivo de ter cometido o primeiro delito, o qual lhe rendeu um registro nos arquivos da Polícia por furto, abrindo assim um precedente criminal. Cinco anos depois, também alcoolizado e de novo na mesma cidade, repetiu a façanha. Ao falar de seus atos ilícitos ele se defende afirmando que não é ladrão, que nunca roubou nada de grande valor. Que só cometeu pequenos furtos, motivado pelo uso de bebidas alcoólicas.

Sobre o segundo delito, ele relata:

[...] fomos para o mercado, bêbados de novo e pegamos wisky para continuar bebendo. “Vamos arrumar um litro de wisky, vamos”. Então vamos. [...] E aí, me pegaram de novo. Como eu já tinha outra passagem pelo mesmo motivo. Dois furtos. Então ó, tudo “bosta”. [...] Se tivesse roubado um banco, muito dinheiro, tudo bem, mas eu sou um merda. Sou um merda.

Pedro argumenta que o segundo delito também ocorreu porque estava sob o efeito do álcool, *bêbado*. Ele sugere que se não estivesse bêbado provavelmente não os teria cometido. Assim como tantos outros dependentes, Pedro também parece ter buscado no consumo de álcool uma fuga para os problemas que enfrentava, em especial em se tratando de trabalho e renda. E, em decorrência do vício, seus problemas se agravaram ainda mais, pois, uma vez alcoolizado, repetia o delito.

Ao analisar o grande número de pessoas desempregadas no mundo contemporâneo, Castel (1998, p. 530) identifica que parte desse contingente é vítima de um processo de exclusão do mundo do trabalho. Para ele, são pessoas que “perderam o trem da modernização e permanecem na plataforma com muito pouca bagagem. Desde então, podem ser objetos de atenções e suscitar inquietação, porque criam problemas. Porém, o problema é o próprio fato de sua existência”. E afirma que essas pessoas podem escolher entre a resignação e a violência esporádica, a ‘raiva’, com que, na maioria das vezes, se autodestroem. Embora não possamos afirmar que este seja o caso do entrevistado, também não podemos deixar de observar que ele se encontra excluído do universo formal de trabalho, e que também não apresenta uma qualificação significativa que o habilite no processo competitivo em que se constitui a disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

3.3.6 O delito e a prisão

No caso de Pedro foram três delitos, ou seja, um mesmo tipo de delito cometido por três vezes. Ao falar deles e da prisão, Pedro relata que tanto da primeira vez quanto da segunda, o crime foi do mesmo tipo: furto de bebida alcoólica em supermercado. Da primeira vez em que foi pego furtando ficou preso por um período de aproximadamente 20 dias, após o que foi colocado em liberdade. Embora tenha permanecido detido por apenas 20 dias, o

episódio serviu para gerar um registro criminal nos arquivos da Polícia, isto é, um antecedente criminal. Cinco anos mais tarde, ao ser preso pela segunda vez, pelo mesmo delito, ele permaneceu cerca de 90 dias detido, e um novo registro o colocou na condição de reincidente. Já na terceira vez em que foi detido, cometendo o mesmo delito, que caracterizou a segunda reincidência, Pedro foi a julgamento, e foi condenado a uma pena de seis anos de prisão.

Embora não tenha conseguido provar que era inocente, Pedro afirma que dessa última vez não estava cometendo nenhum crime. Ele diz que estava apenas recebendo uma dívida de um conhecido que, como forma de pagamento, havia proposto dar-lhe um valor em mercadorias, compradas em um supermercado. O depoente alega que foi vítima de armação, [...] *arrumaram um negócio que eu não fiz. Tenho prova.* De acordo com seu relato, ele e o suposto devedor haviam entrado no supermercado e feito uma compra no valor da dívida e, então, ao saírem do estabelecimento, foram acusados de roubo. O depoente não soube dizer se seu companheiro pagou ou não a compra realizada naquele dia. Assim fala sobre o acontecimento, que o levou à condenação por seis anos de prisão.

O cara não me pagava, e não me pagava, e não me pagava. [...] Então ele falou assim: eu tenho um talão de cheques e nós vamos num supermercado em que é onde eu compro com cheque. Eu só compro lá com cheque, por mês. Você vai lá, faz uma compra do valor dos sete jogos de tapete, 110 reais [...] Nós fomos lá e fizemos a compra, mas, eles disseram que nós estávamos roubando o mercado. Imagina! Isso eu estou falando para você, porque isso eu tenho prova, e eles não têm.

O depoente observa que os produtos estavam com o seu conhecido; portanto, ele não estava roubando. Apenas estava acompanhando a pessoa que se encontrava com as mercadorias. Afirma que não existem provas contra ele, pois: *Eles não têm câmeras nenhuma mostrando como eu roubei nada, nada, nada, me pegaram sem nada, sem nada, sem nada.* Ele se revolta por achar que é inocente nesse episódio e que, se tivesse dinheiro para pagar um bom advogado, não teria sido preso, pois seria muito fácil provar sua inocência. *Se eu tivesse*

mil contos para dar para o advogado eu não ficava preso. E você sabe quanto tempo eu fiquei preso por causa disso aí: três anos.

Ao comentar esse último episódio, Pedro lamenta que, apesar de ser inocente, não teve nem dinheiro nem coragem de contestar a acusação, pois já havia sido preso duas vezes pelo mesmo motivo. Seus antecedentes pesavam contra sua argumentação de inocência. Naquele momento, acreditou que teria muita dificuldade em provar que não estava roubando, uma vez que já havia sido provado, em ocasiões anteriores: *eu já tinha cometido o mesmo delito, então com que cara eu vou lá me defender.* No caso, os antecedentes criminais que faziam parte de sua trajetória o incriminavam.

A acusação que pesa contra o depoente e que lhe rendeu a prisão ocorreu em

Janeiro de 2003. [...] Depois que eu saí, eu ia querer receber todos esses três anos que fiquei preso. Eu ia brigar na justiça para receber. Mas como eu não confio na justiça, porque eles fizeram aquilo lá comigo, né, já me deixou ser um homem errado de lá pra cá. Não adianta procurar a justiça. Porque se eu vou procurar a justiça, com que cara você vai procurar a justiça se você já foi preso duas vezes. Mas, eles não vêem que eu estava bêbado. Eu fui preso bêbado.

Embora acredite que poderia provar que não cometeu o último delito, por entender que não existem provas contra ele, sente-se desacreditado por ser duplamente reincidente. Além de ter a sensação de ser um homem sem crédito no âmbito da justiça, ele expressa um sentimento de descrença na instituição. Acredita que qualquer tentativa de reverter a situação se torna muito mais difícil nessas condições. O depoente evidencia um sentimento de impotência diante da realidade, uma sensação de baixa auto-estima: *[...] tivesse roubado um banco, muito dinheiro, tudo bem, mas eu sou um merda. Sou um merda.*

O entrevistado atribui a sua descrença na justiça pelo fato de que para se defender teria que ter dinheiro para contratar um advogado: se eu *[...] tivesse mil contos para dar para o Advogado [...] foi um erro enorme da justiça. Nunca erraria desse jeito se tivesse sido com um rico.* Para ele, a falta de dinheiro impede que a justiça seja feita. Mesmo não podendo

contratar um advogado, ele teve sua defesa realizada por um defensor público, ao qual atribui a culpa de ter tido negado seu direito de defesa, pois diz que enquanto [...] *pensava que o advogado estava trabalhando para me soltar, ele tava trabalhando para não soltar.*

Pedro não disse praticamente nada do período em que esteve preso na sua cidade, mas sobre a época em que esteve no Presídio Central do Paraná, em Curitiba (PR), distante 450 quilômetros de sua família, relata que enfrentou muitas dificuldades. Para ele, o maior sofrimento era gerado pela falta de apoio da família, que estava impossibilitada de visitá-lo em decorrência da distância e da limitação financeira. Afirma que conheceu muitos presidiários que, [...] *ao cair preso deixou a mulher com duas crianças. E que, se ela já não tinha dinheiro antes dele ir para a prisão, como iria visitá-lo depois?* Sobre as dificuldades enfrentadas pela maioria das famílias dos detentos para dar apoio a eles enquanto estão presos, em decorrência, especialmente, da difícil situação socioeconômica em que geralmente ela permanece, Foucault (1983, p. 136) afirma que a prisão contribui também para piorar a vida da família, pois “reduz cada dia a mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira à vagabundagem e à mendicância”.

O relato de Pedro caminha no sentido de mostrar que ao ser preso o indivíduo além de se tornar invisível para a sociedade, também fica isolado da família, isto é, nem a sua esposa pode visitá-lo, por falta de recursos financeiros. Segundo ele, receber visitas é privilégio de uma minoria. Sobre essa questão, Ottoboni (2001) alerta que a Lei de Execução Penal (LEP), no seu art. 103, concede o direito de “permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar”. Entretanto, esse direito nem sempre é cumprido, tendo em vista que, em muitos casos, não há acomodações carcerárias próximas ao local onde reside sua família. A reclamação de Pedro faz sentido na medida em que a família constitui o ponto de apoio mais importante para a pessoa, em especial quando se encontra preso, sem acesso e

isolado. Além do conforto afetivo proporcionado pelo contato com os familiares, estes servem de elo entre o isolamento decorrente do encarceramento e a sociedade.

Com a intermediação de um cunhado, junto à direção, o depoente passou a prestar serviços na cozinha do presídio, de tal forma que, com seu trabalho como cozinheiro, sua vida na prisão se tornou menos sofrida. Ele atribui a essa condição o fato de não ter saído da prisão mais preparado e envolvido com a criminalidade do que ao entrar. Nesse sentido, Foucault (1983, p. 132), afirma que “desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade”. E diz ainda que “a prisão não reforma, mas fabrica a delinqüência e os delinqüentes”, pois em decorrência dos maus tratos e pela convivência, o indivíduo adquire maiores conhecimentos do mundo da criminalidade. Além da ausência do contato com os familiares, o que gera sofrimento e solidão, o detento também sofre por não poder ajudar a família, e nem mesmo poder compartilhar das dificuldades enfrentadas por ela.

Para o depoente, o afastamento do preso da sua família é uma das piores conseqüências da prisão. Isto só contribui para que a sua recuperação se torne ainda mais difícil, porque,

Se as pessoas que ele gosta, que é a mulher e os filhos, não irem visitá-lo, e isso acontecia de monte [...] Ele vai ficando nervoso. Ele vai ficando, por saber que está com sua família passando fome em casa, ele vai ficando pior, a cabeça dele vai ficando pior, e ele sai para matar mesmo, para roubar, é coisa grande [...] tratam o preso como bandido mesmo, né [...] É tratado tudo igual, tudo igual. Ladrão de banco e ladrão de galinha [...] Uma cadeia isolada, triste, não vai uma sociedade para ajudar [...] Lá piora. Lá, o preso é ensinado pelos outros mais ladrões, mais bandidos [...] Eu era pra sair da cadeia um marginal, um perigoso.

Esse relato traz uma série de informações sobre possíveis conseqüências negativas geradas pelo sistema carcerário, no caso do Estado do Paraná onde, quando o detento recebe o benefício do Regime Semi-aberto, é transferido para a capital do Estado, independente da região em que mora. Para o depoente, a não ser alguns familiares, quando isso é possível,

ninguém mais se preocupa com os presos. O ambiente prisional geralmente se constitui num local isolado e triste. Ao discorrer sobre a prisão, Martins (1999, p. 176) afirma que ela deveria existir apenas para aqueles que não sabem usufruir da liberdade, “sem ocasionar danos a terceiros, sem provocar o temor por suas ações inescrupulosas. Em suma, para aquele que, livre, somente encontra estímulos para infringir as normas penais [...]”. Dessa forma, poderia ser evitado não só o isolamento de muitos presos e suas famílias, mas, também, seria evitada a troca de conhecimentos sobre a prática do crime entre os presos, tornando os principiantes mais preparados para a criminalidade. Nesse mesmo sentido, Bauman (1999, p. 20) assevera que “[...] nossas prisões são verdadeiras escolas de violência e criminalidade”.

Pedro direciona suas críticas também para a sociedade em geral, que, segundo ele, não se importa com os encarcerados, por isso nada faz para diminuir o sofrimento deles: *a sociedade nem se lembra que o preso existe*. Também critica o Estado, que não propicia ao cidadão oportunidades de trabalho digno com boa remuneração. Para ele, o Estado deveria arrumar emprego para o ex-presidiário, pois *o cara saiu duma prisão, ele tinha que sair de lá com um emprego na mão*. Recentemente, o presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, em uma entrevista concedida a um Jornal (CHRISTOFOLETTI & MICHAEL, 2008), afirmou que a sociedade será convocada a atuar conjuntamente com o Poder Judiciário no sentido de promover a reinserção e evitar a reincidência.

Para o depoente, [...] *a coisa mais linda que tem é o cara trabalhar. Trabalhar né. Digno, né. De respeito, né*, mas acredita que no Brasil isso é muito difícil, pois *todos que trabalham de empregado têm que ter o ‘bico’³⁷*. Embora tenha cometido o delito de furto por três vezes, Pedro afirma que a coisa mais bonita que existe é alguém poder ganhar dinheiro com o próprio trabalho.

³⁷ “Bico”, conforme cita o depoente, refere-se a uma segunda fonte de renda.

A viabilização de postos de trabalho para todos os cidadãos é uma tarefa cada vez mais difícil na sociedade contemporânea, especialmente sob a hegemonia da globalização. O Estado tem se deparado cada vez mais com dificuldades para exercer controle sobre a conjuntura do emprego e da renda dos seus cidadãos. Castells (2006, p. 298) assevera que o “Estado-Nação vem sendo cada vez mais destituído de poder, [...] perdeu a maior parte de seu poder econômico [...]”, tornou-se refém de um sistema global de economia, que dita as regras do jogo. Sobre o retraimento do Estado como entidade reguladora, Bauman (1999, p. 74) afirma que, num contexto de economia globalizada, cabe ao Estado apenas “garantir um ‘orçamento equilibrado’, policiando e controlando as pressões locais por intervenções estatais mais vigorosas na direção dos negócios e em defesa da população face às conseqüências mais sinistras da anarquia de mercado”. Com uma postura liberal que, segundo Bock (2001), “tem como um dos elementos centrais a valorização do indivíduo: individualismo”, o Estado repassa ao cidadão toda a responsabilidade de viabilização de trabalho e renda, sem ao menos cumprir a sua parte, dando-lhe boa educação e qualificação profissional.

O depoimento de Pedro sugere que a difícil realidade enfrentada pelo egresso para recompor uma dinâmica de vida em que o trabalho lícito se constitua como alicerce pode levá-lo a

[...] roubar de novo. Como? Que jeito? Como que vai chegar a Maringá e dentro de 30 a 60 dias vai ter condições de ter um emprego? O cara já está fora da sociedade, há dois, três anos. Que tem gente que fica [...] Não sabe nem o que é sociedade, nem sabe que jeito compra o gás, que jeito compra o açúcar, que jeito. [...] Chega à sua casa, a família está devendo para lá, devendo para cá. [...] O pobre já está lascado. O pobre é obrigado a roubar. Agora, prende um pobre, por pouca coisa, que já aconteceu, [...] pegaram uma mulher aqui, roubando um queijo, prenderam a mulher. Deram, acho que dois anos de cadeia para a mulher. Porque estava roubando um queijo. Isso não pode.

O depoente descreve que a obtenção de um trabalho ou um emprego é uma tarefa muito difícil para um egresso, especialmente quando lhe é dado um prazo de apenas 30 dias,

que é o que é estabelecido quando o preso recebe o benefício do Regime Semi-aberto. Se isto não é fácil para o cidadão comum, pior para um egresso, que, além de estar em desvantagem no aspecto da qualificação profissional para ocupar um posto de trabalho, também carrega um estigma que dificulta sobremaneira sua participação no processo de contratação. Ao falar dessas dificuldades, Pedro salienta que, ao permanecer algum tempo preso, o indivíduo se desatualiza em relação às questões sociais, em decorrência do isolamento imposto pela prisão. O isolamento do preso, e a ausência de investimento na sua educação e na qualificação deixam-no alheio à realidade social, impedindo-o de se preparar para responder às exigências que o mercado de trabalho faz a todos aqueles que necessitam buscar uma oportunidade.

Pedro critica severamente a ação da justiça, que aplica pena privativa de liberdade para punir pessoas que cometem pequenos delitos, como o fato de que *pegaram uma mulher aqui, roubando um queijo, prenderam a mulher*. O que o entrevistado parece estar querendo salientar é a necessidade de se utilizar outros tipos de penas, mais adequadas aos pequenos delitos, evitando-se ao máximo colocar o transgressor dentro da prisão. É fato que todo tipo de ato ilícito deve ser punido, mas, em muitos casos, seria mais adequado utilizar penas alternativas, conforme previsto no Código Penal e na LEP³⁸. Sobre a melhor adequação do sistema de punição, Beccaria (1997, p. 91) cita que um “dos maiores freios aos delitos não é a crueldade das penas, mas sua infalibilidade e, em conseqüência, a vigilância dos magistrados e a severidade de um juiz [...]”. Punir pequenos delitos sem que o seu praticante inclua em sua trajetória uma experiência prisional pode representar uma medida importante para livrá-lo do estigma de ex-presidiário.

Pedro informa que restam poucos meses para terminar sua pena. Diz que, se depender dele, sua família nunca mais estará sujeita a conviver, novamente, com um de seus membros na prisão, nem que *eu tenha que continuar vendendo panelas*.

³⁸ LEP: Lei de Execução Penal, criada em 11 de julho de 1984, sob o nº 007.210, A LEP disciplina a aplicação das penas, a estrutura e o funcionamento do poder judiciário, bem como dos direitos e dos deveres do preso e do egresso. A LEP pode ser acessada pelo endereço eletrônico: www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm

3.3.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional

Após ter cumprido uma parte da pena sob Regime Fechado e outra parte sob Regime Semi-aberto de Prisão, num total de três anos aproximadamente, Pedro obteve o benefício do Regime Aberto, podendo, assim, cumprir o resto da pena em liberdade condicional. Uma vez em liberdade, retornou para a sua cidade, onde passou a residir com sua família, a esposa e um filho solteiro, e tornou-se beneficiário do Programa Pró-Egresso desta cidade.

Em liberdade, ele procurou retomar sua rotina de vida, e voltou a trabalhar com a esposa, que continuava confeccionando cortinas residenciais. Depois de algum tempo nessa atividade, Pedro sentiu que só esse trabalho não era suficiente para obter uma renda suficiente a fim de manter uma condição razoável de vida, sem privações. O depoente relata que iniciou uma pequena produção de desinfetante em casa, produzido à base de água sanitária, em um sistema de fabricação artesanal. Ele executa a fabricação, e vende o produto indo de porta em porta para oferecer aos mais de 500 clientes cadastrados, conforme afirma. Relata possuir conhecimento de que a fabricação desses produtos, sem uma licença sanitária e sem a orientação de um profissional – um químico –, é proibida. O seu trabalho, assim como o de Luciano, também se constitui numa ilegalidade tolerada. Ele diz que se não fizer isso *vou voltar a roubar*, pois o *dinheiro que ganho com as cortinas é muito pouco*. Segundo ele, as duas atividades proporcionam uma renda de aproximadamente três salários mínimos mensais.

A atividade, da maneira como relatada pelo depoente pode ser considerada ilegal; entretanto, assim como ocorre com Luciano, é uma ilegalidade tolerada. Assim como essas, existem muitas outras atividades que se enquadram nessa situação. Entre elas podemos identificar: a venda de CDs piratas nas ruas; o comércio de uma infinidade de mercadorias sobre as calçadas das grandes cidades; a venda de mercadorias sem notas fiscais em pequenos

e até em grandes estabelecimentos; a cobrança de taxas que vão além do permitido em instituições financeiras; além de outras. Algumas destas atividades toleradas podem, de alguma maneira, estar servindo como alternativa de renda sem a qual o indivíduo poderia não ter como garantir sua sobrevivência, mas outras podem estar apenas se caracterizando em ganhos indevidos para certas organizações. Essa é uma questão que pode se transformar em grandes problemas, tendo em vista que o limite entre a ilegalidade tolerável³⁹ e a não tolerável é muito tênue, gerando muitas controvérsias.

Pedro diz que após sair da prisão tudo ficou pior do que era antes de ser preso. Se antes era difícil conseguir um emprego, agora, com os maus antecedentes, sua situação piorou. Ele afirma que já se empenhou muito na busca de trabalho em empresas, mas não tem obtido sucesso: *já tentei emprego umas trezentas vezes. Tento e não consigo. [...] Em loja, em indústria, eu chego, peço serviço, mesmo que seja para guarda noturno. Mas não consigo.* Mesmo em atividade que não exige nenhuma qualificação profissional, o egresso tem dificuldade em se empregar. Ele não goza mais de credibilidade social, o que dificulta seu ingresso no mercado de trabalho. Segundo o depoente, as vagas de empregos são dadas *[...] para aqueles que não têm passagem. Não adianta esconder, a empresa descobre de um jeito ou de outro.* Sobre a discriminação que tanto aflige o entrevistado, Bauman (2005b, p. 107) faz a seguinte afirmação: “Uma vez rejeitado, sempre rejeitado. Para um ex-presidiário sob

³⁹ De acordo com Foucault (1983, p. 77), o exercício dessas ilegalidades necessárias e toleradas que cada camada social exerce envolve uma série de paradoxos. “Em suas regiões inferiores, encontrava-se com a criminalidade, de que era difícil distingui-la juridicamente, senão moralmente: da ilegalidade fiscal à ilegalidade aduaneira, ao contrabando, ao saque, à luta armada contra os agentes do fisco, depois contra os próprios soldados, à revolta enfim, havia uma continuidade, onde as fronteiras eram difíceis de marcar; ou ainda a vadiagem (severamente punida nos termos de ordenações quase nunca aplicadas) com tudo o que comportava de rapinas, de roubos qualificados, de assassinatos às vezes, servia como meio favorável para os desempregados, os operários que haviam deixado irregularmente os patrões, os criados que tinham alguma razão para fugir do emprego, os aprendizes maltratados, os soldados desertores, todos os que queriam escapar ao alistamento forçado. De modo que a criminalidade se fundamentava numa ilegalidade mais vasta, à qual as camadas populares estavam ligadas como as condições de existência; inversamente, essa ilegalidade era um fator perpétuo de aumento da criminalidade”.

condicional ou *sursis* retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão”.

Mesmo se precavendo de algumas maneiras, como não permitindo que sua imagem fosse divulgada, de maneira a expor sua condição de ex-presidiário, e procurando, até certo ponto, esconder esse passado, Pedro tem conhecimento de que as empresas possuem maneiras de descobrir a vida pregressa dos seus futuros empregados. E, quando isso acontece, dificilmente concedem emprego para um egresso. Refletindo sobre as inúmeras dificuldades encontradas para a obtenção de um emprego, ou até mesmo de um trabalho, o depoente afirma que a sociedade deveria dar mais apoio ao egresso, quando ele sai da prisão. Acredita que é de responsabilidade do Estado a tarefa de proporcionar a ele uma maneira de obtenção de renda, viabilizando um trabalho remunerado. Para Pedro, [...] *desde que o cara saiu duma prisão, ele tinha que sair de lá com um emprego. Porque o cara sai de lá, sem nenhum ‘tostão’ [...] Assim, ele tem que roubar de novo [...]*.

A ausência de trabalho não pode nem deve ser vista como única determinante da prática criminal, uma vez que, grande parte da população carcerária se encontrava trabalhando quando cometeu o delito, como é o caso deste e de outros entrevistados. Mas também não se pode ignorar que a falta de uma ocupação torna a vida do egresso demasiadamente difícil, já que ele não dispõe de uma fonte de renda, nem de uma referência. Nardi (2003, p. 39) menciona que o trabalho além de produzir riqueza, serve, “[...] essencialmente, como matriz principal da integração ou, ao contrário, quando está ausente, de desfiliação social”. De acordo com Castel (2000) o individualismo, gerado por uma sociedade de indivíduos, tal como a que se desenvolveu após o advento do capitalismo, tende a levar a pessoa a adotar a si mesma como referência, valorizando mais o momento do que o porvir. Isso somado à condição de desfiliação, faz com que o indivíduo deixe de pensar no outro, e não desenvolva um sentimento de solidariedade. A prática de se retirar o máximo possível das relações sociais

acaba por exacerbar a competição, e, aqueles que se encontram com menores recursos – educação e qualificação profissional, além de outros – tendem a não conseguirem lograr êxito, sendo forçados a buscar alternativas de sobrevivência.

A realidade enfrentada pelo cidadão, quando deixa a prisão, é ainda mais difícil do que aquela que possuía antes da dela, e em alguns casos, até pior do que a que tinha quando se encontrava preso. Antes de ser preso, de alguma forma ele possuía alguma renda, e, na prisão, mesmo que submetido a uma realidade degradante e cerceado de liberdade, o indivíduo tem garantia de moradia e alimentação. Entretanto, ao ser colocado em liberdade não possui nem as poucas condições de antes, nem as garantias mínimas da prisão, e assim se vê responsável, sozinho, pela difícil tarefa de encontrar meios que lhe possibilitem sobreviver, com o agravante de ver as suas tentativas se tornarem infrutíferas, em decorrência do preconceito social.

O preconceito social em relação ao egresso pode estar relacionado ao conceito que as pessoas possuem a respeito da eficácia do sistema prisional, em relação à sua capacidade de recuperar e ressocializar o transgressor. De maneira geral, as pessoas não depositam muita confiança na capacidade do sistema prisional em cumprir eficazmente o seu papel, colocando em liberdade pessoas não aptas ao convívio social. Por outro lado, as estatísticas mostram que a reincidência criminal é muito alta, em torno de 80%, o que de certa forma reforça a crença popular de que “uma vez ladrão, sempre será ladrão”. Este pensamento coletivo não leva em consideração que muito da reincidência se dá em decorrência do preconceito social, que muitas vezes impede o egresso de encontrar uma maneira de viver por meio de um trabalho lícito.

Sobre essa postura coletiva, talvez fosse mais adequado substituí-la por uma maior participação junto ao Estado, cobrando dele um tratamento mais adequado à população carcerária, e também para se conscientizar da sua quota de responsabilidade. Nesse sentido,

Miotto (1983, p. 19) afirma que todos poderiam contribuir “para diminuir as frustrações e, principalmente, fazer desaparecer o sentimento que os presos têm de não mais pertencerem à sociedade, sentimento esse que, embora latente, é um grande propulsor da violência”.

Pedro relata que mesmo obtendo uma renda razoável, de aproximadamente três salários mínimos, enfrenta muitas dificuldades no seu dia-a-dia, pois o custo de vida é alto. Assegura que enfrenta muitos problemas para viver, mesmo sendo somente ele e a esposa, e que só não volta a roubar porque sua família lhe dá muito apoio. Diz que sua renda não lhe permite pagar um bom plano de saúde e critica a falha no sistema público de saúde do país, dizendo que não há acesso da população carente a uma boa assistência médica e hospitalar. Diz que ao pobre só é possível ter um [...] *plano de merda. Quando tem um plano bom ele é caro. Se é para pagar uma Unimed, que jeito que um pobre vai pagar [...] Eu precisava ter um plano de saúde.* A sua indignação se refere ao fato de que, além de ganhar pouco, não pode ter acesso a uma boa assistência de saúde. Diz que leva uma vida de pobre, e o que ganha só dá para *comer, beber e dormir. Se sair dessa rotina, e quiser passear [...] se for tentar conhecer uma praia, já era, né. Não tem jeito, não.*

O desemprego, o trabalho precário e a baixa remuneração são aspectos que fazem parte da difícil realidade de grande parte da população, obrigando-a, como diz o depoente, a apenas sobreviver, isto é, suprir suas necessidades básicas. Entretanto, mesmo carente de recursos, essas pessoas não deixam de estar expostas a um constante bombardeio de estímulos direcionados ao consumo. Nesse sentido, Mello (2001, p. 134), descreve que: “a contínua chamada dos objetos oferecidos de mil maneiras, ao desejo, não chega só aos que podem comprá-los. Chega igualmente aos pobres, quiça com mais forte poder de atração”. Essa é uma dura realidade que pode contribuir para um grande desconforto do indivíduo, que mesmo trabalhando, não auferir uma renda capaz de lhe dar um mínimo de dignidade.

Pedro afirma que não se sente inserido socialmente, não participa da sociedade, porque não consegue ir, por exemplo, a um *baile dançar*, porque se *sair num fim de semana e gastar cinqüenta contos, que é fácil*, terá grandes problemas no seu orçamento. Ele afirma que é inviável para o trabalhador que ganha pouco e paga aluguel, alimentação, educação e transporte realizar algum tipo de lazer ou participar de determinados ambientes sociais. Para ele, essas pessoas não têm

[...] direito a nada. O pobre não pode fazer nada. Que nem se diz, não pode participar da sociedade porque não pode. [...] sai para uma pizzeria com a sua família, duvido ficar menos de 40 a 50 contos [...] o cara que ganha mil contos vai gastar 50 [...].

O entrevistado alega que o faturamento conseguido com os dois tipos de trabalho que realiza não lhe permite consumir nada além do básico para possibilitar a continuidade das atividades de trabalho e para viver.

Sobre o que o trabalho representou na sua trajetória de vida, o depoente afirma que foi por meio dele que conseguiu várias conquistas, especialmente com o primeiro emprego. Pedro dá indicativos, em seu depoimento, de que foi após ter sido demitido do segundo emprego, e ter passado a desempenhar trabalhos precarizados, que se tornou alcoólatra e cometeu os delitos de furto que o levaram à prisão. Afirma que se sentia *desanimado e arrependido* de ter *jogado fora* muitas coisas que *conquistei com trabalho*. No seu caso, a perda do vínculo formal e a precariedade do trabalho que passou a realizar parecem ter-lhe causado muitos transtornos.

Ao sair da prisão Pedro retornou para sua casa, onde continuou a trabalhar com a esposa e passou a praticar a venda de produtos de limpeza doméstica na modalidade porta a porta, uma atividade que, segundo ele, possibilita uma renda muito pequena. No deste entrevistado, parece que o trabalho só se tornou um problema quando se fez ausente ou, na medida em que se tornou precário. Embora o depoente continue praticando uma ilegalidade

tolerada, como é a fabricação dos produtos de higiene doméstica artesanalmente, esta se configura numa alternativa de renda, sem ter que lançar mão de ilegalidades não toleradas, que se caracterizam em crimes passíveis de punição com a aplicação de penas mais severas.

3.4 A TRAJETÓRIA DE VALDEMAR

3.4.1 Quem é Valdemar

Valdemar é oriundo de uma pequena cidade do noroeste do Paraná, distante 50 quilômetros de Maringá, e aproximadamente 500 quilômetros da capital. É o filho mais novo de um total de 12 filhos. Estudou até a quinta série somente. Começou a trabalhar aos 13 anos no corte de cana. É casado e tem uma filha. Foi preso pela prática de roubo, art. 157 do Código Penal (CP), e por isso condenado a 5 anos e 4 meses de prisão. Cumpriu 1 ano, 1 mês e 18 dias, preso na DP sob o Regime Fechado de Prisão. Saiu no dia 28 de fevereiro de 2007 e passou a cumprir o resto da pena sob o Regime Aberto.

Hoje, com 30 anos, vive com a esposa e uma filha de 11 anos, em uma cidade que faz parte da região metropolitana de Maringá (PR). Trabalha como ‘chapa’ na sua cidade, um trabalho informal que lhe proporciona renda de aproximadamente 600 reais mensais. Relata que gosta do seu trabalho porque *não tem patrão* e também porque acha que *ganha mais* do que se *trabalhasse como empregado*.

3.4.2 A sua infância e adolescência

O depoimento de Valdemar mostra que viveu toda a infância e a adolescência numa cidade próxima a Maringá (PR), onde residia com os pais e mais 11 irmãos. Ele é o

filho caçula de uma família numerosa: [...] *somos 12 filhos. Na verdade somos 14, mas morreram 2 recém-nascidos.*. Diz que pertencia a uma família de classe socioeconômica baixa, e na qual, mesmo havendo a dedicação de todos ao trabalho, viviam com muitas dificuldades e muitas carências. Sobre a primeira fase de sua vida, faz a seguinte exposição:

Não foi muito boa não. É porque, eu quase, bem dizer, não tive infância. Eu comecei a trabalhar com 13 anos. [...] Então, eu não tive, como se diz: infância; como hoje todo mundo tem. Hoje em dia, o povo tem condições de ter infância. Então eu não tive essa infância totalmente. Como se diz, infância, não. Meu negócio foi mais trabalhar mesmo, mais trabalhar.

Ao fazer a afirmação de que quase não teve infância, e o pouco que teve, *não foi muito boa*, Valdemar parece evidenciar que esse foi um período do qual não traz boas lembranças, e que teve pouco ou quase nenhum fato positivo em sua trajetória. Ou, então, os registros se referem a fatos que ele prefere não se recordar, uma vez que o trabalho só passou a fazer parte do seu cotidiano quando tinha 13 anos. Na adolescência, portanto.

Ao apresentar dificuldade em falar desse período, denota uma ausência de recordações a respeito. Apenas afirmou que não teve uma *infância, como hoje todo mundo tem*, mas não soube esclarecer a diferença entre a sua infância e aquela que acredita que as crianças de hoje possuem. A lembrança mais forte dessa fase é de que pertencia a uma família humilde e bastante numerosa. Mesmo não especificando o trabalho nessa fase diz que seu negócio era trabalhar.

Sobre sua família, também falou muito pouco. Apenas realçou que enfrentavam muitas dificuldades, embora todos trabalhassem. A respeito da atividade profissional do pai, não menciona especificamente o que ele fazia, mas sugere que trabalhava como cortador de cana de açúcar para uma usina de açúcar e álcool. Quanto à sua mãe, é claro em dizer que ela se ocupava somente dos afazeres domésticos. Sobre os irmãos, declara que todos trabalhavam, desde a infância, para ajudar no orçamento doméstico: [...] *Morava todos junto e todos trabalhavam.*

Valdemar relata que seu pai parou de trabalhar muito cedo, porque ficou incapacitado. Dá indicativos de que o trabalho no corte da cana é uma atividade demasiadamente *cansativa* e degradante, *muito pesada*. É quase certo que este tipo de trabalho traz como reflexo a redução da vida útil do trabalhador, pois o corpo não suporta a sobrecarga de esforço físico demandado e adocece, tornando inválidas pessoas ainda muito jovens. Muitos vão parar no rol de aposentados do sistema público, recebendo um salário mínimo de aposentadoria, quantia inferior ao que ganhava quando exerciam a profissão. Outros se tornam dependentes dos filhos ou da ajuda de terceiros.

Quando Valdemar completou 13 anos de idade o pai já havia se aposentado, e os irmãos mais velhos já tinham se casado e deixado a casa paterna. Com a pequena aposentadoria recebida pelo pai e a ausência dos irmãos para ajudar nas despesas, aumentaram as dificuldades financeiras da família, o que o obrigou a trabalhar para contribuir no orçamento doméstico: *eu tinha que ajudar porque a situação tava difícil*.

Sobre a adolescência, Valdemar relata que era *uma pessoa simples, caseiro, saía pouco*, pois seu pai era bastante rigoroso e exercia um grande controle sobre ele: *meu pai não deixava dinheiro na minha mão*. Tanto em relação ao comportamento quanto ao dinheiro. Tudo que ganhava com o trabalho era repassado para o pai, que lhe dava pequenas quantias.

O depoente relata que, além de trabalhar, fazia pouca coisa:

Ia para os bares, discoteca. Tinha várias danceterias que a gente ia. Mas não era direto, igual hoje. Hoje é direto, nas baladas, é direto. Eu não. Era de vez em quando. Quando tirava um tempinho. Eu era mais caseiro do que sair para baladas. Sempre fui mais caseiro. Eu ainda ajudava em casa, então pedia uns trocadinhos para o pai, uns trocadinhos para a mãe: 'Eu quero sair hoje', e daí eles me davam uns trocados. Mas o dinheiro eu dava tudo na mão deles. Nunca ficava com o dinheiro.

O depoente parece dizer que na sua adolescência era uma pessoa muito dedicada à família, pois, além de quase não sair, ainda realizava atividades domésticas: *ajudava em casa*. Ao falar desse período, ele faz uma comparação com os adolescentes de hoje:

Hoje em dia é assim. As pessoas solteiras que trabalham falam: ‘Ó, pai, esse aqui é pro senhor, e essa parte é para mim’. O filho trabalha e fica metade para o pai, metade para o filho. Às vezes, o filho vai gastar o dinheiro naquilo que não é bom. Gasta nas drogas; tem muitos que é assim; gasta nas drogas. Então acho que, por isso, naquele tempo era muito mais rigoroso. Os pais seguravam mais. Hoje em dia os pais não seguram tanto como naquele tempo. Naquele tempo os pais seguravam mais os filhos, devido ao medo deles gastarem com arma de fogo, ou com drogas.

O entrevistado parece sugerir que o comportamento dos pais, quando muito permissivos, contribui para que os filhos ingressem no mundo das drogas e do crime, na medida em que não exercem controle sobre eles. Acredita que, ao se verem com mais dinheiro, os adolescentes encontram maiores facilidades de acesso ao ilícito, como drogas e armas⁴⁰, o que não acontecia com ele porque não tinha dinheiro: apenas *pedia uns trocadinhos para o pai, uns trocadinhos para a mãe*, e era só.

Além do excesso de liberdade, gerada pela falta de controle dos pais, Valdemar acredita que a sociedade está muito permissiva, pois, mesmo que os pais queiram, não conseguem controlar seus filhos, o que é, no seu entendimento, lamentável.

⁴⁰ Segundo Dimenstein (2006, p. 51-55), um estudo sobre violência realizado pelo brasileiro José Alexandre Sheinkman, ex-diretor da faculdade de economia da Universidade de Chicago, que coletou registros de homicídios em centenas de cidades e relacionou-os aos dados de desemprego, renda, escolaridade, cor e religião dos moradores, entre outros fatores, chegou à seguinte conclusão: a violência “é uma degeneração que prospera em decorrência da falta de perspectiva, provocada pelo desemprego, pela falta de estrutura familiar, pela pobreza, pelas drogas, pelo álcool e pela impunidade”. O autor, que é jornalista, cita outro trabalho realizado pelo médico colombiano Rodrigo Guerreiro, que estudou a importância do trabalho/emprego na redução da criminalidade e concluiu que: “o rapaz não tem emprego e acaba nas mãos dos traficantes, gerando um círculo vicioso. E, pior, é estimulado, porque a taxa de punição é baixa”. Enfim, como afirma Castel (1998), a violência e a criminalidade são o reflexo da dinâmica social de uma sociedade que se encontra organizada de tal maneira que uma grande parte dos indivíduos é empurrada para as franjas do sistema, por não se adequarem ao funcionamento do próprio sistema. Sobre marginalização social e violência, Feffermann (2004), por ocasião do seu doutorado, identificou no comércio de drogas ilícitas o engajamento de menores numa organização que funciona às margens da sociedade licitamente estruturada, que ali encontram espaço de “trabalho”, executando atividades a serviço do tráfico e sendo remunerados por esse trabalho.

3.4.3 A presença do trabalho na sua vida

Ao falar de quando e como começou a trabalhar, o depoente faz o seguinte relato:

Eu comecei a trabalhar com 13 anos. Foi na roça, no corte de cana [...]. Iniciou sua vida profissional exercendo atividade que exige um esforço físico bastante grande, que em muitos casos chega a levar a pessoa à exaustão. Valdemar se lembra de que era [...] um serviço bastante sofrido. E também era sujeira demais [...]. Seu relato sugere que o trabalho que realizava era pouco adequado por se tratar de uma pessoa que ainda não possuía completo desenvolvimento físico corporal. A experiência vivenciada com a atividade profissional deixou-lhe marcas tão profundas que acabaram se tornando hegemônicas em sua memória, pois, ao falar das primeiras fases de sua vida, só consegue se recordar do trabalho.

A decisão de trabalhar, quando tinha 13 anos, não se deu por opção, mas por necessidade. Com a diminuição da força de trabalho, provocada pela saída dos irmãos mais velhos da casa do pai, porque [...] *todo mundo casou, ficamos eu e mais três irmãos perdidos [...]. Uma irmã e dois irmãos [...] como tava meio passando dificuldade [...] meu pai já era aposentado. Já era doente, e não tinha mais como trabalhar [...]*, o depoente percebeu que era chegada a sua hora de começar a trabalhar.

Mesmo sendo uma atividade exaustiva e perigosa, trabalhou cortando cana de açúcar por quatro anos consecutivos. Embora não cite de maneira clara, é possível que um dos motivos que o levou a escolher esse tipo de trabalho foi a remuneração, que, conforme ele diz, *nos valores de hoje seria um salário de oitocentos reais*. Além disso, sua falta de qualificação profissional não lhe possibilitava ingressar numa atividade menos desgastante com a mesma remuneração. Apesar de aquele trabalho ser fisicamente exaustivo, Valdemar o achava compensador sob o ponto de vista financeiro, especialmente num momento em que sua família passava por dificuldades. Outro ponto considerado positivo por ele, no trabalho que

fazia era que havia transporte por conta da empresa, não havendo necessidade de gastar o próprio dinheiro com isso.

Tinha um ônibus que pegava ali no ponto, na cidade e levava para a roça, e trazia da roça para casa também, até o ponto. Sempre tinha um ônibus. A gente não ia, vamos supor, de bicicleta, não ia de carro, já ia de veículo próprio deles mesmo, da firma, da empresa.

O trabalho duro no corte da cana parece ter sido determinante na decisão de Valdemar de interromper os estudos, pois, por ser um *serviço sofrido*, trazia-lhe muito desgaste. O dia todo era preenchido com a atividade profissional, que só terminava no final da tarde, quando retornava para casa muito sujo do carvão da cana queimada, e exausto, o que sugere que o depoente não tinha disposição para enfrentar mais uma jornada de atividades escolares. Assim ele se manteve até os 19 anos de idade.

3.4.4 A sua convivência com a escola e com o trabalho

Valdemar estudou só até a quarta série do primeiro grau, quando passou a se dedicar somente ao trabalho. O que aconteceu não é exclusividade da vida dele, mas é uma realidade que abrange um grande número de pessoas em condições semelhantes. A necessidade de trabalhar na adolescência, com a interrupção da escolaridade precocemente é um fenômeno que segundo a pesquisa Latinbarometro (KLIKSBERG, 2001), atinge aproximadamente 17 milhões de crianças menores de 14 anos, na América Latina. Assim como o depoente, elas trabalham obrigadas pela necessidade, e quase 50% delas abandonaram os estudos antes de completar o primeiro grau.

Valdemar afirma que a decisão de interromper os estudos foi sua e que não houve nenhum pedido dos pais para que tomasse tal atitude. Sobre como ocorreu esta sua tomada de decisão, ele faz o seguinte relato:

Naquela época, quase todo mundo tinha se casado e [...] como tava meio passando dificuldade, eu parei de estudar pra ajudar meus pais. [...] Minha mãe era do lar e meu pai era aposentado. Já se encontrava doente, e não tinha mais como trabalhar. Não podia mais trabalhar. Então foi isso. Eu peguei e sai da escola, parei de estudar.

Embora afirme que a interrupção dos estudos⁴¹ tenha sido uma opção pessoal, *foi uma opção minha para ajudar os meus pais*, seu relato sugere que tal atitude decorreu de uma exigência familiar: *como tava meio passando dificuldade*. Diante de uma situação real de dificuldade, o menino procurou um trabalho que tornasse possível ajudar no orçamento doméstico. Mas, pela ausência de qualificação profissional, decorrente da sua pouca idade, a melhor opção encontrada naquele momento foi como cortador de cana de açúcar. Sobre a atitude de ter deixado de estudar, faz a seguinte explanação:

[...] eu não gostava muito de estudar. Para falar bem a verdade, eu não fui muito de estudar, sabe? Eu não gostava muito de estudar. Eu até tinha a inteligência boa, sabe? Eu fiz da 1ª à 4ª série sem repetir nenhum ano, passei em todos, e quando passei para a 5ª série do primário, parei de estudar. Não quis estudar mais. E foi por conta própria mesmo que eu quis parar.

Ao trazer para o campo pessoal a justificativa de ter interrompido a escolaridade, Valdemar parece não perceber que essa sua opção possui uma relação direta com a condição socioeconômica da família. Sua contribuição era muito importante na manutenção das despesas da casa, pois tudo o que ganhava (...) *dava para eles, para ajudar em casa*. Por outro lado, apresenta algumas informações que sugerem que ele não encontrava dificuldades nos estudos: *eu até tinha a inteligência boa, sabe? Eu fiz da 1ª à 4ª série sem repetir nenhum ano*.

⁴¹ A carência de recursos materiais muitas vezes dificulta e desestimula a criança a se dedicar à escola. Além disso, a falta de escolaridade dos pais e o seu envolvimento com o trabalho dificultam a assistência aos filhos, deixando de orientá-los e incentivá-los nas tarefas escolares. Tais aspectos são tão importantes no processo de aprendizagem quanto aqueles que transcorrem dentro da escola. Além disso, há uma grande dificuldade em identificar os objetivos inerentes à escolaridade, que, por sua própria natureza, são de longo prazo. Tudo isso contribui para que haja uma desmotivação em relação à escola, podendo ser entendida como se a pessoa não gostasse de estudar.

Uma trajetória escolar sem reprovações implica vontade e dedicação, do contrário, provavelmente, teria sido reprovado. Isto nos possibilita pensar que, se não houve imposição dos pais, também não foi uma decisão pessoal, livre de condicionantes. Mais uma vez parece ficar evidente, no caso de Valdemar, que se estabeleceu uma situação de incompatibilidade entre trabalho e escola, de tal forma que o primeiro se tornou preponderante sobre a segunda.

Ao decidir trabalhar, Valdemar se deparou com o primeiro grande obstáculo que, geralmente, é comum a quem inicia a atividade profissional antes de atingir um nível razoável de escolaridade: a falta de qualificação profissional. Aos 13 anos, é pouco provável que uma pessoa possua habilidades específicas de trabalho, pois ainda não houve tempo nem preparação para tal. É possível que essa condição pessoal tenha feito que escolhesse o corte de cana de açúcar como atividade profissional. Não como opção, mas, provavelmente, por falta de opção, pois essa é uma atividade que exige apenas boa saúde, boa compleição física e muita dedicação. Além disso, é um trabalho que oferece razoável remuneração, especialmente em se tratando de um trabalhador com pouca ou nenhuma qualificação profissional, se comparado com outras atividades de mesmo nível de exigência de conhecimento. Entretanto, para que o cortador de cana obtenha um ganho razoável faz-se necessário uma elevada dedicação, pois parte da remuneração é composta pela produtividade, isto é, quanto mais cana se corta, maior é o ganho, motivo pelo qual muitas pessoas vão até o limite de sua capacidade de resistência.

Valdemar relata que o trabalho no corte de cana é muito *sujo e sofrido*. Além disso, é um trabalho perigoso e insalubre. A cana é cortada após ter passado por uma queima, o que a deixa toda *cheia de carvão*; além disso, os cortadores trabalham o dia todo sob o sol escaldante e manipulando facões muito afiados, o que não raramente provoca acidente. Pelas condições em que esse trabalho geralmente é realizado, é provável que o entrevistado não encontrasse nele nenhuma fonte de satisfação a não ser a remuneração, que ajudava a

amenizar a difícil situação da família. *Eu trabalhei porque precisava mesmo.* Assim, após quatro anos nesse trabalho Valdemar decidiu deixá-lo, e passou a

[...] trabalhar de servente de pedreiro. [...] Porque o corte de cana é um serviço bastante sofrido, sabe? E também era sujeira demais! Muito carvão... E eu não me adaptei, não. [...] E depois fui para servente de pedreiro.

Embora tenha deixado de cortar cana por ser uma atividade à qual não havia se adaptado em decorrência das suas características, conforme relata, ele passou a trabalhar como servente de pedreiro, um trabalho tão desgastante fisicamente, sujo e com grandes riscos de acidentes quanto o anterior, só que não havia a presença de carvão. É provável que ele não possuísse muita opção, desta forma, tinha que se sujeitar àquelas atividades que não exigem muitos conhecimentos e, até certo ponto, possibilitavam uma remuneração razoavelmente satisfatória diante das suas necessidades.

Sempre gostei de trabalhar, mas sempre gostei de ganhar bem. Se não for para eu ganhar bem ou razoável, o que eu preciso ou o que eu quero ganhar, eu já não fico também no serviço. [...] Ganhar de 800 a mil reais. De mil reais acima é razoável, é você ganhar até mais ou menos bem. Mas sempre a gente precisa melhorar. Eu tenho esse objetivo. Sempre procurar [...].

Em seu depoimento, Valdemar parece deixar claro que o único aspecto que o faz permanecer em uma determinada atividade profissional é a remuneração. Se ela não for considerada boa, ele a deixa e vai em busca de outra que ofereça melhor perspectiva de ganhos.

Em sua carreira profissional, Valdemar realizou diversos tipos de trabalho:

[...] implantação de rede de esgoto; trabalhei numa malharia como ajudante geral. [...] Depois fui trabalhar por conta própria como carregador. Parei de trabalhar como empregado, não quis mais saber de trabalhar registrado e fui trabalhar por conta. Comecei a trabalhar por conta, e até agora é nesse serviço que eu estou [...].

O rol de atividades desempenhadas pelo depoente apresenta características comuns: todas exigem pouca qualificação. São funções que, assim como foi o seu primeiro emprego, o que mais exigem do ocupante é a capacidade de força física e a disposição para o trabalho. A maioria das atividades são precarizadas, não oferecem nenhuma garantia ao trabalhador, como é a atividade de “chapa”, que ele desenvolve atualmente. Essa é uma atividade que consiste em prestar serviços de carga e descarga de caminhões, por empreitada, por quantidade ou por tempo de trabalho. A remuneração é baseada no tempo e/ou na dificuldade da atividade, bem como na quantidade de mercadorias movimentadas.

O entrevistado parece acreditar que as mudanças que buscou ao longo da sua vida profissional, inclusive a decisão de ser um trabalhador informal, só lhe trouxeram melhoras nas condições de vida. Quando foi preso se encontrava trabalhando como chapa, prestando serviços para diversas [...] *firmas, sacaria, todo quanto é serviço, sacaria, mudança de escritório, todo quanto é serviço*. Ele afirma que o trabalho informal lhe traz vantagens em relação ao trabalho formal, pois possibilita maior ganho financeiro por não incidirem *descontos no pagamento*. Valdemar restringe sua análise dos benefícios decorrentes do trabalho apenas àqueles relativos à remuneração imediata. Não leva em conta outros aspectos como as garantias e os direitos, que só se fazem presentes no trabalho formal, e que também são importantes. Parece que ele não se dá conta de que, como trabalhador informal, não pode contar com o seguro acidente de trabalho, férias remuneradas, décimo terceiro, previdência social, seguro-desemprego, garantia de aposentadoria, além de outros benefícios. Nem mesmo o auxílio-reclusão, ele recebeu, pois não tinha vínculo empregatício no momento em que foi preso. Embora sofra as conseqüências, parece que ele não percebe a perda dos suportes sociais que, segundo Castel (1998), só estão presentes no emprego formal.

Valdemar parece apresentar uma autoconfiança bastante grande em relação ao aspecto profissional, especialmente em se tratando do futuro, na medida em que afirma que

oportunidade de trabalho nunca vai faltar, pois, para ele, para *quem quer trabalhar, sempre haverá trabalho*. Sob esse ponto de vista, faz a seguinte exposição:

Se você está achando que não está bom, então você tem que procurar outro trabalho. Portas abertas, oportunidades é o que não falta. Tem bastante, basta você procurar. Então eu acho assim, ganhar bem é isso. Desde quando você põe um objetivo na sua vida, você tem que lutar. Se não lutar, jamais você vai ganhar aquilo que você quer.

O depoente parece acreditar que a obtenção de melhores ganhos financeiros, por meio do trabalho só depende da vontade e da busca de cada um. Seu modo de pensar sugere que ele se atém apenas ao presente, não incluindo o futuro, porque não se preocupa com a possibilidade de ausência de saúde, o que pode impossibilitá-lo de trabalhar. Não atribui importância às possíveis dificuldades que poderão acometê-lo, inclusive num futuro bastante próximo, caso sofra um acidente. Além disso, não revela nenhuma preocupação em relação a um estágio mais avançado da sua trajetória, quando a idade não lhe permitir mais trabalhar.

Em nenhum momento Valdemar manifesta necessidade de investir na sua qualificação profissional. Quando se trata de buscar melhores condições de vida, a única ressalva que faz é que é preciso ter cuidado, para não cair em tentação e cometer erros irreparáveis, “(...) *como tomar o que é dos outros, como eu fiz. Foi um erro que eu mesmo considero que errei*”. Essa afirmação parece revelar um aprendizado que possivelmente adquiriu com a experiência da prisão.

3.4.5 Quando e como ele cometeu o delito

Valdemar tinha uma vida simples, sem muitos privilégios, mas sem passar necessidade, pois conforme faz questão de afirmar, *eu sempre ganhei bem*. Possuía uma vida relativamente estável, tanto profissionalmente quanto afetivamente. Mas relata que em decorrência do “vício” em jogo de azar, baralho, acabou se envolvendo com o crime. Diz que

quando alcançou a maioria passou a frequentar rodas de jogo, onde praticava a modalidade denominada “tranca”. Faz o seguinte relato: *quando comecei a jogar, eu tinha a base de 21 anos de idade*, mas, o que a princípio era apenas uma brincadeira, um passatempo, com o passar do tempo se tornou uma atividade séria, envolvendo apostas em dinheiro.

De acordo com o depoente, foi a necessidade de obter mais dinheiro para aplicar no jogo que o levou a participar de um ato criminoso. Sobre o episódio, faz o seguinte relato:

[...] eu não precisava, pois eu ganhava bem. Mas sabe por que aconteceu isso? Aconteceu por causa de jogo. Eu era viciado em jogo de tranca, baralho. Então para eu não tirar do meu suor, acabei fazendo isso. Acabei assaltando o posto de combustível. Para me manter no jogo e não gastar daquilo que era do meu suor. Foi por isso que aconteceu. E deu errado. Era a primeira e também foi a última vez, graças a Deus. Foi a primeira tentativa e a última tentativa. Porque, se no primeiro já deu errado, acho que não era para fazer [...].

Sobre sua situação financeira, Valdemar diz: *sempre ganhei bem*, e até deu para *guardar um bom dinheiro no banco*. Lamenta o fato de ter cometido o delito, e diz: *foi uma bobeira que aconteceu na minha vida*. Ao lembrar o fato, afirma que se sua família estivesse passando necessidades, provavelmente *pediria ajuda, mas nunca apelaria para o crime*.

Sobre o seu envolvimento no episódio, narra que, após um jogo de baralho, saiu com mais dois “amigos” e foram tomar cerveja num bar na sua cidade. Enquanto estavam bebendo

[...] chegaram dois rapazes. Eles eram vizinhos meus também. Aí, disseram: “Vamos fazer um assalto,...”. Eu falei: “Oh cara, eu não vou não”. Mas, eles sabiam que eu tinha uma arma de fogo, e pediu emprestada. O colega dele falou assim: ‘Oh! Eu estou com um revólver aqui, um 32’. Eu sempre andava armado depois que saí da igreja, que eu me afastei da igreja. Porque, quem anda na mesa de jogo sempre anda armado. Por causa de confusão, de uma discussão.

O depoente parece evidenciar que a sua participação no episódio do crime se deu por causa do convite recebido de outras pessoas, por ele possuir uma arma de fogo. Entretanto, também relata que queria obter dinheiro de outra forma para se *manter no jogo e não gastar daquilo que era do meu suor*. Antes mesmo de praticar o roubo, Valdemar já se encontrava envolvido em dois tipos de comportamentos ilícitos: o jogo de azar valendo aposta em dinheiro e o porte ilegal de arma de fogo.

3.4.6 O delito e a prisão

Valdemar foi preso pela prática de roubo em um posto de combustível na cidade em que residia, próximo a Maringá (PR). Foi enquadrado no art. 157 do CP – Código Penal. Sobre o que ocorreu quando decidiu participar do episódio, o entrevistado reproduz o diálogo ocorrido entre ele e os rapazes que o convidaram:

“Oh, não vou, não”. Ele falou: “Vamos rapaz... Não sei o que... Nós estamos precisando de dinheiro pra fumar uma droga... Não sei o que...”. E eu falei: “Vocês são viciados, eu não sou”. Porque eu nunca tive o costume de fumar [...] eu falei: “Olha, não vou, não”. E ele falou assim: “Mas como, rapaz? Vamos! Você vai ganhar um dinheirinho bom, e tal. Você tem a arma. Você está com tudo na mão, você está com o poder na mão, por que você não quer ir?”. E eu falei: “Porque eu nunca fiz isso”, eu falei para eles. Porque um deles já tinha passagem. “Mas nós já fizemos isso aí”. Pode ficar sossegado. Não vai pensar que vai acontecer alguma coisa com você, que não vai, não. Ai eu peguei e pensei, pensei. [...] Ai eu falei: “Vamos!”. Decidi e falei: “Vamos! Só que... se der errado? Está todo mundo a pé!”. Falei pra eles. E se os homens vierem? “Se os homens vierem a gente corre, não sei o que... Faz isso, faz aquilo...”. E eu falei: “Beleza! Vamos!”. Fui à minha casa, peguei a arma, peguei o pente carregado e coloquei na arma. E fomos os quatro.

Além do incentivo dos colegas, alegado pelo depoente, ele pretendia encontrar outra maneira de obter dinheiro para aplicar no jogo, pois *eu não queria tirar do meu suor*. Além disso, ao acreditar que o risco de ser pego pela Polícia seria muito pequeno, Valdemar se deixou levar pela possibilidade de ganhar um dinheiro extra e aceitou o desafio, sem medir

as conseqüências que poderiam advir se tal iniciativa desse errado. O ato cometido pelo grupo, além de não proporcionar o ganho financeiro esperado, pois, rendeu só [...] 214 reais, colocou a vida deles em risco e levou Valdemar à prisão. O episódio é contado da seguinte maneira:

[...] era de madrugada. Cheguei em casa e peguei o revólver. Minha mulher me viu pegando o revólver e perguntou: “Mas aonde você vai uma hora dessas?”. “Eu vou ver se eu vendo a arma”. Até menti pra ela. “Porque tem um rapaz interessado na arma, e eu vou vender a arma”. [...] Quando chegamos lá no posto, ficaram dois no pátio, e eu e o outro entramos para realizar o assalto. Assim fizemos, demos voz de assalto. E o homem falou: “Podem levar o que vocês quiserem”. Ergueu a mão, e tudo. Só que eu fiquei na porta e o outro apontou a arma para a vítima. E nisso ele pegou o dinheiro que tinha no caixa e falou: “Ah! Tem pouco dinheiro no caixa... Não sei o que... Não tem dinheiro”. [...] Ai nós pegamos o dinheiro, saímos e viemos a pé pela mesma rua. E nisso a Polícia veio atrás [...] pegou-nos e deu voz de prisão. Um consegui se salvar. Os outros dois conseguiram se salvar na mesma noite. E a policia deu voz de prisão e deu dois tiros em mim, eu fiz um zig-zag e pulei no asfalto. Só que ai, eu não troquei tiro com a Polícia. Eu joguei a arma no asfalto e deitei no asfalto. Ai eles me algemaram, e me levaram.

Conforme os vizinhos haviam argumentado, realizar o assalto não foi difícil; entretanto, Valdemar foi preso e condenado. Depois da experiência, vê o acontecido da seguinte maneira: *Olha pra você ver! Depois de passado tudo é que fui ver a loucura* [...] até os policiais acharam uma loucura, o que nós fizemos.

[...] nós não amarramos, nem nada, [...] não machucamos, nem nada, não deixamos lesão, nada. Só demos voz de assalto, pegamos o dinheiro e viemos embora. Não relamos na vítima, não fez nada. Então, foi isso que permitiu que ele ligasse para a Polícia.

O relato acima evidencia que o insucesso na realização do assalto que rendeu ao entrevistado uma pena de cinco anos e quatro meses de prisão se deu pelo amorismo do grupo. Pela falta de experiência no ramo. Entretanto, ele parece acreditar que foi a forma como trataram a vítima que possibilitou alguma vantagem no seu julgamento, pois, ao ser solicitado a fazer o reconhecimento dos assaltantes, a vítima disse: *Oh, eu acho que é, mas*

não tenho certeza. [...] Porque ninguém nos machucou e tudo. Então eu não posso fazer uma coisa que não tenho certeza.

Após ser condenado, Valdemar passou a cumprir pena no presídio de Maringá (PR). Durante o período em que esteve preso, recebia visitas da esposa, da filha e de duas irmãs, apenas, pois seus pais já eram falecidos. Ele conta que as visitas o ajudaram muito durante aquele período. Sobre a importância da relação da família com o preso, Ottoboni (2001) afirma que as relações próximas do preso podem ajudá-lo muito, pois a comunicação, o diálogo, a possibilidade de trocar idéias, tudo isso traz grandes benefícios ao ser humano, e a falta de contato com o mundo externo, com a realidade, pode levar o indivíduo a uma deterioração emocional e afetiva. Além disso, o contato com a família pode ajudar no processo de ressocialização.

Valdemar permaneceu encarcerado por um ano, um mês e dezoito dias. Sobre as condições do ambiente prisional, ele o descreve como sendo

[...] terrível, hein? Ali é terrível. O povo fala que o inferno é ali na cadeia, mas eu acho que não é ainda não. Mas que é um pedacinho do inferno, é. Está perto. Que é um pedacinho é. É terrível, hein? É um lugar tenebroso.

Ao falar sobre a vida na prisão, além de tantas outras dificuldades vivenciadas pelos detentos ele faz crítica em especial às acomodações:

Lá é uma batalha. Viver num cubículo de 2 por 3 metros. Acho que é isso, [...] lá, ficavam 15 pessoas. Instalava uma rede por cima, que lá tem beliches de concreto. Ficava uma em cima, outra embaixo. E ai no meio, que eles falam que é a praia... é bem menor [...] tinha um corredor no meio dos beliches, e ai deitava três, sendo dois para baixo e um no meio para cima. E aqui, por exemplo, tinha uma pia; tinha uma pia no canto aqui. E aqui deitava três também: sendo dois para baixo e um no meio também. E tinha a rede para dormir em cima e dormia dois em cada cama. Dois em baixo e dois em cima. E depois de novo, dois na de baixo e dois na de cima. Meio apertado. Não tinha um conforto. Porque jamais vai ter um conforto naquilo ali. Para você dormir... Você não dorme. Você só desgasta lá dentro.⁴²

⁴² Em seu depoimento, Valdemar parece evidenciar que as más condições das prisões submetem os detentos a situações quase desumanas, o que de certa forma confronta com os princípios legais e constitucionais, que preconizam que uma das funções da prisão é a recuperação do criminoso, para devolvê-lo recuperado e apto para

Valdemar tenta descrever como 15 homens dividiam o espaço de uma cela de 6 metros quadrados durante a noite. Pelo que ele diz, é quase inconcebível, para uma pessoa que não conhece a realidade de uma prisão, pensar que alguém possa dormir em tais condições. Varella (1999, p. 24) descreve o ambiente prisional como sendo um local onde há “falta de ventilação, cheiro forte de gente aglomerada e a fumaça de cigarro que se espalha de maneira fantasmagórica no interior da cela”. Mas, mesmo com tantas dificuldades, o depoente diz que [...] *tem gente que se adapta porque já está acostumado, vai e vem, vai e vem, igual um zig-zag. Mas eu não adaptei, não.* Sobre essa possível adaptação, Sá (1997) identifica que em muitos casos ocorre um processo de aculturação, isto é, a adoção em maior ou menor grau, dos usos, costumes, hábitos e cultura geral da prisão.

Além do aspecto físico das acomodações, o entrevistado fala das péssimas condições da alimentação e das estratégias adotadas pelos presos para garantir refeições aceitáveis. Valdemar relata que, para garantir uma alimentação razoavelmente saudável, era necessário que ela fosse feita por eles.

Quem quisesse pegar a comida da cadeia, pegava. Só que nós não tínhamos costume de pegar a comida da cadeia porque era ruim demais. Vinha arroz mal cozido, vinha pedaço de cabelo no meio, vinha só tranqueira. Era a mesma coisa de lavagem de porco. Acho que a lavagem de porco ainda era melhor. E é terrível, lá é terrível. Então a gente fazia dentro da cela mesmo.

Segundo o depoente, dentro da cela havia *um tijolo com uma mola dentro, que é ligado na energia*, e era com ele que os detentos preparavam a sua refeição. Com os mantimentos fornecidos pelo presídio e com as mercadorias que eram compradas pelos policiais com o dinheiro dos presos eles preparavam a própria alimentação. O seu depoimento sugere que tal estratégia, além de garantir uma alimentação mais saudável, também contribuía

o convívio social. Entretanto, o que nos parece é que o único papel desempenhado pela prisão é o de manter o delinqüente no isolamento, sob maus tratos, e ainda o faz de maneira precária, pois são comuns as fugas nos presídios brasileiros. Nesse sentido, Bauman (1999, p. 14) afirma que a prisão, por meio do confinamento espacial, “[...] sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com os setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar”.

para um equilíbrio psicossocial dos presos. Parece que a dinâmica que envolvia o preparo da alimentação proporcionava uma convivência entre os encarcerados, e deles com os guardas do sistema prisional, pois eram *os policiais que faziam as compras para os presos*.

Valdemar relata também que durante o período em que esteve preso ocupava seu tempo *fazendo artesanato*. Segundo ele, havia um *treinamento* para aprender a atividade, o que lhe possibilitou desenvolver uma nova habilidade, com a qual evitava a ociosidade, e ainda, *conseguia algum dinheiro* com a venda dos objetos que confeccionava. Sobre o uso do trabalho na prisão, Foucault (1983) faz a seguinte afirmação: juntamente com o isolamento, o trabalho é outro agente da transformação carcerária, pois deve transformar o prisioneiro, violento, agitado, irrefletido, em peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade.

É possível que a confecção de artesanato no ambiente prisional se constitua numa iniciativa positiva para o bem-estar do preso, sob diferentes aspectos, como: ocupação do tempo ocioso, desenvolvimento de novas habilidades, estimulação à criatividade, além de outros. Mas também é provável que este aprendizado raramente contribuirá como uma ferramenta capaz de ajudar o egresso quando do seu retorno à liberdade. Mesmo que possa ajudá-lo no início, logo terá que ser substituída por outro tipo de trabalho, com melhor remuneração.

Valdemar afirma que na prisão tudo era muito difícil, sofrido, porque *não é um lugar bom*. [...] *Agora, graças a Deus, fiquei pouco tempo lá*. Diz que alguns detentos, que permanecem por até dez anos numa cela daquelas, necessitam tratamento psicológico para poder retornar ao convívio social. Nesse sentido, Ottoboni (2001, p. 69-70) considera que o condenado ao regime fechado é um “[...] doente gerado no ventre da ausência de afeto e de amor, do desemprego, da falta de moradia, do desequilíbrio social, dos preconceitos [...] e no estabelecimento penal vê agravada essa condição”.

Após ter cumprido um ano, um mês e dezoito dias sob o regime Fechado, Valdemar recebeu o benefício do Regime Aberto de Prisão, sem ter que passar pelo Regime Semi-aberto. Assim, passou a cumprir o resto da pena, quatro anos e três meses, em liberdade condicional, o que está fazendo como beneficiário do Programa Pró-Egresso de Maringá, PR.

3.4.7 O difícil recomeço, sob liberdade condicional

Valdemar recorda que ao sair da prisão voltou a morar com a esposa e a filha. Sua liberdade foi concedida aos 28 dias do mês de fevereiro de 2007, data que fez questão de informar. Afirma que ao deixar a prisão recebeu muito apoio das pessoas, e também pôde contar com uma pequena ajuda financeira, que fez muita diferença na tarefa de reconstrução da rotina de sua vida.

Quando eu saí, só foi bom. [...] Porque eu tinha um dinheiro para pegar. Quando eu estava lá na 9ª DP, eu ia numas audiências de uma firma que eu trabalhava, na fábrica da Coca-cola. Eu não trabalhava para ela. Eu estava nesse serviço que estou agora, mas prestava serviço para a Coca-cola. Mas, ela tirou-nos e contratou o sindicato para trabalhar lá. Porque nós não tínhamos firma aberta no nosso nome, eles não poderiam continuar com o nosso trabalho. Eu e meus colegas procuramos a justiça do trabalho, procuramos nossos direitos. [...] E durante o tempo que eu estava na 9ª DP, foram realizadas as audiências. A advogada mandou o ofício, e eu pude ir às audiências. Fui a três audiências, e eles propuseram um acordo; a Coca-cola fez acordo com a minha advogada. Quando eu saí, recebi mil reais do acordo que eles tinham feito. [...] Então, eu peguei os mil reais, e ficou balanceado. Tirei um mês para eu voltar ao corpo normal, que eu tava meio fraco [...].

O valor recebido como indenização lhe possibilitou equilibrar o orçamento até que seu estado geral de saúde permitisse encontrar trabalho, o que não foi muito difícil. Relata que logo que obteve a liberdade conseguiu

[...] um emprego registrado numa fábrica de ração. Ganhava até bem. Só que daí, eu falei pro juiz que eu consegui um serviço e tudo, e juiz me falou assim: “Se você conseguir um serviço registrado, você vai ter que me trazer uma declaração”. E eu peguei e fui pedir uma declaração pro homem, e ele

pegou e me dispensou. Porque quem tinha problema com a justiça não podia trabalhar registrado. E foi nisso que eu perdi o serviço.

Valdemar parece afirmar que ao atender ao que a justiça havia lhe solicitado, revelando sua situação de apenado em Regime Aberto para a empresa, acabou sendo punido com a demissão, como decorrência do preconceito social. Isso ocorreu após apenas quatro dias de trabalho. A exigência feita pela justiça para que o beneficiário do Regime Aberto de Prisão apresente um documento comprobatório de que possui um trabalho fez com que ele perdesse o emprego. Nesse sentido, Ramalho (1979) observa que qualquer emprego exige atestado de bons antecedentes, e a marca da passagem pela cadeia vai significar um indesejável pertencimento ao mundo do crime, argumento suficiente para que o empregador escolha outra pessoa.

Ao perder seu primeiro emprego após ter saído da prisão, Valdemar viu concretizado o preconceito social, na forma de demissão. Com isso, resolveu retomar uma atividade que já havia desempenhado antes de ser preso:

[...] no dia 28 de março, um mês certinho, eu comecei a trabalhar de novo. Nesse serviço que eu estou. É chapa, prestador de serviço. [...] no serviço que eu estava antes de ser preso. E é nesta atividade de prestador de serviço para as firmas. [...] sacaria, todo quanto é serviço; sacaria, mudança de escritório, todo quanto é serviço. E eu estou nesse serviço hoje de novo, graças a Deus. Não ganho tão mal, e nem tão bem também. Ganho razoável dá para me manter.

Vitima de um sistema excludente, identificou na atividade profissional informal uma das poucas possibilidades de trabalhar sem sofrer as pressões do preconceito social, tendo em vista que dessa forma não havia a necessidade de revelar sua condição de egresso ao empregador, nem seria necessário fornecer uma declaração à justiça.

Em seu depoimento, a seguir Valdemar revela que um dos motivos que o impede de buscar uma ocupação no setor formal de trabalho é a sua preocupação com a possibilidade de vir a ser indicado culpado caso venha a ocorrer algum ato ilícito no local de trabalho. É a

possibilidade de servir de “bode expiatório” em decorrência da sua condição de egresso.

Sobre essa possibilidade ele diz:

[...] como é que eu ia apresentar lá pro juiz? Vai que depois, mais tarde ou mais cedo, acontece um roubo lá na firma, ou alguma coisa na empresa, quem que vai ser a primeira vítima? Vai ser eu. Por quê? Porque eu já tinha a fama [...] E a firma, lá, tem segurança, tem tudo. Vai que de repente acontece um assalto? Mesmo que não for eu, se eu tiver trabalhando lá, eles vão falar que eu dei informação para assaltar.

A preocupação revelada por Valdemar quase sempre decorre do preconceito social gerado pelo estigma carregado pelo egresso. Ele sabe que existe uma grande possibilidade de ser apontado como culpado quando algo de ilícito acontecer no meio em que ele se encontra. Esse preconceito, segundo Goffman (1980, p. 17), manifesta-se porque as pessoas “[...] na verdade não o aceitam e não estão dispostas a manter com ele um contato em ‘bases iguais’”. Assim, conhecedor da sua condição, e da existência do preconceito ao qual já foi submetido, o entrevistado preferiu não arriscar, não insistir em obter um trabalho formal, para não correr o risco novamente. Achou melhor trabalhar [...] *por conta, fazendo bico, porque assim não precisava levar declaração nenhuma.*

Sobre a sensação manifestada pelo egresso em relação ao preconceito social, consta no seu relato:

A gente sente uma diferença na maneira de olhar. Às vezes, pelo que a gente fez, a gente olha para uma pessoa assim, e olha meio envergonhado. A gente sente vergonha pelo ato que a gente fez. Por que, por exemplo, igual você. Se eu conhecesse você há bastante tempo, e fosse olhar para você assim, mesmo que às vezes, você não olhasse para mim com olhar diferente, mas eu já imaginava. A pessoa imagina isso daí, pelo ato que fez. Mas agora, tem muitas pessoas que não, que a gente não vai imaginar isso porque conhece a gente há bastante tempo. Então sabe que não era para acontecer isso. Igual os vizinhos mesmo... Não olhavam com olhar diferente. Agora, pessoas que conheciam há pouco tempo já olhava com olhar diferente.

Ao atentarmos para esse depoimento, percebemos como é grande a força do estigma, e como ele se entranha no indivíduo a ponto de direcionar o seu comportamento,

levando-o a se esquivar de determinadas situações, por antecipação. Um simples olhar diferente de outro, a *gente sente uma diferença na maneira de olhar*, pode significar, para o egresso, a manifestação de um sentimento de exclusão, fazendo-o recuar na relação. Valdemar chega a dizer que, mesmo que o olhar da pessoa não expresse nenhum preconceito, a sensação é a mesma, pois existe uma *vergonha* pelo ato cometido. O fato é que o estigma do qual o egresso é vítima não está presente somente no outro, mas está arraigado nele mesmo. Essa auto-exclusão se dá na medida em que a marginalização assume um caráter quase que natural, em que o estigma serve para explicitar “[...] a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo da reprodução [...], representado pela aceitação tanto no âmbito social, quanto no do próprio excluído, que se expressa em afirmações como: ‘isso é assim e não há nada para fazer’” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

O depoente tem conhecimento de que o episódio do roubo foi amplamente noticiado pela imprensa local. Diz ele:

[...] saiu nas manchetes dos jornais, no programa do “Pinga Fogo”, no programa “Maringá Urgente”, no programa “Aqui Agora”, saiu no jornal “O Diário”, além de outros. Então, por isso que eu falo para você. Por isso que ficou uma mancha. Ficou bastante relatado sobre isso aí. Então o povo sabe. Todos os amigos meus ficaram sabendo. Quem me conhecia, e quem não conhecia também, ficou sabendo o que aconteceu. [...] Então, nisso fica uma mancha.

Seu depoimento sugere que a intensidade do preconceito é tão forte ao ponto de fazê-lo acreditar que todas as pessoas, mesmo as que não o conhecem bem, o identificam e o relacionam com o episódio do roubo. Parece que, para ele, o delito deixou uma *mancha*, um sinal que pode ser visto por todos, e que o identifica como criminoso. Essas são preocupações que podem contribuir para dificultar a sua busca por melhorias no campo profissional, tanto no sentido da qualificação quanto no da conquista de outras oportunidades de trabalho que pudessem lhe proporcionar melhores condições de vida.

É fato que todo ato ilícito é uma prática impiedosamente condenada pela sociedade, tendo em vista que a sua existência transforma todos em potenciais vítimas. Entretanto, o grande problema parece surgir quando a proteção das pessoas passa a ser a estratégia da estereotipia, em que todos, em situações semelhantes, passam a ser identificados como iguais. No caso do egresso, a rotulação desconsidera toda a história de vida do indivíduo, e elege apenas o fato criminal como única referência daquela pessoa. O cidadão, o pai, o trabalhador, o vizinho deixa de existir e a pessoa passa a ser identificada apenas como o “ladrão”, o “criminoso”, o “ex-presidiário”. O estereótipo pode fechar as portas da inserção, dificultando o convívio social e a participação do egresso como cidadão produtivo e consumidor, o que, assim, pode fazer cumprir a profecia de que “uma vez bandido, sempre será bandido”.

Valdemar declara que em meio a tantas adversidades, é na família que ele tem encontrado a maior expressão de apoio e incentivo para seguir construindo sua trajetória em liberdade. A companheira, a filha, as irmãs e, especialmente, a sogra, vêm contribuindo para que a sua situação se torne um pouco menos difícil. Quando fala dessas pessoas, é categórico ao afirmar:

Nunca me deixaram na mão. Até a sogra, que o povo fala que é ruim. Sogra é difícil. Pensei que ela fosse me dar uma chacoalhada, ia sentar cara a cara para conversar, como se abrisse os livros, mas não. Ela não falou nada. Ela decidiu que quem tem que saber é quem vive entre quatro paredes comigo, que é a filha dela, então ela não quis opor-se. A única coisa que ela fez foi apoiar-me, agora que estou casado de novo. Não cheguei a separar, mas fiquei um ano e pouco preso. Fiquei um ano e pouco, como se diz, longe do lar, longe da casa.

A obtenção da liberdade é um momento muito importante na vida do preso, pois é nessa hora que ocorre a cisão do vínculo com a prisão, e os novos vínculos com a sociedade ainda não se formaram. Ao mesmo tempo em que a euforia da liberdade toma conta do indivíduo, também a insegurança em relação ao que ainda está por vir se faz presente. Assim,

a família, quando existe e se faz presente, representa o primeiro grupo social em que o egresso se insere. Fora a família, o trabalho pode assumir uma posição de destaque, na medida em que é por meio dele que o egresso pode desenvolver um sentido de utilidade, e de independência. O trabalho também pode ampliar as relações do indivíduo, ajudando-o a se integrar socialmente.

Hoje, Valdemar diz que vive sossegado ao lado da família, e que sua maior preocupação é com a *educação da filha*, a quem aconselha e pretende incentivar a concluir os estudos, [...] *para depois não sofrer. Como a mãe dela, que parou de estudar com isso daí. Igual a mim. Passei pra quinta e parei. Não quis saber de estudar mais.* O entrevistado parece acreditar que a educação escolar pode fazer diferença, para melhor, na vida de uma pessoa.

Quanto ao futuro, Valdemar possui expectativas bastante positivas. Mas, é no seu passado recente, período em que se encontrava preso, que busca elementos para refletir:

Perdi muito. Igual os colegas de trabalho falam para mim: “Você está vendo o tanto que você perdeu no tempo que você estava lá dentro? [...] mais de 12 mil reais”. Porque no meu emprego, nós ganhávamos uma faixa de 1.200, até 1.500 reais. Ele falou assim para mim: Está vendo o tanto que você perdeu? Perdeu o dinheiro que dava pra comprar um terreno hoje. E eu falei: Para você ver as coisas que a gente coloca na cabeça. Mas agora eu vou recuperar. E ele falou: Não, recuperar não. Você vai trabalhar para conseguir, mas recuperar, você nunca recupera. O que você perdeu, está perdido. É difícil.

Ele parece perceber que perdeu muito com sua estada na prisão, especialmente sob o aspecto financeiro. Mas, embora as perdas não são passíveis de recuperação, pode obter novas conquistas. Revela que algumas ele já obteve, como, por exemplo, a reconstrução da sua família e a capacidade de gerar renda por meio do trabalho, pois ele diz: *eu ganho bem.* Outras, ele entende que demorarão mais tempo, como a *credibilidade das pessoas*, a *compra de um terreno*, além de outras.

Um aspecto do trabalho muito discutido pela comunidade científica é sua capacidade de promover o desenvolvimento e a realização pessoal do trabalhador. No caso deste estudo, isso parece não se concretizar, uma vez que o que parece ficar evidente é que na sua totalidade, os entrevistados demonstram que a única finalidade do trabalho, para eles, é garantir a sua sobrevivência e a da família. Nesse sentido o depoimento de Valdemar é taxativo, pois ele afirma que *se não for para eu ganhar bem ou razoável, o que eu preciso ou o que eu quero ganhar, eu já não fico também no serviço*. Ele diz, também, que com o trabalho que faz ganha bem, *mas se achar outro que posso ganhar mais, já larga este também*. Sua narrativa traz informações que deixam perceber que as funções ocupadas por ele quase sempre se constituíram em atividades rudimentares, compostas de tarefas com poucas possibilidades de promover satisfação pessoal, a não ser a parca remuneração.

Sobre o trabalho na prisão, a narrativa de Valdemar também traz referências sobre o artesanato. Para ele, o desenvolvimento dessa atividade na prisão teve um papel bastante positivo, tendo em vista que lhe proporcionou a possibilidade de ocupar seu tempo produzindo e criando alguma coisa, o que lhe deu um sentimento de utilidade e a oportunidade de exercer sua criatividade. Entretanto, na condição de egresso, o aprendizado dessa atividade em nada contribuiu para a retomada da sua trajetória profissional.

O aprendizado ou o aperfeiçoamento de uma profissão, dentro da prisão, poderia ajudar o egresso na sua reintegração. Entretanto, o exercício profissional pelo ex-presidiário, que poderia auxiliá-lo sobremaneira no processo de reintegração, não enfrenta apenas o empecilho gerado pela ausência de qualificação. Ele sofre também pelo elevado grau de preconceito existente no ambiente profissional. Nesse sentido, Valdemar deixa claro que tão logo saiu da prisão passou a trabalhar numa empresa, da qual foi demitido assim que solicitou ao empregador uma carta para apresentar à Justiça, a fim de comprovar que se encontrava trabalhando, por ser egresso.

Em seu depoimento, Valdemar parece demonstrar que só se sente confortável no seu trabalho porque não precisa revelar a ninguém a sua condição. E que é isso que o faz permanecer nesta atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que já sabemos sobre o trabalho, podemos dizer que ele é, sem dúvida, uma atividade fundamental na vida do ser humano. Diferencia o homem dos outros animais; atribui o *status* que situa e classifica o indivíduo na sociedade e dá sentido à sua vida. É a base da cidadania e de sustentação da vida material. Fonte de riqueza das nações e dos indivíduos, da saúde física e mental, e de estabelecimento de relações sociais, políticas e culturais. Enfim, o trabalho está tão intrinsecamente arraigado na dinâmica social que é difícil um bom entendimento das relações humanas sem uma clara compreensão do seu papel na vida das pessoas. Entretanto, não podemos deixar de considerar que esses são conceitos que tratam de uma visão macro a respeito do trabalho, e que, no cotidiano das pessoas, ele se reveste de uma infinidade de formas diferentes, contendo uma enorme gama de significados, capazes de gerar efeitos diversos.

E é essa carga de significados tão diversificados, presentes no trabalho, que dá a ele uma elevada capacidade transformadora, e o torna elemento capaz de desempenhar um papel importante na vida de todas as pessoas. Entretanto, o papel desempenhado pelo trabalho na vida de cada trabalhador pode apresentar significados que variam num contínuo que vai desde a “exclusão social”, pela sua ausência, ou até mesmo pela sua presença, na medida em que é responsável em alguns casos, por impedir a continuidade do processo educacional, dificultando o desenvolvimento sociocultural do indivíduo, empurrando-o para as bordas do sistema, e dificultando o seu acesso aos direitos mínimos de cidadão. E, na outra extremidade, servindo como elemento de inclusão e de realização pessoal, sempre que se fizer presente sem impor conseqüências negativas ao indivíduo, e também, ao dar ao trabalhador a condição de se tornar um consumidor ativo conforme descreve Baumann (2005b), e cômico da contribuição que está prestando para a construção de uma sociedade da qual faz parte, pois,

conforme Castel (1998, p. 577), “o que funda a dignidade social de um indivíduo” [...] é a “sua utilidade social, isto é, sua contribuição na produção da sociedade”.

Investigando e descrevendo a trajetória de vida de quatro egressos do sistema prisional, beneficiários do Programa Pró-Egresso de Maringá, fiz várias constatações que me possibilitaram realizar algumas reflexões a respeito do papel do trabalho na vida dessas pessoas.

A primeira é que a maioria dos egressos entrevistados começou a trabalhar ainda criança, entre 7 e 8 anos de idade, e naquele momento o trabalho representou para eles e para os seus grupos familiares uma estratégia que visava diminuir o sofrimento causado pela carência material decorrente da insuficiência de recursos financeiros da família. A segunda constatação é que a decisão de começar a trabalhar ainda na infância e/ou na adolescência, não se constituiu numa opção, mas numa imposição, e está diretamente relacionada com a realidade socioeconômica vivida por suas famílias, ou, então, por uma decisão dos pais. Sobre o trabalho infantil, Mello (2001) descreve que “um grande número de famílias sobrevive, em parte, graças ao trabalho de crianças e adolescentes”, o que demonstra que, embora seja proibido e regulamentado por um Estatuto, o ECA, ele não deixa de existir e de ter sua importância. Confirmando essa constatação, Valdemar, um dos depoentes, relatou que começou a trabalhar porque o pai se encontrava doente e *eu tinha que ajudar porque a situação tava difícil*, pois a família *tava meio passando dificuldade*. [...] *Eu trabalhei porque precisava mesmo*. Outro entrevistado, Joaquim, que começou a trabalhar aos 7 anos de idade, disse que o seu trabalho representava o pagamento pelas condições de vida proporcionadas pelos pais: *eles compravam minha roupa, compravam meu calçado, e eu comia, eu bebia, então, não estava fazendo mais que minha obrigação*. Naquele momento, o trabalho dessas crianças representou uma melhora na qualidade de vida delas e de suas famílias, pois a renda obtida era revertida em benefício de todos.

Mas, se de um lado o trabalho na infância trouxe alguma melhoria material nas condições de vida dos egressos participantes desta pesquisa, por outro lado representou uma forma de subtrair parte de sua infância, pois o tempo que poderiam ter dedicado às atividades lúdicas e socializantes foi empregado na atividade produtiva. A perda provocada pela dedicação ao trabalho, ainda na infância, aparece claramente no relato de Joaquim: *eu queria, assim, poder ficar brincando com meus colegas. Ficar jogando bola, que é um esporte que eu curto muito [...]*. Além disso, acelerou o processo de maturação psicossocial daquelas crianças, na medida em que fez com que vivenciassem uma realidade que exige uma maturação maior que aquela que elas apresentavam, mais adequadas a pessoas adultas, talvez, pois o contexto produtivo geralmente envolve a execução de tarefas complexas, tomada de decisões, e responsabilidades, com um nível de exigência acima do grau de desenvolvimento de uma criança, que ainda se encontra num estágio inicial de maturação. Nesse sentido, observamos que o nível de percepção sobre a realidade socioeconômica e de responsabilidade que essas pessoas vivenciaram na infância aparece na tomada de consciência de que havia necessidade de elas contribuírem com o orçamento doméstico naquele momento, pois, como a maioria relatou, a decisão de começar a trabalhar ainda criança se deu na sua maioria, em decorrência de terem percebido que a família estava passando por dificuldades financeiras.

Identificamos também que, ao fazer parte do cotidiano na infância dessas pessoas, o trabalho estabeleceu uma relação de competição com a atividade escolar. Uma competição até certo ponto desigual, pois, além de não receber incentivo dos pais para estudarem, o seu trabalho era valorizado pela família. Por outro lado, a recompensa proporcionada pela atividade produtiva era percebida de forma quase que imediata, isto é, ao final de cada mês o pequeno trabalhador via concretizado o resultado do seu trabalho por meio do pagamento recebido e da melhoria das condições materiais da família, enquanto que os objetivos da educação escolar só são percebidos após muito tempo de dedicação. A relação de competição

entre o trabalho e o estudo se deu de outras maneiras também. Na medida em que a atividade produtiva passou a coexistir com a escolaridade, ocupou um espaço grande na existência do sujeito, dificultando a sua dedicação à escola, porque, além de deixá-lo cansado fisicamente e psicologicamente, também impedia a realização das atividades estudantis domésticas, sobrecarregando-o de obrigações de tal forma que havia necessidade de se ocupar até mesmo no período da noite. Sobre os efeitos negativos decorrentes da competição entre o trabalho e escola na infância, Mello (2001, p. 131) assevera que “após anos de fracassos, as crianças não contam com muitas alternativas para ter acesso aos rudimentos da educação formal e menos ainda a expressões culturais não banalizadas pela mídia. Ficam, desse modo, excluídas desde cedo de um dos direitos de cidadania que é a educação”. Confirmando essa afirmação, Joaquim relata que repetiu por três vezes a terceira e a quinta série, por desistência durante o ano letivo, o que o levou a interromper os estudos e a se dedicar exclusivamente ao trabalho. Ele disse que *estava enjoado de estudar*.

Constatamos que, em alguns casos, o trabalho era utilizado pelos pais como forma de transmitir aos filhos conceitos de educação, e especialmente senso de responsabilidade. Nesse caso, o trabalho representou, sob o ponto de vista daqueles pais, um elemento de educação. Entretanto, contrariamente a este ponto de vista, revelado por um dos depoentes, identificamos que a presença do trabalho na vida desses egressos não se mostrou capaz de impedir a prática de atividades consideradas ilegais. Ao contrário, os depoimentos coletados demonstram que, a atividade ilícita e o trabalho lícito convivem, em alguns casos, de maneira complementar, sendo esta, muitas vezes, a responsável por dar ao indivíduo a condição socioeconômica desejada por ele.

Um dos efeitos mais nocivos provocados pelo trabalho na infância dos participantes identificado na pesquisa empírica é o papel limitador que ele representa no seu desenvolvimento psicossocial e educacional. Ao impedir a continuidade da escolarização,

fazendo com que a maioria deles interrompesse a carreira estudantil no primeiro ou no máximo no segundo grau, o trabalho agiu como elemento determinante na diminuição das possibilidades de evolução socioprofissional dos sujeitos, pois além de não permitir a aquisição de um razoável nível de conhecimento dos conteúdos básicos de aprendizagem, prendendo-os num nível de escolarização abaixo da esperada pelo mercado de trabalho, também lhes tirou a chance de aquisição de uma qualificação profissional especializada. Informações apresentadas pelo IBGE (2008), indicam que as oportunidades de trabalho e de melhoria da remuneração estão diretamente relacionadas com o nível de escolaridade. Neste sentido, observamos que a presença do trabalho, na infância dos entrevistados, apresenta uma relação bastante estreita com a sua permanência em atividades precarizadas na vida adulta, e isso aparece de maneira clara na Tabela 1, da página 38 deste trabalho, cujos dados secundários são oriundos de uma pesquisa documental realizada por mim na sede do Programa Pró-Egresso de Maringá. Dias (1999) constatou que “questões pontuais como formação escolar e qualificação profissional tornam-se elementos bloqueadores para que se dê uma evolução pessoal [...] inibindo a realização de aspirações e causando sofrimento” nos trabalhadores. Isso se evidencia na medida em que identificamos a grande dificuldade encontrada pelos egressos para obter uma ocupação nas empresas, pois, como relatou Pedro em seu depoimento, *já tentei emprego umas trezentas vezes. Tento e não consigo. [...] Em loja, em indústria, eu chego, peço serviço, mesmo que seja de guarda noturno. Mas não consigo.* Ao fazer o indivíduo permanecer nos estágios iniciais do desenvolvimento escolar, a atividade produtiva age como elemento de exclusão social, na medida em que dificulta sobremaneira a sua ascensão profissional e a conquista de melhores remunerações, e, até mesmo, a obtenção de trabalho. Fixa o indivíduo num estrato social inferior ou até mesmo, nas franjas do sistema social, conforme descreve Castel (1998).

Seguindo o raciocínio de que maiores níveis educacionais podem possibilitar a conquista de melhores ocupações profissionais e maiores ganhos financeiros, penso que o tempo livre do preso poderia ser mais bem preenchido se fosse ocupado com atividades educativas e de qualificação profissional, que dêem mais subsídios para que o egresso se torne um cidadão mais bem preparado para ingressar no mercado de trabalho. Hoje, com as tecnologias de educação a distância, é possível ao indivíduo concluir um curso superior, dependendo da área do conhecimento, sem sair da prisão, desde que lhes sejam dadas as condições necessárias e o incentivo.

O baixo ganho financeiro obtido com o trabalho precarizado, com a média de remuneração dos entrevistados sendo de aproximadamente 1,7 salários mínimos por mês, sendo que esta renda necessita ser suficiente para garantir a sobrevivência de 2,8 pessoas, conforme demonstra o Quadro 2 da página 69, representa tão-somente a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência. Não foi possível identificar nos depoimentos colhidos a revelação de algum grau de satisfação e de realização pessoal decorrente do exercício profissional. Além disso, a maioria dos depoentes apresentou uma grande rotatividade de trabalhos, justificada pela busca constante de maior remuneração, mesmo que pequena. As informações possibilitaram identificar que o único aspecto que atrai e mantém essas pessoas numa determinada atividade profissional é a sua remuneração. Nem mesmo a possibilidade de uma relação de trabalho estável com garantias trabalhistas contidas no trabalho formal é capaz de atraí-los se a remuneração for inferior. A geração de renda é o maior papel representado pelo trabalho na vida dos egressos entrevistados, e sobre isso, Valdemar é categórico em afirmar que, *se não for para eu ganhar bem ou razoável, o que eu preciso ou o que eu quero ganhar, eu já não fico também no serviço*. O tipo de trabalho desenvolvido pelos egressos: precarizado, com baixa remuneração, e sem nenhuma exigência em termos de qualificações

profissionais, não representa nenhuma forma de desenvolvimento humano, nem tampouco alguma condição de inserção social.

A pesquisa empírica com os egressos do sistema prisional não trouxe nenhum indicativo de que o trabalho realizado por eles, desde a infância até a fase adulta, represente alguma fonte de prazer. As várias modalidades de trabalho desempenhadas pelos egressos não fazem parte de nenhum tipo de carreira profissional; não possuem nenhuma perspectiva de ascensão profissional; estão voltadas, na sua maioria, para atividades braçais; são pouco valorizados no contexto produtivo, e em caso de necessidade de diminuição de trabalhadores, esses são os primeiros a serem demitidos, pois fazem parte de uma população de fácil substituição, além de outros aspectos de desvalorização.

Entretanto, se o trabalho não se mostrou suficientemente capaz de proporcionar satisfação pessoal nem profissional, e nem de promover a inserção social dos egressos do sistema prisional, num contexto que disponibiliza o acesso aos direitos que todo cidadão tem, como: moradia digna, alimentação, transporte, serviços de saúde, educação para ele e para a família, lazer, etc., isso não significa que ele não representa um papel importante no cotidiano do egresso. A sua presença pode não representar o alcance de muitos dos objetivos a ele atribuídos, de maneira geral, mas é certo que sua ausência implica em um processo de marginalização e exclusão social. Sobre a importância do trabalho, Castel (1998, p. 578) faz a seguinte afirmativa: “O trabalho continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm”.

Por ser a única alternativa ao crime, a impossibilidade de ter um trabalho pode representar ao desempregado a necessidade de praticar o crime para garantir sua sobrevivência, tornando-se um marginal, um excluído. Numa sociedade de consumidores, conforme define Bauman (2005b), a dialética da inclusão/exclusão se concretiza pelo e no

trabalho. Na medida em que possibilita ao indivíduo uma condição de consumidor ativo, torna-o parte da sociedade, mas, ao se revelar insuficiente para tal, coloca-o na condição de descartável, de redundante. Uma vez que é necessário tornar-se um consumidor ativo para pertencer a um determinado grupo social, o papel do trabalho não se resume em apenas ao fato de estar ou não trabalhando, mas também na sua capacidade de prover ao indivíduo uma renda capaz de situá-lo na condição de consumidor ativo. Tão importante quanto ter um trabalho, é o tamanho da renda que o trabalhador obtém com o seu trabalho.

Em se tratando de outro aspecto, não menos importante, representado pelo trabalho de maneira geral, aquele que consiste na sua capacidade de estabelecer relações interpessoais entre os trabalhadores de um mesmo contexto, e que por sua vez pode estimular a integração social dos membros de uma mesma comunidade profissional, pode-se constatar que, no caso dos egressos, existem muitas dificuldades para que isso aconteça, pois, conforme demonstram os depoimentos colhidos, a maioria dos entrevistados afirmou que necessita omitir o seu passado, e para isso, precisa estabelecer um mínimo de envolvimento possível com os colegas de trabalho para que a sua vida de egresso não seja revelada. Dessa forma, o preconceito social presente no ambiente de trabalho impede a sua integração. Essa limitação preconceitual impede que o ambiente de trabalho represente uma forma de (re)inserção social do egresso do sistema prisional.

Privados do trabalho regulamentado, os egressos não dispõem também daquilo que Nardi (2001), citando Castel (2001)⁴³, identifica como suportes sociais, que se encontram “materializados na legislação trabalhista e na legislação social que instituíram o direito à aposentadoria, ao seguro desemprego e à assistência à saúde”. Desprovidos de tais suportes sociais, estas pessoas acabam retornando à condição de “infelizes fadados aos trabalhos penosos, produtores do gozo de outro” [...] “uma multidão imensa de instrumentos bípedes,

⁴³ CASTEL, Robert & HAROUCHE, Claudine. Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne. Paris, Fayard, 2001.

sem liberdade, sem moralidade, não possuindo que mãos capazes de ganhar pouco e uma alma absorvida” (Castel; Haroche, 2001, p. 43-44).

Embora o trabalho precarizado, como o que foi identificado nesta pesquisa não se configure num elemento de integração social para o egresso prisional, ele não deixa de representar uma condição importantíssima na sua trajetória, pois, além de servir como estratégia para minorar os sofrimentos materiais causados pela deficiência financeira da sua família quando ele era criança, constitui-se numa exigência para que o beneficiário do Regime Aberto de Prisão continue gozando do benefício. Além disso ele representa, como já preconizado, a única alternativa ao crime, e que pode proporcionar a sua permanência fora da criminalidade.

Mas então, se o trabalho em si não representa uma maneira de (re)integrar o egresso socialmente, de que forma isso poderia se dar? A pesquisa empírica mostrou que a família representa um papel muito importante na vida dessas pessoas, quando se trata da sua luta pela (re)inserção social e pela não reincidência criminal. É na receptividade e na aceitação incondicional proporcionada pela família que é dada a condição de pertencimento ao egresso. A família representa uma instância social que fornece a ele alguns suportes sociais alternativos ou complementares aos inerentes ao trabalho regulamentado citado por Castel (2001), uma vez que, esses, o egresso não possui, ou possui parcialmente. Não é por acaso que todos os entrevistados atribuíram às suas famílias o principal elemento de contribuição para que tivessem se mantido firme no propósito de não reincidir.

Concluo este estudo acreditando que o trabalho precarizado pouco pode contribuir para a (re)integração social do egresso do sistema prisional, mas ele representa a base sem a qual, não teria como lançar mão de outras estratégias de integração. Embora o objetivo fosse identificar o papel do trabalho, pude perceber que existe uma complementaridade entre trabalho e família nos difíceis caminhos da liberdade que constituem a trajetória dos egressos

do sistema prisional. Penso que, por meio desta pesquisa, dei apenas um primeiro passo no rumo à compreensão da dinâmica psicossocial que envolve a trajetória do egresso do sistema prisional, e é isso que se constitui um elemento motivador para continuar a busca no sentido de me apropriar de novos conhecimentos que possam ajudar a lançar luz sobre esta temática. Em relação às questões sobre a importância do papel da família na trajetória do egresso, especialmente logo após ele deixar a prisão, entendo que se constitua num novo tema, a ser explorado em outra ocasião.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10.ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- BADIN, Antonio. A reforma da LEP não aboliu o mérito do condenado. **Revista Jurídica**, n. 317, p. 95-98, mar./2004.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Identidade**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005a.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.
- BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Tradução Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. G. M ; FURTADO, Odair (Ogs). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. R. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1984. (Coleção Ciências da Educação, n. 12).
- CAMPOS, André et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v.2
- CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Tradução José Antonio Cardinali. Conan. 1995.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur La construction de l'individu moderne**. Paris, Fayard, 2001.
- _____. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 5ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CHRISTOFOLETTI, L. & MICHAEL, A. **Justiça e sociedade devem agir para reintegrar presos**. Folha de São Paulo, Caderno 6. Do dia 24/12/2008.

CÓDIGO PENAL. In: **Vade mecum acadêmico-forense**. 2. ed. reform., ampl. e atual. – São Paulo: Edições Vértice, 2006, p. 673-731.

DEPEN, **Departamento Penitenciário Nacional**. Ministério da Justiça. Disponível em: www.mj.gov.br . Acesso em 20/08/2007.

DIAS, Wilka Coronado Antunes. **Vidas construídas na terra: o ir e vir dos trabalhadores rurais**. São Paulo, 1999. 134 p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O segredo das bolas de gude**: histórias de humanos quase invisíveis. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997 (Ariadne).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 2. ed. Tradução Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: http://www4.fgv.br/cps/simulador/impacto_2006/ic163.pdf - Acesso em 20/08/2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GONZAGA, M. T. C.; SANTOS, H. M. R. dos ; BACARIN, J. N.B. (Orgs.) **A cidadania por um fio**: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade. Maringá, PR: Dental Press, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br – acesso em 10-09-2008.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001. p. 53-66.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Conbucci Leite. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: CPU, 1986.

MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. **Penas alternativas**. 1. ed., Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Direito penal e solução da criminalidade**. RJ269, p. 39 - 46, Mar/2000, p.38-46.

MEDEIROS, M. M. Os direitos como espelhos das épocas. In: GONZAGA, M. T. C.; SANTOS, H. M. R. dos; BACARIN, J. N.B. (Orgs.) **A cidadania por um fio: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade**. Maringá, PR: Dental Press, 2002. p. 23 - 30.

MELLO, Sylvia Leser de. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia USP**, S. Paulo, 3(1/2), p. 123 – 130, 1992.

_____. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001. p. 129-140.

MIOTTO, Arminda Bergamini. **A violência nas prisões**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal: comentários à lei nº. 7.210, de 11-7-1984**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004a.

_____. **Manual de direito penal**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2004b.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

NARDI, Henrique Caetano. **A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência**. Resenha crítica. Disponível em: www.jaironogueira.noradar.com.br/sociologia_do_trabalho-texto_Castel.htm

NARDI, Henrique Caetano. **A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos**. *Psicologia & Sociedade*; 15(1), 37-56; jan/jun. 2003.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC: a revolução do sistema penitenciário**. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

PARANÁ, O Diário do Norte. Empresa Jornalística Editora Central LTDA. Dia 09/09/2008)

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da Exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 4. ed. Tradução Denise Bottmann, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

POCHMANN, Marcio et al (Orgs.). **Atlas da exclusão social:** a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2004. v.4

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMON, Olga de M. (Org). **Experimentos com histórias de vida:** Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso.** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SÁ, Alvin August de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 21, p. 117-123, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

VARELLA, D. **Estação Carandiru.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001. p. 27-50.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001. p. 16-26.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZALUAR, Alba. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, suppl., 1994.

_____. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** – 2ed. – São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: Encaminhamento feito pelo Juiz ao beneficiário no ato da concessão do benefício do Regime Aberto de Prisão.

